



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
MESTRADO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

GUILHERME FONTANA RAMOS

**Desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável: uma análise acerca da
agricultura familiar em Jóia/RS**

LARANJEIRAS DO SUL-PR

2022

GUILHERME FONTANA RAMOS

Desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável: uma análise acerca da agricultura familiar em Jóia/RS

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Laranjeiras do Sul, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Janete Stoffel
Co-orientadora: Prof^ª Dr^ª Anelise Graciele Rambo

LARANJEIRAS DO SUL-PR

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Ramos, Guilherme Fontana

Desenvolvimento rural e desenvolvimento rural sustentável:: uma análise acerca da agricultura familiar em Jóia/RS / Guilherme Fontana Ramos. -- 2022. 167 f.

Orientadora: Dr^a Janete Stoffel

Co-orientadora: Dr^a Anelise Graciele Rambo

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, N, N, 2022.

1. Produção de base ecológica. 2. Censo agropecuário. 3. Agroindústrias familiares. 4. Dinâmicas socioprodutivas. 5. Unidades de Produção Familiares. I. Stoffel, Janete, orient. II. Rambo, Anelise Graciele, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

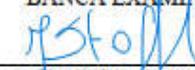
GUILHERME FONTANA RAMOS

**DESENVOLVIMENTO RURAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL:
UMA ANÁLISE ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JÓIA/RS**

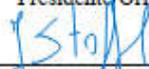
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 13/05/2022.

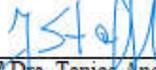
BANCA EXAMINADORA



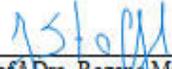
Prof.ª Dra. Janete Stoffel
Presidente/Orientadora



Prof.ª Dra. Anelise Graciele Rambo
Co-orientadora



Prof.ª Dra. Taniça Andreatta
1º Membro



Prof.ª Dra. Rozané Marcia Triches
2º Membro

Prof.ª Dra. Betina Muelbert
Suplente

“Em função da Pandemia do Coronavirus e as medidas de afastamento tomadas pela UFFS, esta Ata foi assinada pela Presidente da Banca, como representante dos demais membros.”

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Ivania e Adão, meus exemplos de vida, e razão de todas as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a espiritualidade pela oportunidade de realizar este mestrado.

Agradeço a todas as pessoas que me acompanharam nesta caminhada, e que contribuíram para que este ciclo fosse concluído. Agradeço em especial meus amados pais Ivania e Adão, pelo carinho, compreensão, apoio emocional, sem vocês não teria conseguido.

As famílias agricultoras e a todas as pessoas que contribuíram na etapa da pesquisa de campo no município de Jóia. Gratidão pelo acolhimento e atenção.

Aos colegas discentes da turma 2019 do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Aos docentes do PPGADR.

A coordenação programa PPGADR.

A co-orientadora Prof^a Dr^a Anelise Graciele Rambo, pela sua disponibilidade, atenção e valiosa contribuição neste trabalho.

A orientadora Prof^a. Dr^a. Janete Stoffel, que aceitou este desafio junto comigo. Gratidão pela paciência, pelas palavras de motivação, pela sua sabedoria e humanidade que conduziu esta orientação, em um período difícil de pandemia de Covid-19. Muito obrigado professora Janete, gratidão sempre.

RESUMO

Este trabalho teve como tema de estudo a agricultura familiar no município de Jóia, localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul. O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar a contribuição desta categoria para o desenvolvimento rural e/ou para desenvolvimento rural sustentável do município a partir de experiências selecionadas. Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa foi desdobrada nos seguintes objetivos específicos: i) caracterizar a organização socioprodutiva da agricultura familiar em Jóia; ii) analisar a agricultura familiar voltada à produção de base ecológica/agroecológica, ou direcionada às atividades alternativas aos sistemas produtivos convencionais, e iii) compreender suas interações com os processos de desenvolvimento rural e/ou rural sustentável, no município de Jóia. Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa consistiram em uma pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários em bases de dados de instituições de pesquisa, assim como em bases de informações de órgãos vinculados às esferas federal, estadual e municipal. Também foi realizado um levantamento de dados primários através de entrevistas com informantes chave, sendo selecionadas 10 iniciativas, sendo 4 agroindústrias familiares, e seis correspondem às experiências em unidades de produção que desenvolvem atividades de base ecológica/agroecológica. As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado com perguntas que obedeceram a mesma ordem para todo(a)s o(s) entrevistado(a)s. Estas foram divididas em três categorias de temas: social, econômica e ambiental. Para a análise e interpretação dos dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a qual primou pelo estudo de assuntos como desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e assuntos relacionados aos aspectos históricos, sociais e econômicos do meio rural da região Noroeste do Rio Grande do Sul, em especial de Jóia. Os dados secundários coletados junto às bases consultadas para elaboração deste trabalho foram sistematizados e organizados em tabelas e gráficos. Já a análise dos dados primários, coletados a partir das entrevistas com as famílias agricultoras, foi baseada em referências bibliográficas presentes nesta pesquisa e na utilização de Análise de Conteúdo. Quanto aos resultados alcançados, constatou-se a relevante participação da agricultura familiar no cenário socioeconômico das dinâmicas agropecuárias de Jóia, com destaque para a produção animal e a produção voltada para o autoconsumo. Também se percebeu a contribuição desta categoria para a dimensão social. Identificou-se nas agroindústrias familiares estudadas a produção voltada para o autoconsumo, vinculação com áreas de reforma agrária, a importância dos programas institucionais e o acesso a diferentes canais de comercialização. Apesar das dificuldades as agroindústrias buscam desenvolver atividades produtivas de base ecológica ou agroecológica. Nas experiências produtivas familiares de base ecológica, constatou-se forte conexão com a produção de alimentos e produção para autoconsumo e diversificação produtiva. Verificou-se que a adoção de dinâmicas voltadas à sustentabilidade resultou em mudanças em aspectos nos cenários socioeconômico e produtivo das famílias. Foi possível constatar que as experiências estudadas contribuem tanto para o desenvolvimento rural, quanto para o desenvolvimento rural sustentável. Entretanto cabe salientar que as experiências relacionadas as unidades de produção familiares se destacam pela contribuição ao desenvolvimento rural sustentável. Enquanto a atuação das agroindústrias familiares de Jóia está mais voltada ao desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Produção de base ecológica. Censo agropecuário. Agroindústrias familiares. Dinâmicas socioprodutivas. Unidades de Produção Familiares.

ABSTRACT

This work had as its subject of study family farming in the municipality of J6ia, located in the Northwest region of Rio Grande do Sul. The general objective of the research was to analyze the contribution of this category to rural development and/or sustainable rural development in the municipality from selected experiences. To achieve the general objective, the research was divided into the following specific objectives: i) to characterize the socio-productive organization of family farming in J6ia; ii) to analyze family farming focused on ecological/agroecological production, or directed to alternative activities to conventional production systems, and iii) to understand its interactions with the processes of rural and/or sustainable rural development, in the municipality of J6ia. The methodological procedures used in this research consisted of a bibliographic research, survey of secondary data in databases of research institutions, as well as in databases of agencies linked to the federal, state and municipal spheres. A survey of primary data was also carried out through interviews with key informants, and 10 initiatives were selected, 4 of which were family agro-industries, and six correspond to experiences in production units that develop ecological/agroecological based activities. The interviews followed a semi-structured script with questions that followed the same order for all the interviewees. These were divided into three subject categories: social, economic and environmental. For the analysis and interpretation of the data, a bibliographic research was carried out, which excelled in the study of subjects such as rural development, sustainable rural development, family farming and subjects related to the historical, social and economic aspects of the rural environment of the Northwest region of Rio Grande do Sul. South, especially in J6ia. The secondary data collected from the databases consulted for the preparation of this work were systematized and organized into tables and graphs. The analysis of primary data, collected from interviews with farming families, was based on bibliographic references present in this research and on the use of Content Analysis. As for the results achieved, the relevant participation of family farming in the socioeconomic scenario of the agricultural dynamics of J6ia was observed, with emphasis on animal production and production aimed at self-consumption. The contribution of this category to the social dimension was also noticed. In the family agro-industries studied, production aimed at self-consumption, linkages with areas of agrarian reform, the importance of institutional programs and access to different commercialization channels were identified. Despite the difficulties, agro-industries seek to develop ecological or agroecological production activities. In ecologically-based family production experiences, a strong connection was made with food production and production for self-consumption and productive diversification. It was found that the adoption of dynamics aimed at sustainability resulted in changes in aspects in the socioeconomic and productive scenarios of families. It was possible to verify that the experiences studied contribute both to rural development and to sustainable rural development. However, it should be noted that the experiences related to family production units stand out for their contribution to sustainable rural development. While the activities of family agro-industries in J6ia are more focused on rural development.

Key words: Ecologically based production. Agricultural census. Family agro-industries. Socio-productive dynamics. Family Production Units.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de Jóia, no Rio Grande do Sul.....	55
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação da produção de soja em grãos (em toneladas) no município de Jóia de 1989 a 2019	70
Gráfico 2 - Variação do rebanho bovino (em cabeças) do município de Jóia de 1989 até 2019	71
Gráfico 3 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários em Jóia (1995-2017) ...	72
Gráfico 4 - Pessoal ocupado no município de Jóia, por tamanho de área em 2017	75
Gráfico 5 - Área total dos estabelecimentos agropecuários em Jóia, em 2017	77
Gráfico 6 - Principais atividades de produção animal em Jóia, por tipologia de agricultura, no ano de 2017	79
Gráfico 7 - Associação de agricultore(a)s, cooperativa ou entidade de classe por número de estabelecimentos, no município de Jóia em 2017	84
Gráfico 8 - Utilização de agrotóxico em estabelecimentos agropecuários de Jóia no ano de 2017	86
Gráfico 9 - Participação de integrantes das agroindústrias familiares de Jóia em organizações sociais (2021)	98
Gráfico 10 - Canais de comercialização, acessados pelas agroindústrias familiares de Jóia (2021)	104
Gráfico 11 - Informações referentes a(o)s filho(a)s nas unidades de produção familiares de Jóia, estudadas na pesquisa (2021)	117
Gráfico 12 - Participação de integrantes das famílias agricultoras estudadas, em atividades nas comunidades (2021)	120
Gráfico 13 - Vinculação das unidades de produção estudadas com entidades coletivas (2021)	121
Gráfico 14 - Características da origem da renda das famílias estudadas em Jóia (2021)	125
Gráfico 15 - Assistência ou apoio técnico para atividades de base ecológica recebidas pelas unidades de produção pesquisadas em Jóia (2021)	134

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Concepções relacionadas ao conceito de Desenvolvimento Rural.....	30
Imagem 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	35
Imagem 3 - ODS afins com a pesquisa.....	35
Imagem 4 - Concepções do debate relacionado ao Desenvolvimento Sustentável no decorrer do tempo.....	36
Imagem 5 - Participação de integrantes das agroindústrias familiares estudadas em Jóia, em atividades comunitárias (2021).....	96
Imagem 6 - Dificuldades para produção de base ecológica/agroecológica indicadas pelas agroindústrias familiares de Jóia (2021).	107
Imagem 7 - Fatores positivos apontados pelo(a)s agricultore(a)s entrevistado(a)s, relacionados à produção direcionada ao Autoconsumo	127
Imagem 8 - Mudanças ou benefícios apontadas pelos entrevistados nas unidades de produção a partir das práticas produtivas de base ecológica/agroecológica (2021).	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temáticas Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável, e principais pontos/autore(a)s abordados.....	44
Quadro 2 - Procedimentos, instrumentos de coletas de dados e fontes de pesquisa, de acordo com os objetivos específicos.	60
Quadro 3 - Evolução das estâncias/atividade pastoril no Rio Grande do Sul.....	63
Quadro 4 - Características das Agroindústrias Familiares do Município de Jóia (2021).....	90
Quadro 5 - Oportunidades observadas na etapa de criação das Agroindústrias Familiares estudadas no município de Jóia (2021).	93
Quadro 6 - Participação da renda obtida pela agroindústria, no conjunto da renda familiar (2021).	100
Quadro 7 - Relação das Características observadas nas agroindústrias familiares estudadas, com os conceitos de Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável.....	113
Quadro 8 - Características das unidades de produção familiares estudadas no município de Jóia (2021).	116
Quadro 9 - Produção para autoconsumo das famílias agricultoras de Jóia, participantes da pesquisa (2021).	126
Quadro 10 - Atividades produtivas voltadas à comercialização e principais canais de venda utilizados pelos agricultores pesquisados em Jóia (2021).	129
Quadro 11 - Práticas produtivas de base ecológica/agroecológica e motivação nas unidades de produção familiares pesquisadas (2021).	131
Quadro 12 - Destino do lixo e dos resíduos gerados nas unidades de produção estudadas (2021).	135
Quadro 13 - Informações referentes às áreas naturais, áreas de reserva legal, APPs existentes nas unidades de produção estudadas em Jóia-RS (2021).	136
Quadro 14 - Relação das características observadas unidade de produção familiares, com os conceitos de Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável.....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela1- Projetos de Assentamentos e Reassentamentos no município de Jóia de 1988 a 2006	68
Tabela 2 - Variação do número e tamanho de área dos estabelecimentos agropecuários em Jóia de 1995 a 2006.....	69
Tabela3 - Direção dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em Jóia, de acordo com idade e sexo do(s) agricultore(a)s em 2017.....	73
Tabela 4 - Condição legal das terras nos estabelecimentos agropecuários no município de Jóia em 2017.....	73
Tabela 5 - Grupos de área total de terra, por número de estabelecimentos agropecuários em Jóia para o ano de 2017.....	74
Tabela 6 - Escolaridade das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários de Jóia em 2017.....	76
Tabela 7 - Culturas produzidas em lavouras temporárias no município de Jóia, em 2017.....	78
Tabela 8 - Produção de origem animal no município de Jóia, por tipologia de agricultura, em 2017.....	80
Tabela 9 - Estabelecimentos agropecuários de Jóia X obtenção de financiamentos no ano de 2017.....	82
Tabela 10 - Receitas dos estabelecimentos agropecuários do município de Jóia em 2017	83
Tabela 11 - Receitas dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar de Jóia, em 2017.....	83
Tabela 12 - Classes de idades de pessoas envolvidas no trabalho das agroindústrias familiares estudadas em Jóia x gênero (2021).....	94
Tabela13 - Dificuldades encontradas pelas agroindústrias familiares estudadas em Jóia (2021)	110
Tabela 14 - Idade e gênero do(a)s integrantes das unidades de produção estudadas em Jóia (2021).....	119
Tabela 15 - Dificuldades para produção de base ecológica/agroecológica (2021).	139

LISTA DE SIGLAS

AFECOART	Associação dos Feirantes Colonos e Artesãos do Município de Joia
AMUPLAM	Associação dos Municípios do Planalto Médio
COOPERCAMPO Serviços Ltda	Cooperativa Agrícola De Produção, Comercialização e Prestação De Serviços Ltda
COREDE Noroeste	Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 AGRICULTURA FAMILIAR: DO DESENVOLVIMENTO RURAL AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	21
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL.....	21
2.2. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	32
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR.....	45
3 METODOLOGIA	55
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA	55
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	57
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	58
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	61
4 TRANSFORMAÇÕES NAS DINÂMICAS DA AGROPECUÁRIA E O CONTEXTO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JÓIA	62
5 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ESTUDADAS NO MUNÍCIPIO DE JÓIA.....	89
6 EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JÓIA.....	115
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
APÊNDICE A	160
APÊNDICE B.....	162
APÊNDICE C.....	165

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se caracteriza por apresentar importantes indicadores socioeconômicos. Igualmente entre os aspectos relacionados a este grupo social, encontra-se a relação com os temas Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável. Tais assuntos serão abordados neste trabalho a partir de uma perspectiva local/regional, no caso o município de Jóia-RS.

Neste cenário, no que tange aos termos de estudo desta pesquisa, cabe salientar que as últimas décadas do século XX, em especial a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, ocorreram relevantes mudanças nas dimensões políticas e sociais em nível nacional. No que diz respeito às transformações relacionadas ao meio rural, destaca-se a legitimação da agricultura familiar como categoria social, a qual passou a ser reconhecida por parte do Estado em meados da década de 1990. Este período também foi marcado pelo ressurgimento das discussões referentes ao desenvolvimento rural, temática que com o passar do tempo apresentou uma evolução em seu conceito (GRISA, SCHNEIDER, 2014; SCHNEIDER, 2010, KUHN, 2015). Neste contexto, conforme Maluf (2015), o desenvolvimento rural é uma temática constante, que apresenta vasta produção bibliográfica, além de se mostrar um tema recorrente nas pautas de debates da academia, nas ações governamentais, estando presente em inúmeras esferas públicas.

Tal visibilidade do assunto pode ser atribuída ao fato de que a relevância da participação do meio rural no desenvolvimento das sociedades, necessita de um tratamento diferenciado, pois implícito ao tema desenvolvimento rural se encontra a própria discussão sobre o desenvolvimento de uma forma geral (MALUF, 2015).

Sobre esta temática, Schneider (2010) defende que a partir da década de 1990, deu-se início uma mudança de perspectiva sobre o entendimento referente ao desenvolvimento rural. Tal dinâmica além de favorecer a geração de uma nova ótica sobre o tema propiciou o surgimento de novas abordagens.

Ao analisar diversas noções referentes ao desenvolvimento rural, Kageyama (2004) entende que este conceito deve englobar fatores econômicos, como a elevação e estabilidade da renda das famílias, fatores sociais mediante o alcance de um nível de vida socialmente aceitável, além de ser norteado pela busca da diversificação das atividades econômicas e produtivas (pluriatividades) (KAGEYAMA, 2004). Este tema se configura em um tópico de reflexão permanente que necessita de uma visão para além do que está posto no presente. Esta

perspectiva deve estar apta a identificar as transformações e as permanências que ocorrem no meio rural brasileiro, como em outros segmentos da sociedade (MALUF, 2015).

Dessa maneira, observa-se que nas últimas décadas, ocorreram alterações no que tange aos temas pertinentes ao universo rural. Além das mudanças no que se refere à compreensão de desenvolvimento rural apontadas por autore(a)s como por Navarro, (2001); Schneider, (2004); Favareto, (2010); Freitas *et al.*, (2012); Khun, (2015); Alcântara e Lima, (2019) outros assuntos relacionados a esta temática também passaram a fazer parte das discussões. Neste cenário, entre os assuntos associados ao desenvolvimento do meio rural que foram debatidos no período, encontram-se as questões relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, indicadas por Sachs, (2001); Maluf, (2010); Medeiros e Almeida, (2010); Lopes e Lopes, (2011); Souza *et al.*, (2020) e a agricultura familiar, estudada por autores como Schneider, (2003); Stoffel, (2012); Grisa e Schneider, (2014); Mattei, (2014); Bacelar e Favareto (2020).

Neste panorama de alterações no que concerne às noções de desenvolvimento, emerge a ideia do desenvolvimento sustentável. Esta noção se manifesta como uma perspectiva de repensar e adaptar as noções de desenvolvimento concebidas até então. Seu surgimento tem como finalidade inicial promover a aproximação entre o crescimento em nível econômico com as temáticas ambientais (VARGAS *et al.*, 2016) sociais, culturais, políticas, bem como com fatores relacionados à melhoria da qualidade de vida das populações (ASSIS, 2006; NASCIMENTO, 2012; GREGOLIN *et al.*, 2019; NARDINI *et al.*, 2019).

Ao abordar a consolidação do referencial acerca do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, Maluf (2010, p.22) aponta que a emergência deste conceito “é herdeira de preocupações ambientais antigas, incluindo a institucionalização dessas preocupações anteriormente à consolidação do referencial internacional do desenvolvimento sustentável, em 1992”. O autor considera o surgimento da categoria da agricultura familiar, como outro importante fator que contribuiu para emergência deste referencial. Segundo Maluf (2010) o extenso campo de abrangência da agricultura familiar, apresenta uma heterogeneidade, de dinâmicas, onde encontram-se desde as experiências que caminham em direção ao estabelecimento de um agronegócio familiar, até as que realizam um percurso inverso. Neste sentido, encontram-se as iniciativas que incorporam em suas bases referenciais e noções da agroecologia, do agroextrativismo ou de comunidades e povos tradicionais, dinâmicas que se apresentam no cerne das discussões referentes à promoção da sustentabilidade em nosso país (MALUF, 2010).

Nestes processos, Sachs (2001, p. 78) considera o(a)s agricultore(a)s familiares, “(...) como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo

tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade.” Nesta perspectiva, Carneiro e Maluf (2005) também apontam a importância da participação da agricultura familiar nos processos relacionados as esferas, ambientais, culturais e sociais do meio rural, como exemplo na preservação das paisagens e recursos naturais. Dessa maneira, ao dissertarem sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar, os autores indicam que a contribuição deste grupo social, não se restringe a lógica econômica ou produtiva, abrangendo desse modo, outras dimensões do universo rural (CARNEIRO, MALUF, 2005).

No que se refere aos indicativos relacionados a este grupo social, destaca-se que no Brasil, a agricultura familiar apresenta expressivos indicadores. Segundo o Censo Agropecuário, realizado em 2017, naquele ano cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários eram classificados como agricultura familiar, em que aproximadamente 67% do pessoal ocupado pertencia a este segmento, porém, ocupava somente 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2021 a).

Ao analisar as dinâmicas socioprodutivas relacionadas à agricultura familiar a partir de uma ótica regional, cabe mencionar dados relacionados a região Sul do país. Neste sentido, entende-se que esta região, compreende um território formado pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais “(...) apresentaram ricas experiências ligadas à agricultura familiar, desde os primórdios de sua formação territorial e colonização” (STOFFEL, 2012, p.15). Neste cenário o estado do Rio Grande do Sul apresenta, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, indicadores significativos no que concerne à agricultura familiar. Neste local, a categoria, abrange 80.5% dos estabelecimentos agropecuários, englobando 72.21% do pessoal ocupado com as atividades agropecuárias, apesar de o segmento ocupar cerca de 25.25% da área dos estabelecimentos agropecuários do estado (IBGE, 2021 b).

A partir destes dados, considerando a relevância que a agricultura familiar representa nos cenários produtivos em nível nacional e estadual, compreendemos que se faz necessário conhecer as dinâmicas socioprodutivas relacionadas ao segmento da agricultura familiar, também em nível municipal. Baseando-se nessas reflexões, esta pesquisa teve como objeto de estudo a agricultura familiar no município de Jóia, o qual está localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Sobre o contexto socioprodutivo do município de Jóia, ao analisar os dados dos três últimos censos agropecuários, no que se refere à quantidade de estabelecimentos agropecuários, percebe-se que Jóia apresentou um crescimento no número de

estabelecimentos quando comparados os dados de 1995 com os de 2017. Em 1995 o município possuía 1.144 estabelecimentos e em 2017 este número correspondia a 1.444, destas 1.240 unidades são classificadas como agricultura familiar. Segundo os dados do último Censo, esta categoria abrange a maior parte das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no município de Jóia (IBGE, 2021 b).

Apesar do fato de as diferentes metodologias utilizadas nos recenseamentos poderem ter interferido de alguma maneira nestes resultados, este crescimento no número de estabelecimentos, deve-se em grande parte à implantação dos projetos de assentamentos e reassentamentos¹ que ocorreram com maior efetividade, a partir de meados de 1990 e início dos anos 2000 (IBGE, 2021 b). Cabe destacar, que o município possui seis (6) projetos de assentamentos que abrigam 585 famílias organizados pelo MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e 2 projetos de reassentamentos (OLIVEIRA, 2014).

A exposição de tais indicadores além de fundamentarem a justificativa da escolha do município de Jóia para a realização deste estudo, possibilitam constatar a relevância da agricultura familiar dentro do setor agropecuário do município, procurando situar esta categoria no contexto do desenvolvimento rural e/ou desenvolvimento rural sustentável, com base no contexto socioprodutivo do município em questão. Com base nesses fatores, surge o seguinte questionamento: de que modo a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento rural e/ou desenvolvimento rural sustentável do Município de Jóia?

Mediante a esta problemática, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e/ou para desenvolvimento rural sustentável do município de Jóia a partir de experiências selecionadas. Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa foi desdobrada nos seguintes objetivos específicos: i) caracterizar a organização socioprodutiva da agricultura familiar em Jóia; ii) analisar a agricultura familiar voltada à produção de base ecológica/agroecológica, ou direcionada às atividades alternativas aos sistemas produtivos convencionais, e iii) compreender suas interações com os processos de desenvolvimento rural e/ou rural sustentável, no município de Jóia.

A motivação para a escolha do tema agricultura familiar se deu a partir da compreensão, por parte do autor, sobre a importância que esta temática apresenta para o desenvolvimento sustentável dos processos socioprodutivos do meio rural. Tal constatação se origina das leituras relacionadas às temáticas rurais, bem como das experiências acadêmicas e

¹ Estes projetos podem ser de Reassentamento de Barragem (PRB), desenvolvidos por empreendimentos hidroelétricos de utilidade pública reconhecidos pelo INCRA como integrantes do Projeto Nacional de Reforma Agrária. São destinados aos agricultores e agricultoras atingidos pela construção de empreendimentos hidroelétricos (INCRA, 2007).

profissionais do autor. Uma vez que no período de graduação no curso de Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria, em ocasião de mobilidade acadêmica, e posteriormente estágio curricular na Universidade Federal de Viçosa, o autor participou de projetos de extensão com agricultore(a)s familiares em comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária da Zona da Mata do estado de Minas Gerais.

Posteriormente, o autor, que é natural do município de Jóia, desempenhou experiências profissionais com agricultore(a)s familiares orgânicos certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia da região metropolitana de Curitiba-PR e agricultore(a)s familiares, agricultore(a)s assentado(a)s, acampado(a)s e povos indígenas das regiões Baixo Sul e Extremo Sul do estado da Bahia.

A importância da realização deste trabalho pode ser justificada por fatores, dentre os quais cabe destacar a identificação de uma lacuna na bibliografia sobre esta temática no contexto do município de Jóia. Tal constatação se deu a partir da realização de revisão bibliográfica, onde foram encontrados materiais relacionados aos assuntos como reforma agrária no município, a exemplo das obras de Piccin (2007), Mendes (2010) Oliveira (2014), Santos (2018) ou sobre os sistemas de produção de pecuária leiteira em Andreatta (2003). Porém, especificamente sobre a temática da agricultura familiar, bem como da discussão de dados recentes relativos ao tema, a busca apontou uma carência de estudos.

Neste sentido, além de colaborar para a ampliação na literatura pertinente a esta temática, a pesquisa, ao identificar e discutir os indicadores socioprodutivos relacionados à agricultura familiar, visa contribuir para geração de dados que poderão servir de subsídios para a valorização desta categoria em nível local/regional. Também, tendo em vista a importância de temas relacionados à sustentabilidade e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) igualmente este trabalho, busca contribuir para a ampliação das discussões relacionadas a estes debates. Do mesmo modo, esta investigação, auxiliará na promoção da visibilidade do papel das famílias agricultoras nos processos de desenvolvimento rural e/ou desenvolvimento rural sustentável em nível local.

Isso se faz importante, uma vez que 83% dos estabelecimentos agropecuários do município estudado possuem área inferior a 50 hectares. Considerando que o módulo fiscal neste município corresponde a 35 hectares, ao usar o critério de tamanho da propriedade, seguramente estes estabelecimentos se enquadrariam na categoria da agricultura familiar (BRASIL, 2021; IBGE, 2021 b).

No que tange a estrutura desta dissertação, cabe destacar, que além deste capítulo introdutório, o trabalho conta com mais seis capítulos, igualmente apresenta as referências

bibliográficas e os apêndices. Neste contexto, o segundo capítulo corresponde a uma revisão teórica, onde foram debatidas as principais temáticas que fundamentarão teoricamente este estudo, como desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar. O terceiro capítulo refere-se aos procedimentos metodológicos, tópico que apresentará os mecanismos utilizados para realização desta pesquisa. O quarto capítulo, corresponde a uma caracterização do município de Jóia a partir de dados secundários, com destaque ao papel da categoria da agricultura familiar. O quinto capítulo, apresenta os resultados obtidos mediante levantamento de dados primários, referentes às agroindústrias familiares de Jóia, estudadas nesta pesquisa. O sexto capítulo, se refere aos resultados, porém estão apresentadas e discutidas informações correspondentes às experiências produtivas de base ecológica/agroecológica pesquisadas por este trabalho. Por último, são apresentadas as considerações finais, as referências bibliográficas e apêndices.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: DO DESENVOLVIMENTO RURAL AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Neste capítulo serão discutidos os principais temas que fundamentaram teoricamente este trabalho. Inicialmente é apresentada uma abordagem sobre o Desenvolvimento Rural, bem como a evolução deste tema e alguns dos diferentes pontos de vista em relação ao assunto. Para enriquecer esta discussão, também foram realizados neste tópico, apontamentos referentes à noção do rural e a concepção de desenvolvimento. Posteriormente pode ser encontrada uma abordagem acerca dos temas Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade com o objetivo de fundamentar o debate pertinente ao Desenvolvimento Rural Sustentável. Além disso, também foi debatido o papel da Agroecologia nesses processos. Por último, constam apontamentos teóricos sobre a Agricultura Familiar, sua condição como categoria social, as principais características e os desafios enfrentados, além da relação desta com os processos de desenvolvimento rural e o desenvolvimento rural sustentável.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL

Nas últimas décadas, os estudos referentes ao desenvolvimento rural, foram revigorados por abordagens inovadoras nos campos teóricos e metodológicos. Neste cenário, observa-se “(...) uma ampla gama de estudos de caso, análises comparativas, reflexões de natureza metodológica e esforços de teorização” (SCHMITT, 2011, p.89). Nesta conjuntura, Alcântara e Lima (2019, p. 50-51) ao abordarem o assunto, indicam que

(...) A temática do Desenvolvimento Rural vai incorporando múltiplas dimensões e diversas adjetivações, com seus elementos positivos e ao mesmo tempo limitantes e até contraditórios. Porém, não há como negar que o Desenvolvimento Rural ganhou um amplo cenário de discussões, angariando uma legitimidade singular no tempo presente.

Mediante este cenário, entende-se que ao longo do tempo foram emergindo diferentes pontos de vista no que tange ao entendimento sobre a noção de desenvolvimento rural (KHUN, 2015; SCHNEIDER, 2010; ELLIS, BIGGS, 2005; NAVARRO, 2001). Da mesma maneira, observa-se que questões relacionadas a esta temática, como a ideia de espaço rural (WANDERLEY, 2001; KAGEYAMA, 2004; VEIGA, 2005; GRAZIANO DA SILVA, 1997) e o tema desenvolvimento (ALMEIDA, 1997; VEIGA, 2001; CONTERATO E FILLIPI, 2009, NARDINI *et al.*, 2019) também foram sendo abordados sob distintas perspectivas.

Neste contexto, no que concerne à compreensão de espaço rural, destaca-se a percepção de Wanderley (2001). Esta autora, ao discorrer sobre o espaço rural, indica que esse universo se refere a um cenário que preserva peculiaridades históricas, socioculturais e ecológicas, fatores que lhe proporcionam uma realidade própria representando além de uma dimensão física também um lugar de vida. Neste viés, ao mesmo tempo em que se configura como um meio específico e diferenciado, o mundo rural constitui-se em um campo integrado socialmente ao conjunto da sociedade e ao contexto atual (WANDERLEY, 2001).

Nesta conjuntura, ao dissertar sobre o espaço rural e sua relação com a agricultura familiar, Stoffel (2013, p.21) entende “(...) que o meio rural não pode estar isolado do meio urbano (...)”. Conforme a autora, existem serviços importantes para as famílias agricultoras que em geral só ocorrem no meio urbano, o qual além de apresentar-se como um ambiente de oferta de bens e serviços, também se configura como um relevante mercado consumidor da produção advinda do espaço rural. Dessa maneira a autora considera que

Trata-se de uma inter-relação na qual existam ganhos recíprocos entre os dois espaços, uma vez que será no rural que os agricultores familiares desenvolvem suas atividades que podem gerar excedentes a serem comercializados no meio urbano. Já o meio urbano pode dispor de bens e serviços demandados pelos agricultores familiares e que não estejam disponíveis no espaço em que ele vive (STOFFEL, 2013, p. 21).

Kageyama (2004), ao discutir sobre a definição de rural, aponta que este conceito se comporta de maneira dinâmica, uma vez que com o passar do tempo, foi ganhando novas atividades e funções que resultaram em novas interpretações. Ao debater sobre o tema, Graziano da Silva (1997) entende que a delimitação entre o rural e o urbano está cada vez mais difícil de ser identificada. O autor aponta que tal separação apresenta cada vez menos importância. E, pela ótica de espaço, afirma que o rural pode ser compreendido como “*continuum*” do urbano. No caso da diferenciação das atividades econômicas, os centros urbanos não podem ser caracterizados apenas pela presença de atividades industriais como o meio rural não apresenta somente atividades agropecuárias.

Segundo Souza e Klein (2019) a noção de meio rural manifesta diferentes conceituações conforme o período histórico e a conjuntura social em que esta ideia está inserida. Para os autores, os diferentes entendimentos sobre o rural, são influenciados pelos distintos contextos relacionados aos âmbitos econômicos, sociais e espaciais de cada época. De acordo com Kageyama (2004), apesar do permanente debate sobre a acepção de rural, a autora identifica que parece haver uma concordância a respeito de quatro tópicos:

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (função produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. (KAGEYAMA, 2004, p. 382).

Assim como o entendimento correspondente ao universo rural, a ideia relacionada ao desenvolvimento também foi ganhando novas interpretações e adquirindo novos significados ao longo do tempo. Deste modo, Rambo *et al.*, (2016) apontam que nas últimas décadas é possível verificar a ocorrência de uma alteração constante nas perspectivas relacionadas à dinâmica e a noção do que se entende como desenvolvimento. De acordo com as autoras

Este termo que se dissemina principalmente após a Segunda Guerra Mundial, já representou riqueza, evolução, progresso, crescimento, industrialização, modernização, incremento dos índices socioeconômicos e ambientais, bem como liberdade. Quanto à sua dinâmica, já se considerou o desenvolvimento resultante da atuação do Estado, seja keynesiano ou desenvolvimentista, ou então, do livre jogo das forças do mercado a partir de uma ótica neoliberal (RAMBO *et al.*, 2016, p. 2)

Neste contexto, ao dissertar sobre a evolução desta temática, Almeida (1997) considera que a noção de desenvolvimento alcança destaque no século XX, tanto no âmbito das discussões nos campos neoliberais quanto nos campos socialistas. A ideia de desenvolvimento foi impulsionada por teses e perspectivas econômicas que concebem o Estado como um elemento importante no que tange ao fomento da modernização, assegurando uma relevante função do desenvolvimento nas esferas econômicas e técnicas. Neste cenário, é dentro da perspectiva do liberalismo, que a expressão *desenvolvimento* vai com o passar do tempo ocupar o lugar da ideia relacionada ao progresso. Neste contexto, cabe destacar, que a noção correspondente ao progresso prevaleceu de maneira preponderante até os anos de 1930 (ALMEIDA, 1997).

A ideia de desenvolvimento busca considerar de maneira ampla todas as esferas, abrangendo as diferentes dimensões relacionadas aos campos econômicos, sociais e culturais. No entanto, apesar da amplitude deste conceito, posteriormente, esta noção será reduzida à ideia de modernização. A partir disso, os países considerados de Terceiro Mundo, passaram a ser classificados sob a ótica dos moldes dos países tidos como desenvolvidos, “este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a manter ‘em atraso’ os países ‘subdesenvolvidos’” (ALMEIDA, 1997, p. 37).

Ao dissertar sobre o processo de modernização no âmbito da produção agrícola, Brum (2009, p. 538) indica que “a partir do início da década de 1950, a agricultura brasileira entrou em um processo de modernização, baseado na mecanização e na tecnificação da lavoura e na intensa aplicação de insumos químicos”. Ao analisar esta temática, Wanderley (2003, p. 53)

entende que “(...) o modelo produtivista, que realizou a modernização agrícola, é hoje profundamente questionado pelos seus efeitos perversos de ordem econômica, social e ambiental, e que afetam o conjunto da sociedade”.

Veiga (2001), ao debater sobre o tema desenvolvimento, aponta a emergência de uma nova abordagem, a qual difere da perspectiva que associa o desenvolvimento à modernização. Segundo o autor, esta ideia é proposta por Amartya Sen (2000) no livro intitulado “Desenvolvimento como liberdade”. De acordo com Veiga (2001, p. 105)

A tese de Sen é que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ela contrasta com visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Essas cinco façanhas são obviamente importantíssimas como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis.

Entretanto, Khun (2015) indica que alguns estudiosos e economistas ainda hoje mantém a interpretação de que o processo de crescimento econômico pode ser sinônimo de desenvolvimento. Deste modo, a autora chama a atenção de que esta ideia inicial, não deve ser mais utilizada, sem que ocorram algumas observações. No entanto, de acordo com Khun (2015), isso não significa que se deve desconsiderar a relevância do crescimento da área econômica para o desenvolvimento das nações, porém, é necessário entender que esse crescimento necessita estar vinculado a outros elementos, tais como a diminuição das desigualdades.

Neste contexto, Assad e Almeida (2004) ao dissertarem sobre a ruralidade, apresentam um paralelo sobre o rendimento econômico e a qualidade de vida do meio rural. De acordo com os autores, apesar do satisfatório desempenho da agricultura na área econômica, é essencial que seja realizada uma observação com maior atenção a respeito da atual dinâmica produtiva e dos desafios que se apresentam para o(a)s agricultore(a)s brasileiro(a)s, uma vez que os produtos do modelo de agricultura resultante da modernização agrícola, não tem possibilitado uma eficiente e ampla melhoria nos aspectos relacionados à qualidade de vida do universo rural. Nesta conjuntura, Hentz e Hespanhol (2020, p. 21), indicam que “de fato, presenciou-se grande crescimento econômico, todavia, este não implicou, necessariamente, em desenvolvimento rural”.

Neste sentido, Khun (2015) esclarece que ao ser verificada a realidade de nosso país observa-se que apesar de alcançar bons índices de crescimento econômico quando confrontado com outros países, os índices de desigualdades permanecem sendo elevados. Sob

esta perspectiva, ao analisarem a diferenciação entre o crescimento econômico e a noção de desenvolvimento Conterato e Fillipi (2009, p. 10) elucidam que

(...) É possível traçar algumas diferenças mínimas entre **crescimento econômico**, que marca um período histórico bem delimitado em nosso país, e **desenvolvimento**, este, sim, movimento mais amplo, que não se restringe ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB), mas se caracteriza por envolver questões de maior alcance, como a preservação dos recursos da natureza, o acesso a bens e serviços públicos de qualidade. Objetivamente, assume-se que desenvolvimento é muito mais amplo que progresso e não se resume às taxas de crescimento econômico ao longo de um ano ou uma década.

Souza e Del Grossi (2013) ao discutirem sobre o tema, mais precisamente no que tange aos enfoques teóricos que emergiram após a Segunda Guerra Mundial, também apontam que estas abordagens associavam a noção de desenvolvimento ao crescimento econômico. De acordo com os autores, igualmente neste período, se instituiu uma espécie de equívoco no entendimento das ideias de desenvolvimento agrícola e de desenvolvimento rural, de tal maneira que a concepção de meio rural foi reduzida quase que unicamente à promoção das dinâmicas agrícolas. Assim, negligenciando que o universo rural compreende uma série de atividades que abrangem outras áreas como os setores comerciais, de serviços, industriais, entre outros.

Ao discorrer a respeito da evolução das percepções sobre o meio rural e a agricultura, Schneider (2009, p 228) indica que:

(...) É cada vez mais aceito entre os estudiosos do mundo rural brasileiro que está em marcha um processo de diferenciação entre a agricultura e o espaço rural. Isto se deve ao fato de que, especialmente a partir da década de 1990, vem-se assistindo no Brasil a um crescimento significativo de pessoas em idade ativa que residem nas áreas rurais, mas estão ocupadas em atividades não-agrícolas.

Também a partir de uma perspectiva histórica, Marques (2002) aponta que os projetos de desenvolvimento no espaço rural empreendidos ao longo de vários anos no Brasil, possuíram como metas principais expandir e fortalecer o setor do agronegócio. Tal caminho favoreceu a obtenção de volumes de produção crescentes e na criação de divisas para o país, mediante exportações de commodities. Porém, apesar destes resultados, este modelo gerou e tem gerado crescentes custos nos âmbitos social e ambiental. Complementando esta ideia Dal Soglio e Kubo (2009, p. 9) indicam que

(...) Como posteriormente ficou evidente, não basta produzirmos grandes quantidades de alimentos, pois a fome é resultado da desigualdade no acesso aos alimentos. Além disso, o modelo de agricultura que foi adotado vem causando problemas ambientais muitas vezes irreversíveis, devido à destruição de habitats, à redução da biodiversidade, ao consumo excessivo e à contaminação da água, à contaminação dos ecossistemas com químicos e à liberação de gases causadores do efeito estufa.

As mudanças em relação às compreensões sobre as noções do desenvolvimento rural, incidiram em alterações da forma de atuação do Estado. Neste contexto, no período de modernização da agricultura onde a noção de desenvolvimento era entendida como sinônimo de crescimento econômico, as políticas públicas foram direcionadas aos subsídios da agricultura patronal, ao acesso aos créditos para obtenção de novas tecnologias voltadas ao aumento produtivo (FREITAS, *et al.*, 2012). De acordo com Hentz e Hespanhol (2020, p. 21), neste período “(...) o desenvolvimento era pensado como sinônimo de crescimento econômico, sem considerar a questão social do país”.

Ao analisar este contexto, Favareto (2010) indica que a década de 1980 é marcada como o período em que a temática do desenvolvimento rural volta a ser discutida como alternativa de política específica. Percebe-se que apesar das economias terem crescido e o volume de alimentos produzidos ter aumentado, a pobreza e desigualdade também se intensificaram. De acordo com Castro (2019, p. 52) foi neste período em que

(...) Muitos autores começaram a questionar o paradigma de que desenvolvimento rural se resumia a desenvolvimento agrícola – entre outros motivos, devido à persistência da pobreza no meio rural, mesmo com o crescimento da produção agrícola.

Conforme Cardona *et al.*, (2016) até a metade da década de 1980, o Estado se configurava como parte principal no estabelecimento, proposição e condução de processos de desenvolvimento. Entretanto, no período que corresponde ao final do século XX, o Estado passa a apresentar dificuldades referentes à continuidade da organização do desenvolvimento de maneira intervencionista, a qual vedava participação de atore(a)s sociais locais. Neste contexto, a sociedade civil se organiza e inicia a construção de parcerias e redes, na busca pela promoção de processos de desenvolvimento em nível local ou territorial, porém nestas dinâmicas mantem-se a participação do Estado, a qual configura-se como um importante ator. Esta temática, também é evidenciada por Maluf (2015, p. 9), o qual argumenta que

No período recente, novos atores sociais emergiram e identidades foram construídas, assim como se ampliaram e se diversificaram os instrumentos de ação pública refletindo a periódica renovação das compreensões sobre o meio rural e dos enfoques sobre os rumos antevistos ou desejados para as populações que nele vivem e trabalham.

Nesta nova conjuntura, como já observado, uma das alterações mais relevantes a salientar, corresponde a articulação da atuação do(a)s atore(a)s locais, com uma nova acepção de rural, este que passa a ser visto não mais como um espaço unicamente associado a atividade agrícola, mas sim, como universo que abrange uma ampla diversidade nas dimensões econômicas, sociais e culturais (CARDONA *et al.*, 2016). Este entendimento também é partilhado por Kageyama (2009, p 250), para quem:

A função produtiva, antes restrita a agricultura, passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e a conservação ambiental; a função populacional, que nos período de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral.

Neste cenário, Graziano da Silva (1997, p. 43) defende a ideia de que o meio rural não dever ser analisado somente mediante a ótica agrícola:

(...) Já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas - tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

Porém, apesar da percepção da importância da construção de um novo olhar sobre o desenvolvimento rural, na década de 1980, com a emergência de novos parâmetros de políticas influenciadas pelo neoliberalismo, a atuação do Estado na gestão de suas políticas foi limitada. Por consequência, a discussão relacionada ao desenvolvimento foi retirada da pauta de debates da esfera pública (CARDONA *et al.*, 2016). Entretanto, apesar desses fatores, essa temática ressurgiu novamente na década seguinte.

Neste cenário, Schneider (2010) informa que a partir dos anos 1990 tanto as políticas públicas, quanto os debates teóricos no que tange ao desenvolvimento rural, reaparecem pautados em princípios totalmente distintos daqueles que respaldavam o assunto nas décadas anteriores. Este ressurgimento do assunto, recebeu forte influência das alterações nos campos sociais, políticos e econômicos, que ocorreram nas esferas do Estado, da sociedade civil e nas abordagens de estudiosos(a)s e pesquisadore(a)s. Deste modo, estas transformações induziram os debates específicos sobre a temática do “(...) desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros” (SCHNEIDER, 2010, p. 512). Por conseguinte, Conterato e Fillipi (2009, p 40) ressaltam que:

A virada do século XX para o século XXI marcou, assim, um momento histórico nessa problemática, graças à introdução de novas temáticas, como as questões ambientais, as questões de gênero, da combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas, do empreendedorismo e da inovação, do papel das instituições, das redes agroalimentares, entre outras. Isso permitiu tratar tais mudanças visando um novo paradigma de desenvolvimento rural, menos ancorado apenas na produção agropecuária do que aquele observado ao longo das últimas décadas.

Também Marques (2002), indica que a evolução dos movimentos sociais no campo, e o fortalecimento de suas lutas, contribuíram para que progressivamente fosse evidenciada a importância da elaboração de um planejamento de desenvolvimento para o meio rural que favorecesse a promoção de alternativas de desenvolvimento também voltadas ao campo social. De acordo com a autora, tais estratégias não devem se limitar a uma abordagem econômica e setorial. Sendo assim, Kageyama (2009, p. 251) aponta que “As transformações no meio rural nas últimas décadas vão muito além das mudanças na composição das ocupações e da renda das famílias agrícolas, mas redirecionaram as próprias trajetórias de desenvolvimento”.

De acordo com Schneider (2004), a partir de meados da década de 1990, começou adquirir expressividade no país, uma mudança de abordagem a qual visava repensar o padrão de desenvolvimento rural adotado até então, bem como reorientar as maneiras de atuação do Estado, e a concepção de políticas públicas. Essa mudança de perspectiva referente ao desenvolvimento rural foi impulsionada por transformações no modo de gestão do Estado, em especial, a partir da participação mais efetivada de agências de regulamentação e descentralização de determinadas políticas públicas do âmbito federal. Tais medidas permitiram que os governos locais angariassem novas responsabilidades.

Ao discutir o assunto, Veiga (2000, p. 34) enfatiza a importância de se considerar as dimensões local/regional para os processos de desenvolvimento:

O fato é que o desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente local e regional. E as localidades e regiões que melhor conseguem se desenvolver são as que apresentam maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local na tomada de decisões, para o aumento da capacidade de reter e reinvestir capitais, para o aumento da inclusão social e para o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente.

Também ao discorrer sobre esta temática, Freitas *et al.*,(2012) indicam que na atualidade, após a crise deste padrão de desenvolvimento, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, adquiriam novos delineamentos, destacando-se a preocupação com a participação social e o enfoque dos temas como agricultura familiar e acesso à terra (FREITAS, *et al.*,2012).

Abramovay (1998) destaca a importância das políticas direcionadas ao desenvolvimento do meio rural. Segundo o autor, o desenvolvimento rural não ocorrerá de forma espontânea como consequência das movimentações das forças de mercado. Mas sim, a partir da construção de políticas eficientes na sua promoção. Porém, de acordo com o autor, é essencial que primeiramente se altere as perspectivas que as elites do país detêm sobre o meio

rural, onde a evasão sociocultural e demográfica é julgada na maioria das vezes como resultado do próprio processo de desenvolvimento.

Navarro (2001), ao dissertar sobre o desenvolvimento rural, aponta que em termos de Brasil apresenta-se uma certa carência de discussões abrangentes e contínuas, por parte dos campos políticos e acadêmicos referentes a esta temática. Mediante estas constatações torna-se necessária à exposição de diferenças na esfera conceitual. Para o autor, o fato de não ocorrer no país uma sólida tradição no campo de análises das políticas públicas voltadas ao meio rural, assim como um estudo mais preciso sobre as ações referentes ao desenvolvimento rural contemporâneo, podem ter resultado no surgimento de distintas expressões utilizadas por vezes de forma equivocada devido aos seus diferentes significados. Também o autor, diferencia o Desenvolvimento Agrícola, Agrário, Rural e Rural Sustentável. Neste viés, Khun (2015, p.19) complementa sugerindo que “(...) a noção de desenvolvimento rural vai, com o passar do tempo, metamorfoseando-se e sendo indicada por variáveis diferentes ao longo do tempo”.

Além de Navarro (2001), outro(a)s autores(a)s discorrem sobre as compreensões que tangem ao desenvolvimento rural, bem como de suas alterações percebidas no decorrer dos anos. Chalita (2005, p. 98-99) afirma que

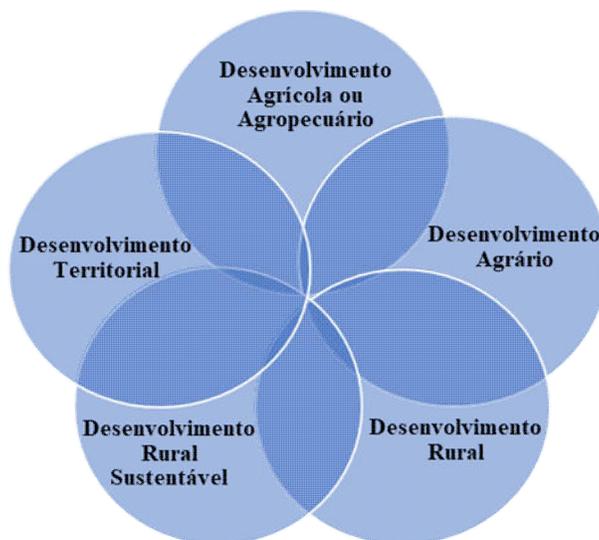
(...) A noção de desenvolvimento rural surge posteriormente àquela de desenvolvimento agrícola (condições de produção relativas à atividade econômica específica) e àquela de desenvolvimento agrário (condições de produção na sociedade inerentes ao processo histórico e estrutural mais amplo). Por isso, é uma noção que traduz alterações políticas, sociais e econômicas influenciadas pelos novos condicionantes que o movimento mais geral da sociedade gradualmente impõe às populações e às atividades rurais, para além das condições únicas da realização da prática econômica.

Neste viés, Cardona *et al.*, (2016) ao debaterem sobre os conceitos associados ao desenvolvimento rural, adicionam aquelas conceituações apresentadas por Navarro (2001) a definição de desenvolvimento territorial. Complementando esta ideia, Schneider (2004) indica que distintas perspectivas de análises que estudam a temática do desenvolvimento rural, atribuem um papel cada vez mais importante à abordagem territorial. Deste modo, a esfera territorial começa a se afirmar como um relevante elemento de análise conceitual e de referência entre pesquisadore(a)s e estudioso(a)s do assunto. De acordo com o último autor, devido às peculiaridades e características que são específicas ao meio rural, estabelecidas por elementos relacionados aos fatores socioeconômicos, edafo-climático, tecnológicos, o desenvolvimento rural corresponde “(...) a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial” (SCHNEIDER, 2004, p. 99).

Ao dissertar sobre as variações que a temática apresentada sofreu no decorrer dos anos, Navarro (2001) indica que apesar das diferentes definições sobre desenvolvimento rural, nenhum dos conceitos difundidos, deixou de enfatizar a busca pela melhoria do bem-estar das populações do meio rural como o objetivo maior desse desenvolvimento. Para o autor, as principais diferenças no que concerne à compreensão de desenvolvimento rural, podem ser expressas nas estratégias de desenvolvimento e nas prioridades dos projetos.

Desse modo, após as discussões referentes as concepções da definição do conceito de desenvolvimento rural, a imagem 1 busca contribuir para o melhor entendimento da temática, sistematizando essas expressões.

Imagem 1- Concepções relacionadas ao conceito de Desenvolvimento Rural



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de Navarro (2001), Cardona *et al.*,(2016).

Ao observar a imagem 1 verifica-se que ao longo do tempo, várias expressões referentes a temática do desenvolvimento rural foram usadas. Observa-se, que inicialmente a ideia foi associada ao desenvolvimento agrícola ou agropecuário, porém esta percepção foi com o passar dos anos sendo vista sob outros ângulos. Deste modo, compreende-se que tais expressões, correspondem a formas diferentes de abordar o tema.

Ainda sobre esta temática, Schneider (2004) elucida que, embora muito difundida e empregada, a noção de desenvolvimento rural permanece sendo uma definição com certa complexidade, podendo apresentar muitas faces, predisposta a ser abordada mediante diversas perspectivas teóricas. Deste modo, apesar da amplitude deste tema, o desenvolvimento rural pode ser considerado “(...) como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais.” (SCHNEIDER, 2004, p. 98).

Dessa maneira, observa-se que há autores, que apesar de dissertarem sobre o Desenvolvimento Rural, indicam características presentes no Desenvolvimento Rural Sustentável.

Fleury (2009) indica a importância de se analisar o desenvolvimento rural a partir de uma visão sistêmica, a qual seja capaz de compreender e de considerar em suas formulações “(...) a imbricada rede de articulações e interdependências entre elementos ambientais, sociais e técnicos, todos componentes de um complexo sistema multifacetado” (FLEURY, 2009, p. 71).

Ao abordar sobre as mudanças a respeito das definições em torno da percepção de desenvolvimento, ocorridas desde a década de 1950 até os dias atuais, Cardona *et al.*, (2016) apontam que de um direcionamento voltado ao aumento do volume da produção agrícola, evidenciado desde a década de 1950 até o final da década de 1970, passou-se a conceber “(...) o desenvolvimento rural um conjunto abrangente e complexo de ações previamente articuladas que objetivam mudanças gerais em um ambiente social.” (CARDONA *et al.*, 2016, p. 145-146). Dessa maneira, cabe salientar, que apesar de tais características serem apontadas pelos autores como aspectos relacionados ao Desenvolvimento Rural, esses fatores estão mais próximos do que se define neste trabalho como Desenvolvimento Rural Sustentável.

Conforme Freitas *et al.*, (2012), a temática do desenvolvimento rural encontra-se nas últimas três décadas em um debate caracterizado pelo confronto de diferentes ideias, perspectivas, e tipos de narrativas. Tal embate acaba intervindo nas decisões e iniciativas que são tomadas para a sua promoção. Entretanto, compreende-se que essas diferentes interpretações sobre o desenvolvimento rural, nem sempre são contrárias, porém visam consolidar posições políticas distintas, que baseadas em uma série de fatores buscam promover transformações em realidades específicas, suscitando mediante suas interferências, aquilo que consideram como desenvolvimento. Por conseguinte, de acordo com Premebida e Almeida (2006, p.461) “o desenvolvimento rural expressa um ideal no qual se enraízam representações referentes a planejar, pensar, adaptar ou transformar uma determinada realidade”.

Ao analisar as principais perspectivas e correntes de pensamento que debatem o tema do desenvolvimento rural no Brasil, Schneider (2010) verificando essas narrativas de uma forma em conjunto, indica que é possível observar concordâncias e entendimentos que são consensuais entre as propostas avaliadas. De acordo com o autor, é possível destacar alguns pontos:

Primeiro, os estudiosos parecem concordar que a usual redução do espaço rural às atividades agropecuárias perdeu sentido na atualidade, colocando-se o desafio de pensar as interfaces e os atributos que caracterizam o espaço e seu conteúdo como um todo. Segundo, há um relativo consenso sobre a dimensão multidimensional da sustentabilidade do desenvolvimento, assim como em relação ao papel da agricultura familiar e das formas heterogêneas de sua inserção na dinâmica da economia capitalista. Terceiro, mesmo que de forma difusa, as abordagens parecem concordar que no Brasil o foco das ações do desenvolvimento rural deve ser o combate à pobreza e às múltiplas vulnerabilidades das populações rurais (SCHNEIDER 2010, p.528).

Conforme Khun (2015) mediante características estabelecidas, é viável a identificação de processos de desenvolvimento rural. Tais características estão associadas aos elementos como a paisagem, as conexões entre os indivíduos e a natureza, fatores sociais e econômicos, e a racionalidade das unidades de produção do meio rural. Kageyama, (2009, p. 267) ao dissertar sobre a temática, considera que:

O desenvolvimento rural abrange não apenas ao crescimento econômico-expansão da renda, da produtividade, dos mercados, mas também a melhoria das condições de vida da população residente no espaço rural.

Desta maneira, entende-se também, que o tema desenvolvimento rural atualmente corresponde a uma temática muito debatida tanto na comunidade acadêmica, quanto nos âmbitos dos movimentos e organização de cunho social, bem como por formuladores de políticas públicas direcionadas a agricultura e ao universo rural. Os debates sobre as diferentes dimensões do desenvolvimento vem se expandindo mediante abordagens referentes ao crescimento na esfera econômica e social, sobre os processos de modernização e nos últimos anos sobre o desenvolvimento sustentável (SOUZA, ALMEIDA, 2020).

Nesta perspectiva, Alcântara e Lima (2019) também discorrem sobre os fatores que influenciaram na construção de uma nova visão sobre o desenvolvimento rural. Os autores apontam a temática da sustentabilidade ambiental como um dos elementos que nutre os debates referentes ao assunto. Desse modo, tendo em vista a relevância do tema relacionado à sustentabilidade no meio rural, na próxima seção, a abordagem busca aprofundar os estudos relacionados aos processos de desenvolvimento rural, direcionando o debate para a temática do desenvolvimento rural sustentável.

2.2. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Segundo Freitas e Deponti (2019, p 2) “as concepções sobre “desenvolvimento” alcançaram um novo paradigma no século XXI. Além de riqueza, incluem-se agora elementos relacionados à saúde, à educação, à segurança, ao meio ambiente sustentável.” Na mesma

perspectiva, Gregolin *et al.*, (2019) apontam que a noção de desenvolvimento, ao longo do tempo está sofrendo alterações que resultaram na emergência de novas concepções, como exemplo o conceito de desenvolvimento sustentável. Porém, de acordo com os autores, o conceito de desenvolvimento sustentável, também, desde sua emergência, foi sendo revisado e reformulado. Conforme Gregolin *et al.*, (2019, p. 62) neste processo de reelaboração, “as dimensões propostas por Ignacy Sachs acabaram por dotar o conceito de maior enraizamento social, cobrindo assim uma gama maior de aspectos da vida humana e do planeta”.

Ao discorrer sobre este assunto, Feil *et al.*, (2016) argumentam que atualmente os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, correspondem a uma série de alternativas relacionadas à resolução de problemas referentes a degradação do meio ambiente, a garantia de bem-estar das populações e a conservação dos recursos naturais. Tendo em vista a amplitude desses assuntos, é relevante que se reconheça a diferenciação conceitual que existe entre as definições de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Neste sentido, Feil *et al.*, (2016) explanam que a noção de sustentabilidade está associada a ideia de qualidade dos sistemas. Ao abordarem sobre o desenvolvimento sustentável, os autores indicam que este pode ser visto como uma estratégia imprescindível para o alcance da sustentabilidade. Complementando estas ideias, os autores apontam que o desenvolvimento sustentável se refere a

(...) Uma mudança realizada de forma intencional, objetivando a melhoria da estrutura, com o foco voltado a manter ou aumentar a característica do sistema no atendimento da necessidade da população. Esta melhoria é realizada via habilidades técnicas, financeiras e de gestão para alcançar a sustentabilidade. (FEIL, *et al.*, 2016, p. 17).

Conforme Sugahra e Rodrigues (2019) o conceito de desenvolvimento sustentável esteve presente na agenda global ao longo de toda metade do século XX e princípio do século XXI. Institucionalizado de maneira formal no ano de 1987 pela ONU (Organização das Nações Unidas), este conceito, além de corresponder a uma das mais expressivas preocupações da humanidade, também se apresenta como um discurso constantemente em disputa. Tal afirmação decorre do fato de diferentes setores políticos e socioeconômicos buscarem o reconhecimento de sua interpretação acerca desta temática como verdadeira, visando favorecimento de suas agendas particulares. Os autores também apontam que a estruturação deste conceito, encontra-se apoiada no Relatório de Brundtland documento que “(...) é amplamente referenciado por apresentar um conceito de Desenvolvimento Sustentável plástico o suficiente para possibilitar sua utilização por diferentes atores e setores da sociedade.” (SUGAHRA, RODRIGUES, 2019, p. 31).

De acordo com Vizeu *et al.*, (2012), este conceito também é passível de críticas. Os autores consideram que esta noção apresenta contradições à medida que pode ser utilizada para satisfazer diferentes interesses. Nesta conjuntura, esses autores, advertem que a ideia de desenvolvimento sustentável

É apresentada como racionalidade absoluta, mas na realidade tem pouca sustentação por servir a qualquer momento, em qualquer situação dentro da lógica espacial e temporal estática e imutável. Para as organizações ou intelectuais que se apropriam das concepções de sustentabilidade, o que importa é encaixá-las dentro dos contextos e dos discursos que atendam aos seus interesses pragmáticos. (VIZEU *et al.*, 2012, p. 580).

Neste viés, Dal Soglio (2009) indica que o conceito de sustentabilidade, atualmente debatido, por vezes apresenta-se mal-empregado, sendo constantemente visto mais como um recurso de *marketing*, do que um objetivo a ser alcançado. Também Khun (2015) aponta que a ideia de sustentabilidade pode ser contestada sob vários aspectos.

Já ao dissertar sobre a incorporação dos debates relacionados ao desenvolvimento sustentável, Gregolin *et al.*, (2019) consideram que esta dinâmica se deu de maneira complexa e associada aos processos históricos. Outrossim, Nascimento (2012, p 51) ao discorrer sobre o assunto aponta que

Nos embates ocorridos nas reuniões de Estocolmo (1972) e Rio (1992), nasce a noção de que o desenvolvimento tem, além de um cerceamento ambiental, uma dimensão social. Nessa, está contida a ideia de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz, de forma transversal, a dimensão ética.

Também no que concerne à discussão sobre o desenvolvimento sustentável, salienta-se os (ODS) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela (ONU) Organização das Nações Unidas no ano de 2015 (EMBRAPA, 2022). Considera-se que os ODSs representam um chamado em nível global, que visa entre outras coisas, o término da pobreza, a proteção do meio ambiente e do clima. Ao total são 17 objetivos que interconectados, correspondem aos desafios primordiais de desenvolvimento que se apresentam para pessoas residentes em todas as partes todo o mundo. Na imagem 2 estão apresentados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (BRASIL.UN.ORG, 2022).

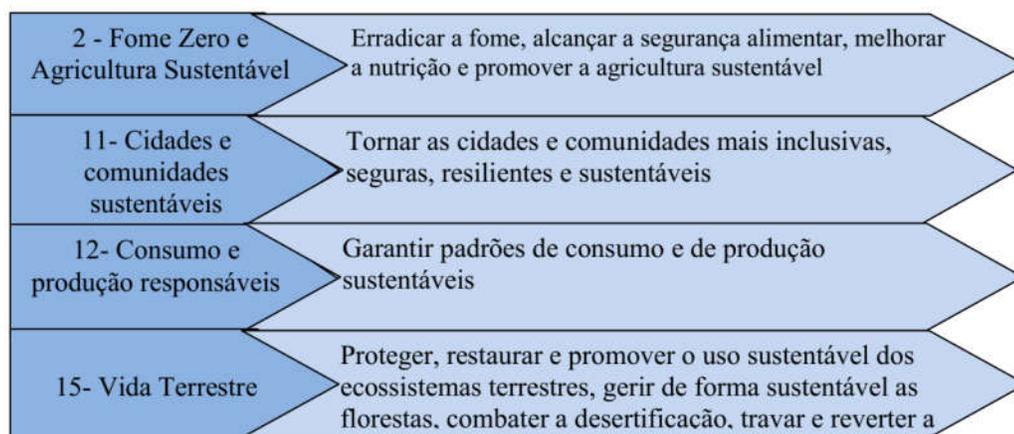
Imagem 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: FETEPE (2022)

Dessa maneira, após os estudos desses elementos, assim como dos fatores relacionados aos mesmos, compreende-se que os objetivos que apresentam maior afinidade com a pesquisa desta dissertação, referem-se aos ODS 2, 11, 12 e 15, conforme ilustra a imagem 3.

Imagem 3 - ODS afins com a pesquisa



Fonte: BRASIL.UN.ORG (2022).

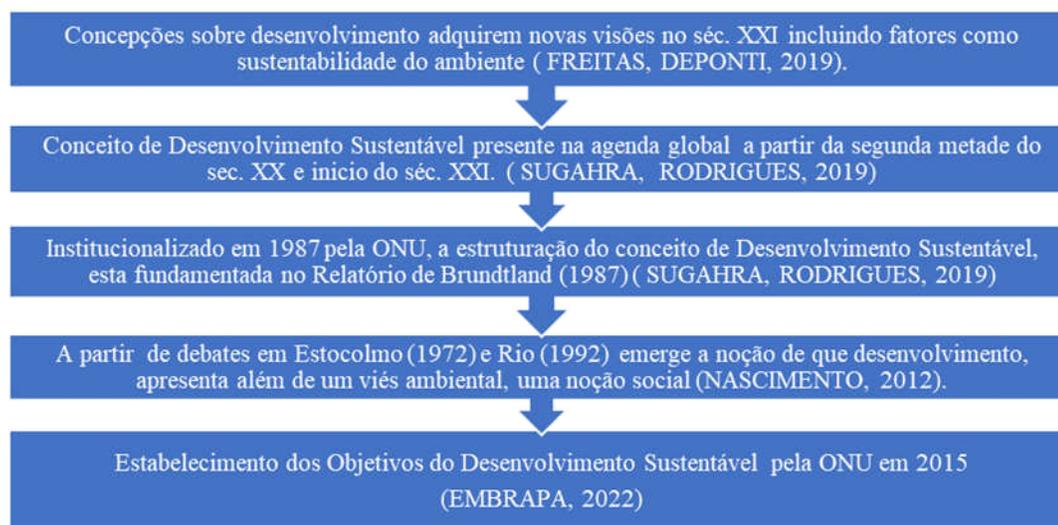
Como é possível observar na imagem 3, entende-se que os objetivos 2,11,12 e 15 são os ODS que mais se associam a esta pesquisa, uma vez que apresentam temas que vão ao encontro dos debates realizados por este estudo, como a segurança alimentar, agricultura praticada de forma sustentável, produção e consumo sustentável, sustentabilidade dos espaços e proteção dos recursos e bens naturais. Neste viés, cabe complementar que os aspectos manifestados por esses 4 ODS, apresentam uma conexão com as perspectivas referentes ao

Desenvolvimento Rural Sustentável. Uma vez que este considera elementos como gestão dos recursos naturais, bem viver das comunidades rurais, manejo dos agroecossistemas (RAMOS, 2001) assim como a valorização das particularidades de cada local (MEDEIROS E ALMEIDA, 2010), como fatores relevantes nos processos que visam o desenvolvimento pautado na sustentabilidade dos espaços rurais.

Sobre a discussão referente ao desenvolvimento sustentável, Assis (2006) acredita que este tem como princípio central a melhoria da qualidade de vida das pessoas, fundamentada no respeito das limitações dos ecossistemas. Para o autor, à medida que as pessoas usufruem dessas benesses, se configuram também como parte deste processo. Com isso, o seu comprometimento torna-se imprescindível para o alcance do sucesso esperado. Tendo como base esta perspectiva, para o alcance do desenvolvimento sustentável, é essencial que fatores como harmonia e racionalidade sejam buscados não unicamente na relação entre mulheres e homens com a natureza, mas sobretudo nas dinâmicas entre os próprios seres humanos.

Desse modo, a partir de tais exposições, na tentativa de sistematizar as ideias relacionadas ao tema Desenvolvimento Sustentável, foi elaborada a imagem 4, a qual apresenta os principais aspectos relacionados à temática, assim como a evolução das discussões referentes ao assunto.

Imagem 4 - Concepções do debate relacionado ao Desenvolvimento Sustentável no decorrer do tempo



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

A imagem 4 permite visualizar os desdobramentos do conceito de desenvolvimento sustentável. Apresenta, para tal, uma linha do tempo na qual são expostos elementos relacionados à temática, desde a década de 1970 até meados da década de 2010.

Ainda sobre a perspectiva sustentável do desenvolvimento, bem como no que tange a temática do desenvolvimento de uma forma geral, cabe destacar a ênfase indicada por Dal Soglio (2009) o qual entende que a discussão a respeito do desenvolvimento, não deve abranger somente os aspectos ambientais referentes às necessidades dos seres humanos, mas sim englobar todos os elementos dos ecossistemas os quais deveriam ser vistos de maneira igualitária. Isto contribuiria para que a sustentabilidade pudesse ser alcançada de maneira mais efetiva. Neste contexto, Gregolin *et al.*, (2019, p. 55) julgam que o desenvolvimento sustentável é algo que “(...) concomitantemente e em mesmo nível, promove o crescimento econômico, confere responsabilidade socioambiental, valoriza a cultura e as tradições em todos os espaços, bem como torna a sociedade mais equitativa e justa”.

Nesta ótica, Almeida (1997) assinala que o desenvolvimento sustentável deve primar por dirimir as carências dos grupos sociais, mediante gestões democráticas que observem a diversidade, considerando todos os elementos que fazem parte de uma sociedade. Assim, o desenvolvimento sustentável, ao reconhecer e articular distintas formas de organização e discursos se diferenciaria da concepção dominante de desenvolvimento considerada até então. Com isso, “o “modelo” de desenvolvimento buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental.” (ALMEIDA, 1997, p. 52). Nesta perspectiva, Nardini *et al.*, (2019, p. 83-84) ao debateram sobre a temática, indicam a que “a discussão em torno de um desenvolvimento que incorpore a noção de sustentabilidade envolve, portanto, um contexto mais amplo, pressupondo aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos.”

Este tema também é abordado por Veiga (2002) que ao dissertar sobre os desafios relacionados ao desenvolvimento rural brasileiro, salienta a importância do fomento às dinâmicas socioprodutivas que visem à conservação ambiental. De acordo com o autor

O maior desafio do país é iniciar a construção dessa prosperidade multiplicadora de novos empreendimentos que, simultaneamente, conserve a estabilidade e ponha fim às práticas de exploração predatória dos imensos recursos naturais. A busca desse desenvolvimento sustentável também exigirá um amplo rearranjo institucional, processo difícil e lento, devido à inércia imposta por fortes interesses cristalizados (VEIGA, 2002, p. 388).

A partir dessas considerações a respeito do desenvolvimento sustentável e da busca por alternativas produtivas capazes de promover estratégias de enfrentamento aos impactos causados nas esferas, ambientais, sociais e econômicas pelo atual modelo produtivo, torna-se relevante que as questões relacionadas à sustentabilidade sejam incorporadas nos processos de desenvolvimento direcionados ao universo rural, como argumentado por Veiga (2002).

Entende-se que os debates referentes tanto ao desenvolvimento rural, quanto ao desenvolvimento rural sustentável que se estabeleceram a partir da década de 1980, foram influenciados pelos resultados ocasionados pelo modelo de desenvolvimento adotado em décadas anteriores (CARDONA, *et al.*, 2016).

Deste modo, para melhor compreender o debate atual em torno do desenvolvimento rural brasileiro e suas diferentes vertentes entre as quais a que tange ao desenvolvimento rural sustentável, é importante trazer ao debate alguns fatores que contribuíram para esta discussão. Assim, cabe destacar que o espaço rural brasileiro presenciou significativas transformações nos últimos cinquenta anos. Tais alterações decorreram dos modelos produtivos que passaram a ser adotados mediante o processo de modernização da agricultura iniciado a partir da década de 1960. Este processo, que gerou transformações na agropecuária ocasionou inúmeras conseqüências, entre estas, significativos impactos nas dimensões socioeconômicas e ambientais, fatores que atingiram tanto o meio rural quanto o espaço urbano (BALSAN, 2006; SOUZA, ALMEIDA, 2020).

Ao analisar este assunto, Conterato e Filippi (2009) apontam que nas últimas décadas, o Brasil apresentou resultados relevantes no que concerne ao crescimento do volume de produção e de rendimentos físicos das principais culturas. Porém, na mesma intensidade que se verificou o crescimento destes indicadores, ocorreu a ampliação do uso de insumos agroindustriais, o aumento da mecanização e crescimento do uso de agroquímicos. Balsan (2006, p. 126) indica que “a agricultura precisou reestruturar-se para elevar sua produtividade, não importando os recursos naturais”. Os resultados dessa modernização impactaram negativamente no meio ambiente e em questões sociais.

A compreensão da magnitude dos problemas socioambientais relacionados à modernização da agricultura provocou o surgimento de debates referentes ao desenvolvimento de modelos alternativos de desenvolvimento rural (CONTERATO, FILIPPI, 2009). Assim, conforme Jara (2001, p. 21) “começam, a concretizar-se na América Latina experiências de desenvolvimento rural sob enfoques sustentáveis, com novos critérios metodológicos e novas perspectivas.” Ellis e Biggs (2005), ao explicar as questões que influenciaram as abordagens referentes ao desenvolvimento rural na segunda metade do século XX, apontam a emergência de temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade na década de 1990, como fatores que influenciaram essas discussões.

Ao dissertar sobre as circunstâncias em que ocorreram os diálogos sobre o desenvolvimento rural no país, nos anos de 1990, Schneider (2010, p. 514) destaca “(...) a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente” como parte deste cenário. Para o

autor, a Conferência da ONU para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, contribuiu para que houvesse uma mobilização política a qual repercutiu de maneira importante em várias esferas da sociedade, tanto no âmbito do Estado, como entre intelectuais e atores políticos. A partir deste período, um número maior de diferentes esferas governamentais, passou a criar setores direcionados às questões ambientais. Com isso, gradativamente a pauta do desenvolvimento foi incorporando diferentes dimensões e angariando novos adjetivos (VEIGA, 2006, *apud*, SCHNEIDER, 2010).

Para Souza *et al.*, (2020) atualmente os padrões de desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola empreendidos no Brasil estão atravessando um período de transição. Mediante isso, se constitui como desafio a superação da ideia de que produção agropecuária e preservação ambiental são elementos contraditórios. Torna-se imprescindível que se desenvolvam dinâmicas socioprodutivas que de forma conjunta atendam aos fatores essenciais da sustentabilidade, ao mesmo tempo que consigam conciliar elementos relacionados ao crescimento econômico, bem-estar das pessoas e a proteção ambiental. Nesse sentido, Veiga (1994) conclui apontando, que o fato de combater as situações de pobreza, sem negligenciar os elementos relacionados à responsabilidade ambiental, corresponde a um grande desafio a ser vencido na atualidade.

Neste contexto, de acordo com Caporal e Costabeber (2002) à medida que ocorre a compreensão de que os modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional se mostram insustentáveis, também acontece uma alteração de paradigma mediante a procura por modelos que garantam maior sustentabilidade na dimensão ecológica além de assegurar uma equidade social. Sob esse aspecto, Caporal (2009, p. 2) elucida os desafios atuais referentes a esta temática, indicando que “(...) se destaca como prioridade inadiável que pesquisa, ensino e extensão rural devem reinventar seus enfoques tradicionais à luz do imperativo sócio-ambiental da nossa época.”.

Neste viés, Karnopp (2014, p 141) indica que “o padrão tecnológico da Revolução Verde mostra sua incompatibilidade com as características locais das diversas regiões do mundo, fato este que motivou a construção de uma nova concepção de agricultura em todo o mundo”. De acordo com o autor, esse novo conceito de agricultura objetiva o desenvolvimento de um sistema de produção sustentável, que seja alternativo ao atual modelo hegemônico de produção. Esta nova orientação produtiva deve considerar em seus processos, os aspectos culturais, os ecossistemas locais, além da valorização da busca pela autonomia e do incremento econômico das famílias do meio rural. Igualmente essa nova concepção de agricultura, que visa se desenvolver de maneira alternativa ao modelo hegemônico, objetiva a

valorização dos saberes populares locais, aliando esses saberes com os conhecimentos técnicos e da academia. Com isso, mediante o diálogo entre esta rede de atore(a)s torna-se possível o fomento de um sistema produtivo aberto que apresente flexibilidade e considere a diversidade sociocultural e ambiental, se afirmando como um fator de enfrentamento ao modelo homogeneizador da agricultura convencional (KARNOPP, 2014).

No que se refere à discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável, Medeiros e Almeida (2010) ponderam que a emergência desse tema, ocorre a partir da percepção de que o modelo de desenvolvimento rural implantado em meados da década de 1960 mediante os princípios da Revolução Verde começa apresentar sintomas de crise. Conforme os autores, a crise desse modelo, o qual não considerou os limites dos bens naturais, nem as injustiças sociais resultantes, abriu uma lacuna para o surgimento de uma nova concepção, neste caso, o desenvolvimento rural sustentável. De acordo com Ramos (2001), esta nova expressão referente ao desenvolvimento rural, pode estar associada a uma série de fatores relacionados entre outras coisas ao modo de vida das populações rurais, ao manejo dos recursos naturais, e às dinâmicas dos agroecossistemas. Dessa maneira:

O termo “desenvolvimento rural sustentável” vem sendo utilizado recentemente para designar a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e a exploração do solo ou das atividades agropecuárias com preservação/recuperação ambiental. (RAMOS, 2001, p. 141).

Esta ideia também é partilhada por Wammes *et al.*, (2013) que ao abordarem a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento do meio rural indicam que

(...) Se tratando de desenvolvimento rural sustentável este deve ter como base a agricultura familiar, a qual possa ter o acesso ao crédito, a terra, a tecnologia e tenha garantido o espaço da participação possibilitando o empoderamento do conjunto dos atores sociais em qualquer espaço, seja ele rural ou urbano (WAMMES, *et al.*, 2013, p. 9).

No que se refere à promoção do desenvolvimento rural sustentável, Lopes e Lopes (2011) apontam que diversos movimentos de agricultura com base ecológica, também contribuem neste processo. Esses movimentos que correspondem à agricultura biodinâmica, natural, orgânica, biológica e permacultura, apesar de estarem fundamentados em princípios distintos e técnicas produtivas particulares, todos eles visam a busca pela sustentabilidade dos agroecossistemas e tem como origem a oposição ao modelo agroquímico.

Os autores entendem que a fundamentação científica desses estilos voltados a sustentabilidade produtiva, é oferecida pela Agroecologia, ciência que emerge na década de 1970, disponibilizando diretrizes nas dimensões metodológicas, teóricas aptas a viabilizar a concretização de uma agricultura sustentável (LOPES, LOPES, 2011). No que concerne à Agroecologia, Caporal (2009) sugere que os conhecimentos pautados nos princípios

agroecológicos podem proporcionar uma rápida transição de modelos de agricultura convencional para diferentes estilos de agriculturas mais sustentáveis.

Nesta perspectiva, Veiga (1994) afirma que a grande receptividade que teve a ideia relacionada à agricultura sustentável, supõe a necessidade de uma alteração de comportamento tanto na maneira de pensar, quanto no âmbito burocrático, no que diz respeito ao futuro dos sistemas agroalimentares. A busca por essa mudança, promove diálogos entre pesquisadore(a)s, agricultore(a)s, técnico(a)s os quais discutem sobre o desenvolvimento de sistemas agrícolas que tenham rentabilidade econômica ao mesmo tempo em que possam preservar os bens naturais e assegurar uma alimentação saudável à população que cresce gradativamente.

Jara (1998, p. 74) defende que a sustentabilidade na agricultura tem por base o “(...) uso dos recursos naturais, biofísicos e econômicos, de acordo com a sua capacidade, mediante tecnologias apropriadas que permitam obter bens e serviços que possam satisfazer as necessidades das populações locais.” Para Assad e Almeida (2004), a noção de agricultura sustentável é uma ideia relativamente recente que vem sendo constantemente vinculada ao debate social relacionado ao desenvolvimento rural sustentável.

Conforme Assis (2006) é relevante que as dinâmicas de desenvolvimento rural sustentável ocorram a partir de uma ação local. Dessa forma, é interessante que os processos de desenvolvimento rural sustentável, sejam implementados “(...) em base local e regional porque é nessas instâncias que se pode contrapor alguma espécie de controle social legitimamente instituído à capacidade de influência do grande capital” (ASSIS, 2006, p. 85).

Neste sentido, para Medeiros e Almeida (2010) ao invés de encaminhar para a comunidade respostas previamente definidas deve-se identificar as experiências que já existem no local, como por exemplo, a ocorrência de práticas produtivas de base ecológica. A partir disso, dá-se importância ao conhecimento local, o qual na maioria das vezes responde de maneira mais efetiva, as potencialidades e as prioridades das comunidades do meio rural em questão. Dessa maneira,

A definição de Desenvolvimento Rural Sustentável baseia-se no descobrimento, sistematização, análise e fortalecimento dos elementos de resistência específica de cada identidade local ao processo modernizador do espaço agrário, fortalecendo as formas de ação social que possuam um potencial transformador (MEDEIROS, ALMEIDA, 2010, p. 112).

É fundamental que no movimento em direção ao desenvolvimento rural sustentável, ocorra uma série de inovações tecnológicas, assim como abordagens inovadoras no que se

refere aos problemas do setor agrário contemporâneo. Da mesma forma, deve-se compreender que só se conseguirá uma agricultura ou um desenvolvimento rural pautados na sustentabilidade, mediante o desenvolvimento de processos também sustentáveis por parte da sociedade (CAPORAL *et al.*, 2009).

Caporal e Costabeber (2002) ao dissertarem sobre as estratégias que visam a promoção do desenvolvimento rural sustentável julgam que nesses processos devam ser consideradas seis dimensões, as quais devem estar associadas entre si. Para os autores, devem ser observadas a dimensão ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Já ao abordar sobre os quesitos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, Jara (2001) aponta as seguintes variáveis

Pensando de forma holística, podemos identificar algumas variáveis da sustentabilidade do desenvolvimento rural: a) bem-estar econômico e produtividade; b) capital humano e qualidade de vida; c) capital social e equidade; d) gestão ambiental integrada dos recursos naturais (JARA, 2001, p. 25).

Porém, a busca por alternativas e métodos que norteiem o desenvolvimento rural, para um viés sustentável, onde as necessidades nas esferas econômicas, sociais e ambientais, sejam atendidas, se apresenta como algo trabalhoso que demanda alterações estruturais a médio e longo prazo. Particularmente, tais elementos são observados, quando se considera o atual cenário produtivo, o qual é amplamente favorável ao setor do agronegócio e a aplicação de determinadas noções da “Revolução Verde” (ASSAD, ALMEIDA, 2004).

Neste contexto, Medeiros e Almeida (2010) entendem que a busca por alternativas de desenvolvimento rural, ou por outros referenciais para a agricultura, se apresenta como um fator essencial na atualidade. Neste cenário a alteração dos antigos modelos de desenvolvimento rural, fundamentados essencialmente no crescimento econômico, ou em sistemas produtivos com baixa sustentabilidade, para sistemas socioprodutivos que priorizem e implementem princípios e metodologias de base ecológica, demanda alguns elementos. Entre estes fatores, se destacam a procura por uma maior racionalização produtiva pautada nas particularidades de cada local, e a transformação nas ações e valores do(a)s atore(a)s sociais no que se refere ao manejo e a preservação dos recursos ambientais.

No que compete às diferentes perspectivas sobre o tema, Caporal e Costabeber (2002) chamam atenção para o fato de que o emprego das distintas abordagens conceituais e metodológicas defendidas pelas diferentes correntes de sustentabilidade, está gerando cada vez mais um distanciamento entre os posicionamentos por eles manifestados no que se refere a busca do desenvolvimento rural sustentável.

De um lado, a corrente agroecológica sugere a massificação dos processos de manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, numa perspectiva de análise sistêmica e multidimensional. Outras correntes, por sua vez, se orientam, principalmente, pela busca de mercados de nicho, centrando sua atenção na substituição de insumos químicos de síntese por insumos orgânicos ou ecológicos (...) (CAPORAL, COSTABEBER, 2002, p. 80-81).

Ainda que exista uma ideia consensual a respeito da importância do desenvolvimento sustentável, este conceito a partir de distintas visões pode apresentar diferentes significados. Para os indivíduos que estão ocupados com questões puramente econômicas, a agricultura sustentável pode estar associada à continuidade de sistemas de produção e a obtenção de lucros mediante a redução da utilização de insumos externos. Já para quem está com olhar voltado às questões ecológicas, a sustentabilidade corresponde ao uso equilibrado de bens renováveis e não renováveis e a significativa redução da degradação do meio ambiente. Igualmente, esta temática pode ser vista a partir de uma ótica sociológica. Nesta interpretação, a agricultura sustentável não alude a um fator somente produtivo, mas sim ao modo de viver para muitas pessoas e a busca por comunidades rurais estabilizadas (PINHEIRO, 2000).

Neste cenário de discussões, Potrich, *et al.*, (2017) debatem sobre a noção de sustentabilidade rural. Esta ideia pode ser compreendida como uma maneira de gestão das pequenas unidades rurais de produção, a qual considere o desenvolvimento de dinâmicas produtivas baseadas na mão de obra familiar e a adoção de práticas voltadas à preservação dos recursos naturais. Em concomitância com essas dinâmicas, deve ocorrer a geração de resultados econômicos satisfatórios às famílias agricultoras, a melhoria da produção, bem como a satisfação das necessidades alimentares e sociais das famílias agricultoras e das comunidades locais.

Desse modo, com o objetivo apresentar de forma sistematizada as principais percepções referentes às noções acerca do desenvolvimento rural sustentável e do desenvolvimento rural, tema discutido na seção anterior. Foi elaborado o quadro 1, que sistematiza as principais ideias relativas a essas duas temáticas, assim como o(a)s autore(a)s.

Quadro 1 - Temáticas Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável, e principais pontos/autor(a)s abordados.

Temática	Principais pontos/autor(a) s.
Desenvolvimento Rural	Procedimento antecipadamente estruturado que proporciona, ou visa promover, mudanças em um determinado ambiente rural. (NAVARRO, 2001)
	Ideia que corresponde a mudanças políticas e socioeconômicas, motivadas pelas novas disposições impostas às populações e atividades do mundo rural, para além do viés econômico. (CHALITA, 2005).
	Processo resultante de atividades estruturadas que objetivam gerar alterações sociais, econômicas e ambientais, no espaço rural. Melhoria aspectos relacionados a renda, qualidade de vida das populações do meio rural. (SCHNEIDER, 2004).
	Conjunto ampliando e de certa forma complexo, de dinâmicas organizadas que visam alterações de maneira geral em um espaço social. (CARDONA <i>et al.</i> , 2016).
	Não se refere somente ao crescimento da dimensão econômica, e ampliação de renda ou de índices produtivos. Mas também corresponde a melhoria das formas de vida das populações do universo rural. (KAGEYAMA, 2009).
Desenvolvimento Rural Sustentável	Emergiu mediante a difusão do conceito generalizado de desenvolvimento sustentável. Corresponde a inclusão da esfera ambiental nas ações de desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001).
	Vinculado a uma gama de elementos referentes a fatores como o modo de viver das populações do universo rural, gestão dos recursos e bens naturais, e as atividades dos agroecossistemas. (RAMOS, 2001).
	Deve ter como pilar a agricultura familiar, a qual deve ter acesso a recursos como crédito, terra, tecnologias, além de ter seu espaço de participação assegurado, o que proporcionada o empoderamento do(a)s atore(a)s sociais nos espaços rural e urbano. (WAMMES, <i>et al.</i> , 2013).
	Fundamenta-se na descoberta, sistematização, estudo de fatores particulares de cada identidade local. Deste modo, desenvolvendo as ações sociais que detenham um potencial de transformação. (MEDEIROS E ALMEIDA, 2010)
	Estratégias que visem o Desenvolvimento Rural Sustentável devem considerar seis dimensões: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).
	Movimentos de agricultura de base ecológica contribuem no processo de Desenvolvimento Rural Sustentável (LOPES E LOPES, 2011).

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de levantamento bibliográfico.

Como é possível verificar no quadro 1, os conceitos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, além de trazerem aspectos por vezes apresentados nas ideias de desenvolvimento rural, ampliam suas abordagens, ao passo que enfatizam questões relacionadas a esfera ambiental. Tendo em vista, que o entendimento sobre tais temas é primordial para a realização da análise dos resultados, o quadro 1 auxiliou na diferenciação, e melhor compreensão destes conceitos.

Entretanto, apesar de serem apontados diferentes entendimentos no que tange aos conceitos ligados a sustentabilidade no meio rural ou ao desenvolvimento rural sustentável propriamente dito, trabalhos como os de Sachs (2001), Maluf (2010), Lopes e Lopes(2011), Karnopp (2014) indicam a relevância do papel da agricultura familiar para o efetivo desenvolvimento desses processos. Nesta conjuntura, Maluf (2010) salienta que a emergência da categoria da agricultura familiar contribuiu de forma relevante para o surgimento do referencial do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Lopes e Lopes (2011) igualmente destacam a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável, uma vez que a categoria além de produzir alimentos, também contribui na promoção da segurança alimentar. Da mesma forma, segundo os autores, esta categoria ou grupo social, atua na preservação dos bens naturais, na conservação das sementes crioulas, de técnicas produtivas tradicionais e de várias manifestações sociais e culturais das comunidades rurais. Além destes fatores, salienta-se a contribuição da agricultura familiar na geração de trabalho e renda e na redução da migração campo-cidade.

Desse modo, Karnopp (2014) indica que o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento da esfera local ou regional, baseado na agricultura familiar sustentável, não corresponde somente a um projeto político para o rural, mas sim uma iniciativa que fortalece a economia, pois o desenvolvimento a partir da distribuição de renda no meio rural promove e dá suporte ao desenvolvimento do setor urbano.

Nesta mesma linha, Sachs (2001) destaca o protagonismo do(a)s agricultore(a)s familiares, no que se refere a transição para economias mais sustentáveis. Segundo o autor “a agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais” (SACHS, 2001, p. 78).

A partir destes elementos, observa-se a relevância do papel da agricultura familiar para os processos de desenvolvimento rural sustentável. Deste modo, torna-se necessário, ampliar a discussão acerca da agricultura familiar, tema que é trabalhado na próxima seção.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar se constitui enquanto importante ator na implementação de concepções voltadas ao desenvolvimento rural sustentável (WAMMES *et al.*, 2013). Para tal, é essencial que se compreenda aspectos como características, dinâmicas socioproductivas e o contexto histórico que propiciou a legitimação e o reconhecimento desta relevante categoria presente do universo rural.

A categoria ou grupo social recentemente reconhecida como agricultura familiar se faz presente, no contexto das dinâmicas produtivas do Brasil, desde os primórdios da ocupação deste território, sendo denominada por muito tempo como agricultura de subsistência. Apesar de sua importante participação, durante muitos anos esta categoria social não obteve, por parte do governo, praticamente nenhum tipo de assistência para que seu desenvolvimento ocorresse adequadamente (MATTEI, 2014).

Igualmente cabe ressaltar que somente a partir da década de 1990 a expressão “agricultura familiar” passou a ser utilizada, pelo meio científico, governamental e no âmbito das políticas públicas do país. Anteriormente, os termos utilizados em referência à agricultura familiar, correspondiam entre outras expressões à pequena produção, produção de baixa renda, produção de subsistência. Tais formas de tratamento demonstram a maneira como esta categoria social era apreciada. Apesar de ser considerada relevante socialmente, quando analisada sob o prisma econômico, era vista de maneira secundária (ABRAMOVAY, PIKETTY, 2005).

Conforme Mattei (2014), ao longo do processo de modernização do setor agrícola brasileiro ocorrido nos anos de 1960 e 1970, as políticas públicas direcionadas ao meio rural, em particular a política agrícola, beneficiaram os segmentos mais capitalizados e a produção de *commodities* direcionada ao mercado externo, cuja produção está vinculada aos grandes latifúndios. Deste modo, para a categoria correspondente a agricultura familiar, as consequências dessas políticas foram extremamente prejudiciais, pois uma significativa porção desse grupo, não partilhou dos benefícios proporcionados por essas políticas, em especial no que se refere ao crédito rural.

Portanto, é sempre na franja de um processo produtivo comandado pela grande agricultura assentada na concentração da propriedade da terra, ao estilo plantation norte-americano, que vai se firmar aquilo que hoje é conceituado como agricultura familiar, ou seja, uma estrutura produtiva que sempre foi relegada ao segundo plano no processo de desenvolvimento rural do país (MATTEI, 2014, p. 72).

Dessa maneira, Grisa e Schneider (2014) consideram que ao longo da história deste país, a agricultura familiar nem sempre foi vista como prioridade para as ações do Estado brasileiro. Para os autores, somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual favoreceu a maior participação do(a)s atore(a)s sociais, que este contexto foi alterado. Neste sentido, Veiga (2000, p. 19) menciona que

Evoluiu bastante nos últimos anos a percepção social sobre as vantagens que podem trazer as políticas públicas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar. Com muito atraso histórico, as elites brasileiras começam a identificar os agricultores familiares como um grupo social distinto e, sobretudo, a reconhecê-lo como um dos agentes coletivos do processo de desenvolvimento rural.

Dessa forma, o reconhecimento nos anos de 1990 da agricultura familiar como categoria social e política, foi resultado de lutas conjuntas de instituições ligadas aos movimentos e organizações sociais, estudioso(a)s, e indivíduos ligados a gestão pública. O desenvolvimento desta categoria sociopolítica se deu na perspectiva de evidenciar a distinção de padrões de agricultura no panorama rural brasileiro, mostrando-se como um contraponto ao sistema produtivo caracterizado pelo agronegócio empresarial (MALUF, 2010). Neste

contexto, Stoffel (2012) aponta aspectos que permitem traçar as principais diferenças entre agricultore(a)s familiares e agricultore(a)s não familiares. De acordo com a autora

A principal distinção dos agricultores familiares em relação aos agricultores não familiares está embasada no fato de que os primeiros possuem à sua disposição a mão de obra da família e em geral a quantidade de terras das quais é proprietária é de tamanhos menores. Sobre a disponibilidade de capital também há diferenças, pois enquanto na agricultura não familiar há maior facilidade de acesso a grandes volumes, na agricultura familiar o acesso existe, mas para valores menores, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (STOFFEL, 2012, p.3).

Ao analisar a emergência do debate sobre a agricultura familiar na década de 1990, Conterato e Fillipi (2009) evidenciam que estes processos foram significativamente influenciados pela reconquista da força política dos movimentos sindicais vinculados ao(a)s trabalhadore(a)s rurais nesse período. De acordo com os autores

(...) A legitimação da noção de agricultura familiar se inscrevia na luta por crédito, pela reforma agrária e por outras bandeiras que permitissem garantir condições de produção para uma categoria social que aos poucos foi sendo reconhecida como a mais disseminada no meio rural brasileiro (CONTERATO, FILLIPI, 2009, p. 14).

Mattei (2014) ressalta que a luta política empreendida por parte dos movimentos sociais do campo, conduzidos pelas organizações de agricultore(a)s familiares que visavam uma política pública própria para o setor, contribuiu significativamente para a consolidação da expressão “agricultura familiar”. Já entre os fatores que influenciaram nestes processos, no que se refere à atuação do estado, salienta-se a criação do (PRONAF) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mediante o Decreto nº 1.946 de 28 de julho de 1996 (BRASIL, 1996) e a promulgação da lei 11.326 em 24 de julho de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006; MATTEI, 2014).

Desse modo, até o início dos anos de 1990, não havia qualquer espécie de política por parte do poder público com alcance nacional, que fosse direcionada às necessidades do segmento social correspondente à agricultura familiar (MATTEI, 2014). Somente no ano de 1995 ocorreu a criação do Pronaf, o que propiciou o surgimento de outras políticas com viés diferenciado para o desenvolvimento rural. Posteriormente, no ano de 1999 foi criado o (MDA) Ministério do Desenvolvimento Agrário e no ano de 2001 foi instituída, dentro da estrutura deste ministério, a (SAF) Secretaria da Agricultura Familiar (GRISA, SCHNEIDER, 2014).

Para Grisa e Schneider (2014) o reconhecimento da agricultura familiar, somado à elaboração de políticas diferenciadas para este amplo grupo social que ainda não havia sido

favorecido com programas específicos, teve grande relevância, repercutindo em nível nacional e internacional. Para esses autores

Não raro, o Brasil é destacado por organizações internacionais multilaterais pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido “exportados” para outros países (GRISA, SCHNEIDER, 2014, p. 127).

No que diz respeito ao PRONAF, programa considerado um divisor de águas para a agricultura familiar, Mattei (2014) considera que o Estado brasileiro através da criação deste instrumento, legitima uma nova categoria social, a agricultura familiar. Nesta conjuntura, ao dissertar sobre esse importante programa, Bacelar e Favareto (2020) elucidam que a construção do que futuramente corresponderia ao PRONAF, se deu mediante a articulação de vários fatores, dentre os quais se destaca a atuação dos movimentos e organizações sociais do campo, a participação dos intelectuais e da ação governamental. Para os autores,

A criação do que viria a ser o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) resultou de uma aliança entre reivindicações dos movimentos sociais – que com as mobilizações conhecidas como Grito da Terra demandavam uma política com este teor –, da intelectualidade – que ao introduzir a relevância da ideia de agricultura familiar como algo moderno e experimentado em países capitalistas centrais conferia legitimidade a este discurso –, e da burocracia governamental – que via no apoio a este segmento uma oportunidade de alcançar bons resultados, com custos mais baixos do que aquele envolvido no financiamento à grande produção agropecuária do País (BACELAR, FAVARETO, 2020, p. 20).

Schneider (2003) destaca que além da dimensão política expressa nas ações dos movimentos e organizações sociais e do reconhecimento desta categoria por parte do Estado, mediante a criação do PRONAF, também fez parte desta conjuntura, um terceiro fator, este, relacionado ao redirecionamento das discussões do meio acadêmico sobre a ruralidade. Cabe salientar, que ocorreu em meados dos anos de 1990 um ressurgimento de estudos nos campos agrários e rurais, sobre temas que até aquele momento não haviam despertado muita curiosidade por parte do meio acadêmico. Tais fatores possibilitaram que nesse período fossem ampliadas as discussões, favorecendo a inserção de temas relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, como também o interesse por novas temáticas, como a agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003).

Ao observar as ações por parte do Estado no que tange a agricultura familiar, verifica-se a instituição de relevantes mecanismos, como a criação do PRONAF em meados da década de 1990 e posteriormente do MDA e SAF, elementos importantes para o fortalecimento deste grupo de agricultore(a)s. Além destas iniciativas por parte do Estado, no ano de 2006, ocorreu outro fato relevante para esta categoria, qual seja, a publicação da Lei 11.326, que passou a ser conhecida como a Lei da Agricultura Familiar. Neste mesmo ano, mediante a

promulgação desta lei, considerada um marco legal, o IBGE realizou o Censo Agropecuário. Foi neste Censo que pela primeira vez foram elaboradas estatísticas específicas sobre a agricultura familiar brasileira. As informações identificadas no Censo Agropecuário de 2006 foram disponibilizadas no ano de 2009 (MATTEI, 2014).

No que se refere à promulgação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) este dispositivo legal traz em seu artigo 3º a definição sobre agricultor familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo Grisa e Schneider (2014), a Lei da Agricultura Familiar reconheceu oficialmente esta categoria social, bem como estabeleceu sua estrutura conceitual e passou a orientar as políticas públicas voltadas a este público social. Porém, conforme Ploeg (2014) a agricultura familiar apresenta uma riqueza de características que extrapola os aspectos mais usuais utilizados para descrevê-la.

Posteriormente, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) será regulamentada, através da promulgação do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2017). A respeito deste dispositivo legal, Fossá e Renk (2021) fazem algumas observações no que tange ao referido decreto e seus reflexos no entendimento e conceituação da agricultura familiar. Segundo estes autores o decreto, entre outras alterações, limita a agricultura familiar unicamente à noção de produção agropecuária, tal entendimento, representa uma forma reducionista de limitar a diversidade existente no conceito de agricultura familiar, uma vez que o meio rural, além de ser um espaço de produção, também se apresenta como um local de vida para as famílias agricultoras.

Desta maneira, apesar de algumas alterações na condução das ações governamentais direcionadas à agricultura familiar, ocorridas após 2016 (MATTEI, 2018; FOSSÁ, RENK, 2021) considera-se que a partir dos anos 1990 até metade da década de 2010, ocorreu no Brasil uma importante evolução no que tange ao melhor entendimento e definição do grupo social referente à agricultura familiar. Neste contexto, destaca-se como fator principal, o reconhecimento da ampla diversidade no campo econômico e a heterogeneidade na dimensão social desta categoria (SCHNEIDER, CASSOL, 2014). De acordo com Conterato e Schneider

(2010, p. 20) “a diversidade da agricultura familiar é um produto da história e como tal possui avanços e reveses que se traduzem através das relações mercantis e não-mercantis”.

Para Heberlê *et al.*, (2017) torna-se imprescindível considerar que o Brasil é um país que ostenta uma significativa diversidade. Neste contexto apresentam-se distintas formas de agriculturas familiares, as quais refletem as diferentes formas de acesso aos elementos importantes, como políticas públicas, mercados e desenvolvimento no campo tecnológico. Dessa maneira, entende-se que a agricultura familiar brasileira revela uma ampla diversidade nas dimensões culturais, ambientais e socioeconômicas.

Conforme Schneider e Niederle (2008), ainda que não esteja estabelecida uma maneira consensual e exata de definição sobre a agricultura familiar, existe certo entendimento, o qual envolve a ideia, de que o(a)s agricultore(a)s familiares, correspondem a todo(a)s aquele(a)s atore(a)s que residem no espaço rural e que junto com seu grupo familiar desenvolvem atividades na agricultura. Dessa forma, mediante esse entendimento a compreensão de agriculto(a)r familiar, abrange uma ampla diversidade de maneiras de realizar agricultura, as quais se distinguem de acordo com suas particularidades relacionadas aos aspectos como o ambiente socioeconômico em que se encontram, a convivência com os distintos ecossistemas, o contexto histórico. Assim, ao analisar todas as regiões de nosso país, depara-se com ampla diversidade de agricultore(a)s familiares, que local e regionalmente são conhecidos como “(...) colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho, entre outras” (SCHNEIDER, NIEDERLE, 2008, p. 990).

De acordo com Schneider e Cassol (2014), o grupo social que compõe a agricultura familiar corresponde aos agricultore(a)s proprietário(a)s de pequenas áreas de terras, residentes em comunidades do meio rural, que utilizam a força de trabalho dos integrantes da própria família para a realização das dinâmicas produtivas em suas unidades de produção. Para os autores, as atividades empreendidas por esse grupo têm como finalidade atender as necessidades do autoconsumo da família, como também suprir as demandas de comercialização. Bergamasco e Delgado (2017, p.9) informam que

A agricultura familiar no Brasil é crescentemente uma forma social de produção reconhecida pela sociedade brasileira, por suas contribuições materiais e imateriais. Às diversas expressões de sua organização social, às quais correspondem múltiplos discursos indenitários e demandas sociais, somaram-se, nas últimas décadas, o grande esforço de pesquisa da comunidade acadêmica, ao desvendar a extensão e a profundidade de sua presença no mundo rural, e a convergência de políticas públicas de apoio à sua reprodução.

Conforme Mattei (2014) a agricultura familiar é um sistema de produção que busca desenvolver métodos produtivos centrados na biodiversidade, no reconhecimento do trabalho familiar, em processos que incluam jovens e mulheres, em dinâmicas de produção voltadas ao alcance da segurança alimentar e nutricional, no fomento da democratização ao acesso à terra e na promoção de mecanismos produtivos como alternativas para o estabelecimento de um desenvolvimento rural sustentável. Neste contexto, o autor aponta a relevância de considerar a amplitude das dinâmicas da agricultura familiar para além da dimensão produtiva. Deste modo,

(...) É importante realçar o papel decisivo que a agricultura familiar desempenha para além dos aspectos meramente produtivos. Assim, em regiões em que predomina este tipo de agricultura são gritantes as diferenças, comparativamente às áreas dominadas pelo agronegócio, cujo centro dinâmico é dado pelas commodities produzidas em larga escala e voltadas aos mercados internacionais. Duas diferenças são visíveis: a maior preservação dos recursos naturais e um espaço físico ocupado com gente (MATTEI, 2014, p.78).

Neste mesmo viés, Ploeg (2014) indica que agricultura familiar além de fomentar o desenvolvimento da esfera econômica mediante inúmeras maneiras relacionadas à geração de empregos e renda, tem potencial para colaborar de maneira significativa com a promoção da segurança alimentar e nutricional e de ampliar o grau de resiliência ecológica e socioeconômica das comunidades do meio rural. Para Ploeg (2014, p.11) “a agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas” como também pode “(...) favorecer a manutenção de belas paisagens e da biodiversidade”.

De forma geral, Herberlê *et al.*, (2017) ao dissertarem sobre a relevância da agricultura familiar, destacam alguns pontos. Segundo os autores a importância desta categoria fundamenta-se nas seguintes questões:

(a) está intrinsecamente vinculada à segurança alimentar e nutricional; (b) preserva os alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada e salvaguardar a agrobiodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais; (c) representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a autonomia do agricultor, reafirmando sua identidade, a proteção social e o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento rural; d) demonstra o potencial para geração de postos de trabalho (HERBERLÊ *et al.*, 2017, p. 134).

Neste contexto Bergamasco e Delgado (2017) apontam algumas características importantes da agricultura familiar no país. Os autores consideram que embora muitas vezes não reconhecida

(...) A família como instituição estratégica do meio rural é a responsável pela reprodução dos atores do desenvolvimento rural: tanto a mão de obra qualificada, como trabalhadores sem qualificação, migrantes e trabalhadores sazonais em todas as regiões do país. De fato, é dentro da unidade doméstica que se concentra o esforço reprodutivo no qual participam, fundamentalmente, as mulheres, as crianças e os idosos (BERGAMASCO E DELGADO, 2017, p. 10).

Igualmente, ao comentarem a temática da agricultura familiar Aquino *et al.*, (2018, p.137) apontam que

A agricultura familiar brasileira tem peso importante na estrutura agrária nacional, além de ser responsável pela geração de empregos, ocupações, renda e pela produção de alimentos destinados ao mercado doméstico. Reconhecer seus múltiplos papéis no desenvolvimento rural é uma tarefa fundamental.

Neste contexto, ao discutirem sobre as dinâmicas de comercialização Niederle *et al.*, (2014) elucidam que a agricultura familiar participa de vários circuitos de produção e consumo. Alguns destes circuitos de produção e consumo ocorrem de acordo com a concepção contemporânea oriunda do modelo produtivista, que se originou a partir dos processos de modernização. Esses circuitos, recentemente foram fomentados pela ampliação da produção de commodities do setor agrícola a qual foi impulsionada pela crescente procura do mercado internacional.

Porém, Niederle *et al.*,(2014) também apontam que em paralelo a estes sistemas, ocorre o surgimento de outros circuitos, os quais emergem como uma forma de resposta às limitações apresentadas por este modelo hegemônico, se constituindo assim como uma alternativa a progressiva vulnerabilidade socioeconômica que afeta grande número de famílias do meio rural. Rambo *et al.*, (2019) ao analisar o contexto histórico que levou a emergência de alternativas de comercialização para a agricultura familiar, indicam que o processo de modernização agrícola, em particular no Brasil, resultou no desenvolvimento de novos padrões, desta maneira, muito(a)s agricultore(a)s familiares sentiram-se pressionados em desenvolver novas estratégias nas esferas econômicas e produtivas.

Além da produção destinada à comercialização, Grisa (2007) chama atenção para outro importante elemento relacionado à reprodução das famílias agricultoras, neste sentido, é destacado pela autora, a relevância da produção para o autoconsumo, dinâmica que além de colaborar na produção alimentícia das famílias, contribui para o alcance da autonomia na agricultura familiar. De acordo com a autora, a produção para o autoconsumo, entre outros aspectos corresponde a uma maneira de garantir a segurança alimentar, a economia de recursos mediante a otimização de ferramentas de produção como a terra, a força de trabalho, como também de fontes econômicas, além de possibilitar a diversificação dos modos de vida e de promover dinâmicas como a reciprocidade e sociabilidade.

Outro fator relevante a evidenciar, refere-se à organização das formas produtivas da agricultura familiar. Neste sentido, as unidades de produção familiar em sua maioria estão fundamentadas no trabalho com a terra, na produção de caráter primário, no trabalho realizado pelos membros da própria família, objetivando atender as necessidades do grupo familiar. Porém neste sistema, de organização do trabalho e das atividades produtivas, as dinâmicas agrícolas, quase sempre são realizadas de maneira simultânea às atividades não agrícolas, como práticas ligadas a produção de artesanato ou ao comércio. Tais elementos, tornam estes espaços unidades de produção familiar pluriativas, fenômeno observado com maior intensidade nesse grupo social (SCHNEIDER, NIEDERLE, 2008).

Mattei (2014) considera que a forma de produção desempenhada por esse grupo social, possibilita agregar as famílias agricultoras, suas unidades de produção e seu trabalho, ao mesmo tempo em que oportuniza o cultivo de valores e tradições, contribui para a diversidade econômica e sociocultural, dinamizando os processos sociais do meio rural. Ao dissertar sobre o assunto, Schneider (2016) aponta características referentes ao(a)s agricultore(a)s familiares. Segundo o autor, esse(a)s agricultore(a)s formam uma categoria social, caracterizada por aspectos como a ampla diversidade econômica e heterogeneidade social.

No que se refere aos avanços que tangem aos incentivos a este grupo social, foram criadas e fomentadas inúmeras políticas públicas direcionadas à redução da pobreza e ao fomento do desenvolvimento rural. A partir deste contexto, os mecanismos de políticas direcionadas à agricultura familiar passaram a fazer parte da agenda governamental, principalmente durante o Governo Lula entre os anos de 2003 e 2010 (MATTEI, 2014). Porém, apesar destes avanços e da importância da agricultura familiar, a categoria continua ocupando um lugar secundário no que se refere à política agrícola brasileira. Além desse fator, observa-se que ultimamente esta categoria também vem perdendo espaço (AQUINO *et al.*, 2018).

Mattei (2018) destaca que aconteceram a partir de 2016, mudanças na forma da condução de programas e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Neste mesmo ano através da Medida Provisória 726 ocorre a extinção do MDA, o qual possuía um papel relevante no fomento de programas e políticas voltados a promoção da agricultura familiar. De acordo com Fossá e Renk (2021), em 2016 se inicia uma interrupção no que tange a trajetória das iniciativas públicas de fomento à agricultura familiar. Diversas políticas públicas foram descontinuadas ou tiveram uma considerável diminuição de recursos, citando como exemplo o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Sobre desafios postos a agricultura familiar Wanderley (2009) também disserta sobre a temática. Mediante esses aspectos, é possível estabelecer uma relação dos desafios apresentados pela agricultura familiar, apontados por Wanderley (2009) com o desenvolvimento de práticas de produção de matriz ecológica, ou dinâmicas socioprodutivas pautadas nos princípios da Agroecologia. Nesta perspectiva, Altieri (2012, p. 114) aponta que

O objetivo final do modelo agroecológico é melhorar a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas, ao propor um sistema de manejo que tenha como base os recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes.

Lopes e Lopes (2011) apontam para a importância da participação da agricultura familiar na promoção dos processos voltados a sustentabilidade do meio rural. De acordo com esses autores, esta categoria social desempenha um relevante papel nas dinâmicas de desenvolvimento sustentável, uma vez que além de atuar na dimensão produtiva, também atua nas esferas social, ambiental e cultural. Sachs (2001) também destaca a participação dos agricultores familiares no desenvolvimento sustentável do meio rural. Já Maluf (2010) salienta a colaboração desta categoria, na emergência do referencial teórico do desenvolvimento rural sustentável.

Desta maneira, observa-se a presença de vínculo entre a agricultura familiar, tanto com o tema desenvolvimento rural, como também com a temática do desenvolvimento rural sustentável. Deste modo, entende-se que a agricultura familiar participa das dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento do meio rural, à medida que faz parte de ações como programas, políticas públicas, discussões e estudos direcionados a esta finalidade. E além desta participação, também se apresenta, mediante as características que lhe são peculiares, como elemento relevante para ações que visam o desenvolvimento sustentável do universo rural.

Desse modo, mediante tais considerações referentes às características da agricultura familiar, assim como suas relações com o desenvolvimento rural e rural sustentável. É necessária a realização de um estudo, que investigue tais aspectos a partir de uma determinada realidade, no caso a agricultura familiar no município estudado. Dessa maneira, o próximo capítulo, visa apresentar a metodologia utilizada na elaboração desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

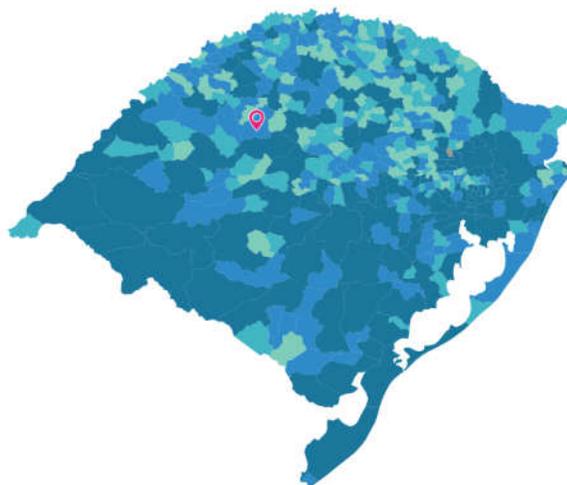
A pesquisa pode ser entendida como um procedimento que tem como finalidade a busca por respostas aos problemas que são apresentados. Esse processo corresponde a um percurso que engloba fases que vão desde a definição do tema, formulação da problemática, até a adequada apresentação dos resultados (GIL, 2002).

Neste capítulo, inicialmente serão evidenciadas as características da área estudada, posteriormente será realizada a caracterização desta pesquisa e a abordagem das formas de classificação deste trabalho. Também serão apresentados os procedimentos e metodologias utilizados para a coleta de dados. Por último será dissertado sobre os métodos empregados para a análise e interpretação desses dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA

O município de Jóia está localizado na Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, conforme mostra a Figura 1, distante 320 km da capital Porto Alegre. Jóia faz limites com os municípios de Augusto Pestana, Eugênio de Castro, Boa Vista do Cadeado, Tupanciretã e São Miguel das Missões (JOIA, 2021). A emancipação aconteceu em 12 de maio de 1982, sendo que atualmente possui uma extensão territorial correspondente a 1.238,918 km² e uma população estimada em 2020 de 8.566 habitantes (IBGE, 2021c).

Figura 1 - Localização do Município de Jóia, no Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE Cidades, 2022.

Segundo Ruckert (1985 a), o território deste município está localizado em áreas que podem ser identificadas como uma região de transição, entre as zonas coloniais e as zonas de

campo. Conforme o autor supracitado, no que se refere à vegetação do município, indica que este localiza-se em uma região de transição entre as terras das antigas florestas subcaducifolia subtropical das bacias dos rios Uruguai e Jacuí para as terras dos campos do Planalto.

As dinâmicas de ocupação do espaço somadas às características do relevo, provavelmente influenciaram nos processos produtivos desenvolvidos neste território. Estas inicialmente eram classificadas em duas categorias, a pecuária tradicional que se devolveu nas áreas de terras de campo por parte dos fazendeiros e, por outro lado, a agricultura baseada na policultura praticada pelos colonos nas áreas de matas (RUCKERT, 1985 a).

Com o passar dos anos a configuração dessas dinâmicas socioprodutivas sofreu consecutivas alterações. Atualmente observa-se um predomínio do cultivo de *commodities*, com destaque para a sojicultura. Conforme dados do Sebrae (2019), as culturas agrícolas mais produzidas neste município correspondem a soja, cultura que ocupou 75,9% das áreas plantadas no ano de 2018, seguido por trigo 11,2 %, aveia em grão 9,4%, milho 2,1% e cevada 0,7%. Entende-se que estes indicadores, de certa maneira, são resultantes dos processos de desenvolvimento rural e da modernização da agricultura, uma vez que este último processo, ao incentivar a produção agrícola de monoculturas, voltadas ao atendimento do mercado externo (DELGADO, 2005) favoreceu a predominância do cultivo de *commodities*.

Neste cenário, a produção agropecuária teve uma participação no Valor Adicionado do município correspondente a 56,8 % no ano de 2018. Também este município se apresenta como o 7º maior produtor de soja do estado do Rio Grande do Sul, com uma produção de 259.200 toneladas em 2019, ocupando a mesma posição na produção de trigo, alcançando 45.000 toneladas, sendo o 8º município com maior área irrigada por pivô central do Rio Grande do Sul (SEBRAE, 2019; RIO GRANDE DO SUL, 2020; IBGE, 2021c). Jóia também se destaca, a nível regional, pelo tamanho de sua área territorial, sendo o maior município em extensão territorial da região de abrangência do COREDE² (Conselho Regional de Desenvolvimento) Noroeste Colonial (RIO GRANDE DO SUL 2015; IBGE, 2021 c).

²COREDE é um conselho regional de desenvolvimento que corresponde a “(...) um fórum de discussão, decisão e integração de políticas, ações, lideranças e recursos orientados à promoção do desenvolvimento regional, no Rio Grande do Sul.” (COREDES-RS, 2010, p. 11).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Sobre a caracterização desta pesquisa, destaca-se que o objeto de estudo desta dissertação consiste na agricultura familiar do município de Jóia, em particular, uma parcela desta categoria, a partir do estudo de experiências relacionadas à produção de base ecológica³/agroecológica⁴. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo caso. Assim, mediante o detalhamento de informações, visa desenvolver um conhecimento acerca da temática abordada (GIL, 2008). Neste contexto, o trabalho estará direcionado a “uma situação específica, que se supõe ser única em muitos aspectos” (FONSECA, 2002, p.33).

Este trabalho iniciou por uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de materiais já publicados referentes aos assuntos abordados sobre estas temáticas. Também, foi realizado um levantamento de dados secundários, mediante consulta em base de dados de institutos de pesquisa, reunidas informações junto às instituições públicas, e uma pesquisa de dados primários junto aos agricultore(a)s familiares de Jóia.

Compreende-se que este estudo, ao ser analisado sob a perspectiva de sua natureza, pode ser considerado como pesquisa básica. As reflexões desta pesquisa servirão para pensar o Desenvolvimento Rural Sustentável e Desenvolvimento Rural na agricultura familiar. (SILVA, MENEZES, 2005). Esta investigação igualmente pode ser avaliada como uma pesquisa exploratória, à medida que desenvolveu um olhar amplo sobre as temáticas, agricultura familiar, desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável, agroindústrias familiares, em um âmbito local em que ainda se apresentam pouco exploradas (GIL, 2008). Além destes aspectos, há de se ponderar que o trabalho se classifica como pesquisa descritiva, pois com ele se descreveu a organização das atividades do meio rural local, em especial da agricultura familiar direcionada à produção de base ecológica ou voltada ao desenvolvimento de atividades alternativas ao sistema produtivo convencional (GIL, 2008).

Considerando que a análise dos dados coletados neste trabalho não utilizou procedimentos e técnicas estatísticas, e sim outras técnicas de análise, esta pesquisa é

³O termo “produção de base ecológica” utilizado neste trabalho visa englobar todos os tipos de produção que mesmo não certificados como produção orgânica, ou identificados com alguma vertente produtiva (permacultura, orgânica, ecológica, agroecológica) que desenvolvem atividades/técnicas voltadas a sustentabilidade. Dessa maneira, considerou-se a como produção de base ecológica, os sistemas produtivos que primam pelo uso de insumos orgânicos/agroecológicos, sementes crioulas, técnicas de manejo voltadas a conservação dos agroecossistemas, entre outras medidas. Ou seja, sistemas de produção alternativos ao sistema produtivo convencional.

⁴O entendimento de produção agroecológica neste trabalho, teve como base o conceito defendido por Altieri (2012, p. 15) onde indica que: “A agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas”.

classificada como qualitativa. Entretanto, algumas das informações coletadas e apresentadas no capítulo 4 que traz dados secundários, foram quantificadas mediante o uso de técnicas como porcentagem e média. Por esse motivo esta pesquisa também se valeu de técnicas quantitativas. Já os resultados apresentados nos capítulos 5 e 6, os quais foram obtidos através de dados primários coletados em entrevistas no trabalho de campo e posteriormente analisados, foram baseados em técnicas qualitativas. Assim, pode-se concluir que apesar do trabalho contar com instrumentos quantitativos e qualitativos, de uma forma geral, este estudo apresenta caráter qualitativo (PRODANOV, FREITAS, 2013).

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A elaboração da primeira etapa deste estudo correspondeu a uma pesquisa bibliográfica em materiais como legislações, livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos como teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Esta fase inicial buscou construir um arcabouço teórico que serviu para fundamentação das discussões referentes a relação das dinâmicas socioprodutivas da agricultura familiar com o desenvolvimento rural e o desenvolvimento rural sustentável.

Igualmente realizou-se um levantamento de dados secundários em bases de dados de instituições de pesquisa tais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mediante o acesso de informações dos Censos Agropecuários de 1995, 2006 e 2017 e a seção *Portal das Cidades*.

Da mesma forma, foram coletados dados secundários em bases de informações do SEBRAE/RS (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul), de órgãos estaduais do governo do Rio Grande do Sul, a citar a Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Departamento de Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Rural. Também foram consultadas informações em instituições de âmbito local como a Prefeitura Municipal de Jóia. De uma maneira geral, buscou-se nos dados secundários, informações referentes aos fatores econômicos, sociais, ambientais e produtivos do setor agropecuário, em especial da agricultura familiar.

Para o levantamento de dados primários, inicialmente foi realizada uma consulta com informantes chave utilizando o questionário do apêndice A⁵. As informações coletadas junto aos informantes chave auxiliaram na realização de um mapeamento da atuação dos

⁵Cabe salientar, que as características desta dinâmica, estão descritas no início do capítulo 5.

agricultores familiares, procurando observar aspectos que indiquem se estes estão organizados em agroindústrias, e/ou desenvolvem atividades produtivas de base ecológica ou agroecológica. Este mapeamento norteou a identificação das iniciativas produtivas por parte da agricultura familiar buscando relacionar estas com o desenvolvimento rural e/ou o desenvolvimento rural sustentável. Estas informações fazem parte do conjunto de iniciativas produtivas que este trabalho estudou.

Após a realização das entrevistas com informantes chave, ocorreu a coleta dos dados primários, a qual se deu através da realização de 10 entrevistas⁶. Estas entrevistas foram realizadas com as famílias agricultoras, agricultore(a)s, ou integrantes das experiências estudadas. Destas iniciativas, 4 experiências são agroindústrias familiares, nas quais foi aplicado o questionário do Apêndice B, e seis experiências foram de unidades de produção que desenvolvem atividades de base ecológica, onde foi aplicado o questionário do Apêndice C. Neste viés, considera-se a entrevista como uma técnica de coleta de dados, na qual o(a) investigado(a)r elabora perguntas, visando a obtenção de dados que lhe interessam na pesquisa. Apesar de essa técnica apresentar limitações, ela é considerada uma ferramenta eficiente para a obtenção dos dados para pesquisa (GIL, 2008).

As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado com perguntas que obedeceram uma única ordem para todo(a)s o(s)s entrevistado(a)s. Estas perguntas foram divididas em três categorias de temas: social, econômica e ambiental. Na realização das entrevistas foram utilizados formulários (disponíveis nos apêndices B e C) aplicados de forma individual pelo próprio pesquisador os quais contam com perguntas abertas e fechadas (GIL, 2008). Em algumas entrevistas, participou apenas um(a) membro(a) da família agricultora, ou da experiência produtiva estudada. Em outras entrevistas participaram mais de um(a) membro(a) da família, como esposo, esposa ou filho(a)s.

Cabe destacar que a preferência pela utilização do formulário se justifica pelo fato, de que esta ferramenta de coleta de dados possibilita a obtenção das informações diretamente com o(a) entrevistado(a). Neste instrumento de pesquisa, o preenchimento das respostas é realizado pelo próprio entrevistador na ocasião da entrevista (MARCONI, LAKATOS, 2003).

Porém, ao referir-se a esse instrumento de coleta de dados, a literatura aponta algumas desvantagens, como a menor liberdade na resposta pelo fato da presença do entrevistador, maior demora na coleta, pois a aplicação é individual. Apesar de tais limitações, o formulário apresenta inúmeras vantagens, as quais favorecem a obtenção de dados mais complexos. Esta

⁶Mais detalhes sobre a realização das entrevistas, estão descritos no início do capítulo 5.

ferramenta ainda apresenta maior flexibilidade para a adaptação às dificuldades de cada situação (MARCONI, LAKATOS, 2003).

Também cabe ressaltar que foram efetuadas gravações das entrevistas sempre que o(a)s entrevistado(o)s sentiram-se à vontade e autorizaram a realização deste procedimento. Entretanto, a utilização deste material é restrita ao autor e suas orientadoras, para fins desta pesquisa.

Para melhor compreensão dos métodos utilizados na realização desta pesquisa, buscou-se através da elaboração do quadro 2 sistematizar essas informações.

Quadro 2 - Procedimentos, instrumentos de coletas de dados e fontes de pesquisa, de acordo com os objetivos específicos.

Objetivo Geral	Analisar a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e/ou para desenvolvimento rural sustentável do município de Jóia a partir de experiências selecionadas.			
Objetivos Específicos	Caracterizar a organização socioprodutiva da agricultura familiar em Jóia	Analisar a agricultura familiar voltada à produção de base ecológica/agroecológica, ou direcionada às atividades alternativas aos sistemas produtivos convencionais ⁷	Compreender suas interações com os processos de desenvolvimento rural e/ou rural sustentável, no município de Jóia.	
Procedimentos de Pesquisa	Pesquisa bibliográfica	Estudo de caso	Estudo de Caso	Estudo de Caso
Instrumentos de Pesquisa	Levantamento de materiais	Levantamento de dados secundários	Levantamento de dados primários mediante a aplicação de entrevistas estruturadas.	Levantamento de dados primários mediante a aplicação de entrevistas estruturadas.
Fontes	Legislações Livros Artigos científicos Trabalhos acadêmicos	Bases de dados IBGE SEBRAE/RS Órgãos estaduais do governo do RS Prefeitura Municipal de Jóia	Agricultore(a) s familiares identificados a partir de mapeamento junto com informantes chave.	Agricultore(a) s familiares identificados a partir de mapeamento junto com informantes chave.

Fonte: elaborado pelo autor (2021)

A partir do Quadro 2 é possível observar a sistematização das informações referentes às técnicas metodológicas, que foram consideradas para o alcance de cada objetivo específico. Desta maneira, verifica-se a utilização de diferentes instrumentos e procedimentos de pesquisa bem como distintas fontes consultadas.

⁷ Neste caso, consideram-se como atividades alternativas aos sistemas produtivos convencionais, as agroindústrias familiares estudadas neste trabalho. Uma vez que o sistema produtivo convencional predominante no município de Jóia corresponde, a produção de monocultivos, em especial a soja.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O ponto de partida do trabalho foi uma pesquisa bibliográfica a qual primou pelo estudo de assuntos como desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar. Tendo em vista o caráter local deste estudo, a pesquisa buscou por materiais que abordassem assuntos relacionados aos aspectos históricos, sociais e econômicos do meio rural da região Noroeste do Rio Grande do Sul, em especial de Jóia. Esta etapa do estudo, que ocorreu mediante a consulta de materiais já publicados, teve como objetivo fundamentar teoricamente a análise dos dados. Os dados secundários coletados junto às bases consultadas para elaboração deste trabalho foram sistematizados e organizados em tabelas e gráficos. Já a análise dos dados primários, coletados a partir das entrevistas com as famílias agricultoras, foi baseada em referências bibliográficas presentes nesta pesquisa. Igualmente utilizou na análise dos dados primários, a técnica de Análise de Conteúdo, descrita por Bardin (1977).

Dessa maneira, após a exposição dos aspectos metodológicos deste estudo. O próximo capítulo discutirá fatores referentes às transformações nas dinâmicas da agropecuária e o contexto atual da agricultura familiar de Jóia.

4 TRANSFORMAÇÕES NAS DINÂMICAS DA AGROPECUÁRIA E O CONTEXTO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JÓIA

O município de Jóia emancipou-se em 1982 de Tupanciretã. Antes de pertencer a Tupanciretã, seu território integrou o município missioneiro de Santo Ângelo-RS (SILVA, 2003). Em termos produtivos, Jóia atualmente se destaca em âmbito estadual pela sua produção agropecuária. Considerando volumes produzidos, este município encontra-se entre os dez maiores produtores de soja e trigo do Rio Grande do Sul (RS), bem como se apresenta entre os dez municípios com maior área irrigada para produção agrícola no estado (RIO GRANDE DO SUL, 2020). Desse modo, para compreender o atual cenário produtivo do território estudado é relevante conhecer elementos relacionados à formação histórica, vegetação, e ocupação do espaço, fatores estes, que influenciaram no desenvolvimento dos sistemas agrários estudados. Mediante estas constatações, são abordados aspectos relacionados a estes elementos, tanto no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, como nas esferas regional, e local.

Neste contexto, segundo Frantz e Silva Neto (2005) para melhor entender os elementos pertinentes à produção agropecuária e os atuais sistemas agrários do RS é indispensável que se compreenda entre outras coisas, aspectos relacionados às características do solo, da vegetação e do clima. Nesta mesma ótica, ao discorrer sobre a ocupação do território do estado do Rio Grande do Sul, Brum (1983) indica que a ocupação deste espaço pelo elemento branco, manifestou aspectos muito particulares, resultantes das condições naturais, em especial da vegetação. De acordo com o autor, este processo também foi influenciado, pelo extenso período de disputas entre castelhanos e portugueses pela posse desse território.

Outro elemento importante apontado por Brum (1983) refere-se ao fato, de que antes da chegada dos colonizados ibéricos, este território era habitado por povos indígenas, os quais pertenciam a três principais povos, sendo estes os Tupis-guaranis, os Pampeanos e os Gês. Neste contexto, Frantz e Silva Neto (2005) destacam, entre as nações indígenas, a nação dos guaranis. De acordo com Frantz (1979) os guaranis desenvolviam a agricultura mediante a utilização de técnicas como derrubadas e queimadas, cultivando produtos como mandioca, batata-doce, feijão, milho, abóbora, erva mate entre outros.

No que tange aos tipos de vegetação natural, no período da ocupação do território Rio-grandense, destacam-se duas formações bem diferenciadas “(...) uma área de campo estendendo-se por cerca de 52% do território e outra área de mata tropical cobrindo o restante

dos 48 % da superfície atual do Rio Grande do Sul” (BRUM, 1983, p. 14). Estas duas formações vegetais, influenciaram na localização dos dois principais sistemas agrários do estado, sendo o sistema pastoril que prevaleceu nas áreas de campo, e o sistema agrícola, que ocorreu hegemonicamente nas áreas de mato. (BRUM, 1983; FRANTZ E SILVA NETO, 2005; BERNARDES, 1997)

Ao dissertar sobre os dois sistemas agrários desenvolvidos no Rio Grande do Sul, o sistema pastoril e sistema agrícola, Frantz (1982) aponta as principais características destas economias. Ao abordar a economia pastoril, este autor destaca o surgimento das estâncias como fator importante para este contexto produtivo. As estâncias eram estabelecimentos caracterizados como grandes propriedades de terras nas quais se praticava a pecuária extensiva. Estas propriedades tiveram seu surgimento a partir das concessões de sesmarias por parte do estado, a todas aquelas pessoas que conseguissem garantir o controle de uma determinada área. De acordo com o autor, estas estâncias, com o passar do tempo, sofreram transformações, às quais foram divididas em quatro partes pelo autor, conforme pode ser observado no quadro 3.

Quadro 3 - Evolução das estâncias/atividade pastoril no Rio Grande do Sul

ETAPA	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
1 °	Meados do séc. XVIII até início do século XIX	- Fraca comercialização, venda de apenas couro e chifres. - Grande parte das atividades nas estâncias, voltadas à subsistência. - Acumulação tanto no aumento da área das estâncias, como no número de animais.
2 °	Final do século XIII até 1° Guerra Mundial	- Inicia com o desenvolvimento das charqueadas. - Aumento da presença de escravos nas atividades. - Charqueadas possibilitavam a utilização inteira do boi
3 °	Após a 1° Guerra Mundial até década de 1950	- Expansão do mercado de carne, a partir da urbanização no país. - Implantação dos primeiros frigoríficos no RS. - Melhorias zootécnicas - Uso de trabalho assalariado.
4 °	Após anos 1950	- Mecanização da agricultura no do RS, e industrialização no país. - Surgimento de alternativa para utilização das terras, o que resulta em um aumento dos preços e dos custos da produção pecuária. - Intensificação de novas técnicas de produção pecuária em algumas regiões, e/ou na substituição desta atividade, pela agricultura em outras regiões.

Fonte: adaptado pelo autor (2021) a partir de (FRANTZ, 1982).

Ainda no que se refere à economia pastoril, Frantz (1979) salienta a relevância do período missioneiro⁸ para estas atividades. De acordo com Dudermeil *et al.*, (1993), nos espaços denominados missões ou reduções jesuíticas⁹, desenvolveram-se entre outras

⁸ Sobre o período Missioneiro, Brum (1983) destaca que este pode ser dividido em 2 ciclos. No primeiro ciclo ocorrerá a fundação de 18 reduções de 1626 a 1636, as quais serão invadidas por bandeirantes paulistas que resultará no exílio de jesuítas e indígenas nas reduções localizadas a oeste do rio Uruguai. Já o segundo ciclo corresponde a fundação de sete reduções, no período entre 1682 e 1607 as quais serão conhecidas como os “sete povos das missões” estes serão invadidos em 1756 o que marcará o fim do período missioneiro no RS.

⁹ Espaços, aldeamentos de indígenas, fundados por padres jesuítas (BRUM, 1983).

dinâmicas, atividades de cunho agropecuário, com destaque para a triticultura, bovinocultura e equinocultura. Além destas atividades, também ocorreram nesses espaços, a produção de erva-mate, a qual foi exportada para cidades localizadas na bacia do Rio da Prata. Já a produção de couros de bovinos, os quais eram exportados para a Espanha.

Brum (1983) destaca o fato de os jesuítas e índios missioneiros, serem os responsáveis pela introdução do gado nas reduções jesuíticas por volta do ano de 1634. Frantz e Silva Neto (2005, p. 40) complementam esta ideia, indicando que “os precursores da produção pastoril no Rio Grande do Sul foram os jesuítas e seus índios aldeados nas reduções missionárias”. Tais fatores demonstram a importância da contribuição destes povos, para os sistemas agropecuários do estado, em especial para o município de Jóia, tendo em vista que no passado, o território que compõem este município, pertenceu ao município missioneiro de Santo Ângelo-RS (SILVA, 2003).

Já no que se refere à produção agrícola, Brum (1983) estabelece uma relação desta dinâmica produtiva, com a ocupação e colonização das terras de mato por parte de imigrantes e descendentes de imigrantes europeus. De acordo com o autor, nas áreas de matas, ocupadas mediante os processos de imigração, “a atividade econômica básica foi a agricultura pelo sistema de pequena propriedade e trabalho familiar” (BRUM, 1983 P. 31). Neste sentido, Bernardes (1997, p. 92) complementa essa ideia, ao afirmar que “(...) o povoamento nas matas do Rio Grande do Sul fez-se sempre à base da pequena propriedade, explorada diretamente pelo colono e sua família. No Sul, pois, colono significa pequeno proprietário agricultor em terras de mata”.

Nesta perspectiva, Brum (1983) afirma que a ocupação das áreas de mata no estado, ocorreu em duas etapas. A primeira etapa é entendida como o período em que se deu a ocupação da região centro-nordeste do estado, mediante a criação de núcleos coloniais formados por imigrantes de uma única nacionalidade. Esses núcleos passaram a ser conhecidos como colônias velhas. Já a segunda etapa, irá ocorrer a partir da fundação de núcleos coloniais nas áreas da região norte do estado, em particular no vale do rio Ijuí e região do Alto Uruguai. Esta segunda fase, terá início em 1890 com a fundação da Colônia Ijuhy.

Posteriormente, foram fundadas outras colônias, como Panambi, Erechim e Santa Rosa. Estes núcleos coloniais conhecidos como colônias novas, foram formados por pessoas de diversas nacionalidades. Nesta etapa, apesar da participação de imigrantes europeus, a ocupação dessas terras se deu basicamente por famílias de descendentes de imigrantes, vindas das colônias velhas (BRUM, 1983). Conforme Bindé (2006) também ocorreu na primeira

década do século XX, a fundação da colônia “Pontão do Ijuizinho”, nas áreas de matas ao sul do Rio Ijuizinho, sendo esta parte do atual território do município de Jóia.

De acordo com Brum (1983, p. 33) o processo relacionado à ocupação das áreas de matas no território rio-grandense, apresentou as características elencadas a seguir:

- a) Pequena propriedade que, as partilhas por herança, deu origem ao minifúndio; b) a prática da policultura, com o cultivo de relativa variedade de produtos e a criação de animais (suínos, bovinos, etc.) e aves, destinadas ao abastecimento da família e à produção de excedentes para a comercialização; c) a utilização dos recursos naturais, ou seja, da fertilidade natural do solo e o uso da mão-de-obra direta dos membros da família.

Grande parte das primeiras famílias que passaram a ocupar e colonizar terras da região Noroeste eram descendentes de imigrantes europeus. Devido às características de ocupação territorial, produção e organização socioeconômica, é possível considerar que inicialmente a produção agrícola dessa região, onde se localiza o município de Jóia, é identificada como produção colonial (FRANTZ, 1979).

No que tange a essa forma de produção, Pesavento (1983) considera que a atividade agrícola do núcleo colonial, objetivava não apenas abastecer a própria unidade familiar de produção, mas também abastecer o mercado, em nível regional em primeiro momento, e posteriormente, em dimensão nacional. Destacam-se também nesses processos produtivos e comerciais, as relações de trocas de produtos entre as famílias agricultoras (PESAVENTO, 1983).

Ao discorrer sobre o processo de evolução da agropecuária no Planalto Gaúcho, Frantz (1979) aponta que este sistema inicial de agricultura de base familiar, que se deu nas áreas coloniais, posteriormente sofreu alterações, mediante o surgimento das ‘granjas’. Esses estabelecimentos surgiram a partir de meados da década de 1940 na região de Passo Fundo (RS) e início da década de 1950, nas regiões de Ijuí (RS) e Santo Ângelo (RS). Em um primeiro momento, elas dedicaram-se a triticultura. Porém, com o passar do tempo, as granjas direcionaram as dinâmicas produtivas à sojicultura, atividade que passará a ser produzida de maneira mais intensa a partir do “boom” da soja no mercado internacional, no início dos anos de 1970 (FRANTZ, 1979). O contexto em que ocorreu a intensificação da produção agrícola, em especial da cultura da soja, é caracterizado como período de modernização da agricultura. Neste período, os processos produtivos, buscaram entre outros objetivos, fomentar a tecnificação da agricultura, e estimular a produção voltada ao mercado externo com estímulo à grande propriedade rural (DELGADO, 2005).

No que tange à modernização da agricultura, Brum (1983) indica, que este processo iniciou na região do Planalto Gaúcho, no período posterior a Segunda Guerra Mundial,

expandindo-se com o passar do tempo, para outras regiões do estado e do país. De acordo com o autor, tal dinâmica ajustou-se aos parâmetros da nova fase do capitalismo internacional do período pós-guerra. Brum (1983) destaca a “Revolução Verde” como elemento principal fator para a modernização agrícola, tanto em nível nacional, como mundial.

Sobre a modernização da agricultura, Frantz e Silva Neto (2005) apontam que a partir da década de 1960, se estabelece no Brasil, uma política de incentivo a utilização de insumos e equipamentos industriais no setor agrícola. Neste cenário, o principal mecanismo de instituição desta política foi o crédito rural, tendo triticultura e a rizicultura, como umas das primeiras atividades beneficiadas no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com os autores, com o crédito rural, o governo federal promoveu a adoção de práticas agrícolas como a utilização de adubos e insumos químicos. Este sistema também estabelecia a obrigatoriedade para os agricultores que subtraíam empréstimos, da introdução de uma cultura de verão em sucessão ao trigo. Cabe destacar, que entre estas culturas, encontrava-se a soja, a qual foi escolhida de maneira preferencial se expandindo rapidamente nas terras do Planalto.

De acordo com Frantz e Silva Neto (2005) posteriormente a este período, inúmeras iniciativas de diversificação produtiva foram testadas, fator também apontado por Brum (1983). Entretanto, as dificuldades relacionadas à produção ou a comercialização, fizeram com que outras culturas agrícolas não se assegurassem como opções economicamente viáveis ao cultivo da soja e do trigo (FRANTZ, SILVA NETO, 2005). Dessa maneira, observa-se que apesar das tentativas de diversificação dos sistemas produtivos, a sojicultura continua ocupando papel de destaque na economia regional.

Além desses aspectos abordados na dimensão regional, é importante que ocorra a compreensão sobre determinados fatores também em nível local. Neste contexto, apesar de nos capítulos de introdução e metodologia, já terem sido apontadas características sobre o município estudado, se faz necessária, a abordagem de outros elementos relacionados à Jóia.

Inicialmente será discorrido sobre a ocupação do território deste município. Sobre este assunto, são encontrados apontamentos na obra de Ruckert (1985 a), segundo o qual, o território de Jóia, no passado, compreendeu duas regiões de características tradicionalmente distintas, sendo estas a região colonial dedicada à agricultura, e a região de campos, voltada a pecuária tradicional.

Dessa maneira, mediante os aspectos abordados por Ruckert (1985 a) observa-se, que um conjunto de fatores colaborou para que se desenvolvessem no município de Jóia, dois sistemas de produção, o sistema pastoril e o sistema agrícola. O primeiro ocorreu nas áreas de campo, enquanto o sistema agrícola ocorreu de maneira mais efetiva a partir da fundação da

colônia Pontão do Ijuizinho, nas áreas de matas ou áreas florestais. Estes diferentes sistemas colaboraram para que houvesse uma divisão do território do município em duas regiões distintas, a região colonial e a região dos campos (RUCKERT, 1985 a).

Sendo assim, de acordo com Ruckert (1985 b) apesar dessa diferenciação, este território com o passar do tempo, sofreu alterações em suas dinâmicas produtivas. Tais mudanças serão decorrentes do processo de modernização agrícola que ocorreu no Planalto Gaúcho (FRANTZ, 1979; BRUM, 1983; DUDERMEL *et al.*, 1993; FRANTZ, SILVA NETO, 2005). Essas transformações incidiram no desenvolvimento de novas dinâmicas socioprodutivas, que resultaram em um novo contexto agropecuário. Conforme afirma Ruckert (1985 b, p. 68)

(...) Poderíamos afirmar que o desenvolvimento capitalista na agropecuária gaúcha, que integra agricultura/pecuária e que funde as duas sociedades rurais tradicionais em projetos idênticos, revela-se atualmente presente nos rincões outrora distantes – como é o caso de Jóia.

Nesta ótica, ao dissertar sobre a temática, Andreatta (2003) indica que o período de modernização agrícola, favoreceu a ocorrência de consideráveis alterações nas duas grandes regiões do município de Jóia. Desse modo, estes espaços que por muito tempo desenvolveram características produtivas distintas, a partir dos anos de 1960/70, passaram a adotar dinâmicas produtivas similares. Porém, apesar desses fatores, a autora aponta que estas regiões ainda apresentam certas particularidades, as quais devem ser consideradas.

Além dos elementos já comentados, como a ocupação do espaço, características de vegetação e modernização da agricultura, outros fatores também foram relevantes na construção do atual cenário socioprodutivos do município de Jóia. Entre estes, destaca-se a implantação de áreas de reforma agrária entre os anos de 1988 e 2006. Neste período, foram implantados no município 6 projetos de assentamentos e 2 projetos de reassentamentos conforme a tabela 1.

Tabela 1- Projetos de Assentamentos e Reassentamentos no município de Jóia de 1988 a 2006

Nome do Projeto	Ano de implantação	Área (hectares)	Número de famílias assentadas ou reassentadas
Assentamento Santa Tecla “Botão de Ouro”	1988	1.154	64
Assentamento Rondinha	1995	4.200	232
Assentamento Ceres	1996	1.951	114
Assentamento Barroca	1997	516	29
Reassentamento 31 de Maio	2000	687	36
Reassentamento Novo Amanhecer	2000	973	49
Assentamento Tarumã	2001	1.053	54
Assentamento Simon Bolívar	2006	1.116	85

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de (MENDES, 2010; SECCO, 2004, ANDREATTA, 1992).

Com base na tabela 1 observa-se que a implantação de projetos de reforma agrária, aconteceram de maneira mais efetiva a partir de meados da década de 1990 e início dos anos 2000. Também é possível verificar, que estes projetos, se diferenciam no tamanho das áreas, e no número de famílias assentadas ou reassentadas.

No que tange ao tema reforma agrária, Guerrero *et al.*, (2016) consideram este processo como uma dinâmica de desenvolvimento inclusivo. De acordo com os autores, este processo, resulta em inúmeros benefícios, os quais incidem não só na qualidade de vida das famílias beneficiárias, mas também nos territórios onde os projetos de assentamentos são desenvolvidos.

Nesta perspectiva, Ferreira Neto *et al.*, (2012) indicam que a criação de assentamentos rurais, tem gerado impactos positivos para os municípios onde estes são inseridos. De acordo com os autores, estes projetos podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico desses territórios, pois além de fomentarem o aumento da procura por produtos e serviços, colaboram para o aumento da oferta de produtos de origem agropecuária. Neste mesmo viés, os assentamentos colaboram para a dinamização do comércio local.

Cabe também destacar que a partir da implantação de áreas de reforma agrária, são observadas transformações em nível local. Entre estas mudanças, estão as alterações relacionadas à estrutura fundiária. A tabela 2, elaborada a partir dos Censos agropecuários de 1995 e 2006, apresenta informações referentes aos estabelecimentos agropecuários existentes em Jóia. Estes dados possibilitam visualizar aspectos relacionados à variação no tamanho de área e o número de estabelecimentos agropecuários no município, no período anterior e posterior a implantação da maior parte dos assentamentos, que aconteceu entre os anos 1995 e 2001, período em que foram implantadas 6 das 8 áreas.

Tabela 2 - Variação do número e tamanho de área dos estabelecimentos agropecuários em Jóia de 1995 a 2006.

Grupos de áreas	Número de estabelecimentos				Área dos estabelecimentos			
	(unidades)		%		(hectares)		%	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006
Mais de 0 a menos 10 ha	230	527	20	29	1.206,3	2.082	1	2
10 a menos de 20 ha	462	608	40	33	7.308,7	9.220,7	7	8
20 a menos de 50 ha	203	300	17	16	6.161,6	8.706,5	6	8
50 a menos de 100 ha	88	99	8	5	6.096,8	6.860,6	5	6
100 a menos de 500 ha	105	122	9	7	23.931,7	27.015,4	22	25
500 a menos de 1.000 ha	37	32	3	2	26.466,5	21.075	24	19
Acima de 1000 ha	19	19	1,6	1	38.629	33.316,6	35	31
Produtor sem área	-	40	-	2	-	-	-	-
Total	1144	1810			109.800,5	108.276,7		

Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir de IBGE (2021 e), IBGE (2021 d).

Observa-se na tabela 2 que ocorreram mudanças no que tange ao número dos estabelecimentos agropecuários em Jóia, quando comparados os dados dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006. Ocorreu um crescimento significativo no número de estabelecimentos e no tamanho de área ocupada por estabelecimentos agropecuários com áreas menores de 50 hectares. Há de considerar, que esta categoria, abrange também estabelecimentos localizados nas áreas de assentamentos e reassentamentos, os quais correspondem em sua maioria aos lotes com áreas entre 10 e 20 hectares. Outra variação na estrutura fundiária de Jóia, que merece destaque, se refere à redução no número de estabelecimentos, e no tamanho da área ocupada por estabelecimentos da faixa entre 500 e 1.000 hectares. Ainda pode-se constatar a redução da área ocupada por estabelecimentos com mais de 1.000 hectares. Neste contexto, apesar de não ocorrer alteração no número de propriedades nesta faixa de terras, a área reduzida quando comparados os dados dos Censos de 1995 e 2006, corresponde a cerca de 5.300 hectares (IBGE, 2021 e; IBGE, 2021 d).

Também no que concerne ao município de Jóia, Mendes (2010) aponta uma relevante contribuição do(a)s agricultore(a)s assentado(a)s de reforma agrária para transformações nas dimensões sociais e econômicas no âmbito do município. Entre os fatores que impactaram no cenário municipal, a autora destaca a ampliação dos volumes de produção. Elemento que consequentemente resultou no acréscimo da arrecadação do município de Jóia. Secco (2004, p. 50), por conseguinte, afirma que:

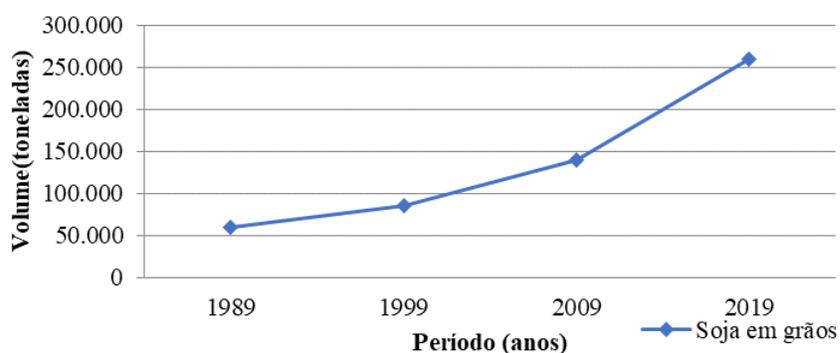
(...) Com a transformação das áreas de latifúndio em pequenas propriedades, constata-se um aumento na produção agrícola de subsistência, predominando a agricultura familiar o que acarreta mais retorno de ICMS para o município.

Ainda, sobre o contexto histórico do setor agropecuário de Jóia, é importante sinalizar outro elemento que impactou diretamente no cenário produtivo local. Este fato refere-se à incidência de um foco de febre aftosa no município, no mês de agosto do ano de 2000. O vírus da febre aftosa foi detectado em uma região que compreende unidades de produção de pequeno e médio porte, onde a atividade da pecuária leiteira tinha uma relevante função na composição da renda das famílias agricultoras. Em decorrência da doença, aconteceu a interrupção por um determinado tempo da atividade leiteira. Este episódio levou a ocorrência de alterações nessa região, principalmente no que concerne a exploração do meio produtivo vinculado à pecuária leiteira (ANDREATTA, 2003).

Deste modo, a partir da discussão de alguns aspectos, relacionados ao contexto histórico das atividades produtivas desenvolvidas no município de Jóia, busca-se entender o atual contexto econômico e produtivo existente neste território. Nesta ótica, ao analisar outros fatores, observa-se que ocorreram transformações em aspectos relacionados ao número de estabelecimentos agropecuários e aos principais cultivos agropecuários no município. No que diz respeito às alterações nas dinâmicas produtivas do setor agropecuário, estas podem ser verificadas, quando analisadas as principais atividades no período correspondente aos últimos 30 anos.

Os gráficos 1 e 2 trazem informações sobre a variação do volume da produção de soja e em número de cabeças da bovinocultura. Estas são as duas principais atividades agropecuárias praticadas do município pesquisado. No gráfico 1 é apresentada a variação da produção de soja em toneladas, no período de 1989 a 2019.

Gráfico 1 - Variação da produção de soja em grãos (em toneladas) no município de Jóia de 1989 a 2019



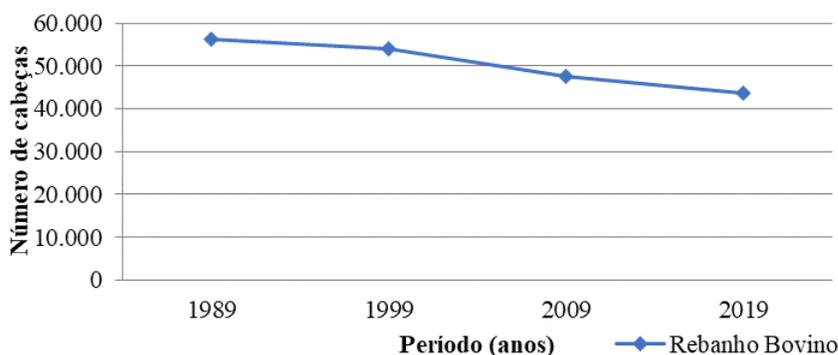
Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 f)

Como é possível observar, ocorreu um crescimento significativo e de forma gradual, do cultivo de soja, quando analisados os últimos trinta anos. Quanto a evolução da produção de soja, em especial na região Noroeste do RS, onde o município de Jóia está localizado,

Mantelli (2006) relaciona o crescimento produtivo desta cultura, com a redução na produção de outros cultivos. Neste sentido, esta autora, ao discorrer sobre as transformações na organização produtiva desta região, indica que a partir do aumento produtivo de culturas voltadas para a exportação, ocorreram transformações nos sistemas produtivos deste espaço. Tais alterações resultaram no predomínio da produção de soja, o que comprometeu o cultivo de outras culturas, entre elas, aquelas voltadas ao abastecimento alimentar. Isso decorre, segundo Mantelli (2006), das medidas do governo federal que passou a favorecer produtos como a soja, enquanto outros produtos cuja finalidade estava relacionada com o consumo alimentar, foram relegados ao segundo plano. Estas dinâmicas foram empreendidas não somente por produtores de grandes propriedades de terra, mas também por agricultores familiares (MANTELLI, 2006).

Além das alterações observadas no setor agrícola, o setor pecuário também sofreu mudanças no período de 1989 até 2019. O gráfico 2 apresenta informações referentes à variação no número de cabeças de gado bovino, a principal atividade pecuária do município.

Gráfico 2 - Variação do rebanho bovino (em cabeças) do município de Jóia de 1989 até 2019



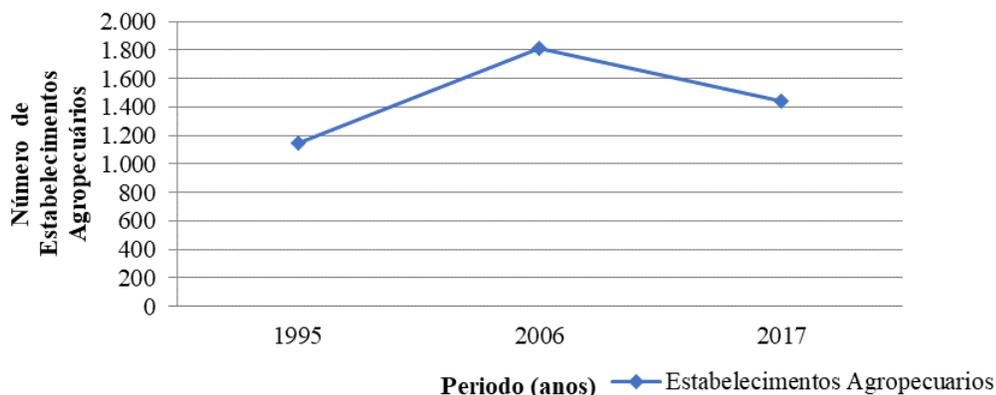
Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021g)

A partir do gráfico 2 observa-se que ocorreu um decréscimo da produção pecuária, mediante a diminuição do número de cabeças de gado, uma vez que de 56.100 cabeças em 1989 este número reduziu para 43.520 cabeças de gado em 2019. Verifica-se, que esta redução, ocorreu de maneira mais efetiva a partir do final da década de 1990.

Sobre as alterações no que tange à produção agropecuária, verificadas nos gráficos 1 e 2, neste trabalho não foram aprofundados estudos referentes a esta temática em nível municipal. Porém, quando estudado o contexto regional, observa-se que a produção agropecuária, sofreu alterações ocasionadas pelo processo de modernização da agricultura, conforme apontam Frantz (1979), Brum (1983), Frantz e Silva Neto (2005).

Além das transformações no que concerne aos sistemas de produção, também foram observadas mudanças no que diz respeito ao número de estabelecimentos agropecuários no município. Nesse sentido, o gráfico 3 apresenta a variação no número de estabelecimentos agropecuários, entre os anos de 1995 e 2017.

Gráfico 3 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários em Jóia (1995-2017)



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de (IBGE, 2021 b; IBGE, 2021 d; IBGE, 2021 e)

Desse modo, conforme o gráfico 3 quando comparados os indicadores do censo agropecuário de 1995 com o de 2017, observa-se que ocorreu um crescimento no número de estabelecimentos. Tal alteração pode estar relacionada à implantação de projetos de reforma agrária neste período, como foi já apontado na tabela 2 a qual compara os dados dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006, período em que foram implantadas a maioria das áreas de reforma agrária em Jóia.

Nesta ótica, sobre o número atual de estabelecimentos agropecuários, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o município conta com 1.444 estabelecimentos. Deste total 1.240 (85%) são da agricultura familiar, e 204 (15%) correspondem à agricultura não familiar (IBGE, 2021 b). Neste sentido, destaca-se, que o fato de a maior parte dos estabelecimentos agropecuários ser de agricultore(a)s familiares, não é uma realidade somente em Jóia. De acordo com Cruz *et al.*, (2021) o Censo Agropecuário de 2017 indica que os estabelecimentos classificados como agricultura familiar, correspondem a cerca de 76% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil.

Ainda sobre os estabelecimentos da agricultura familiar, o Censo Agropecuário de 2017 apresenta dados que permitem conhecer de maneira mais ampla, este grupo social. Entre essas informações estão indicadores referentes à idade e o sexo do(a)s agricultores que dirigem os estabelecimentos da agricultura familiar em Jóia, como apresenta a tabela 3.

Tabela 3 - Direção dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em Jóia, de acordo com idade e sexo do(s) agricultore(a)s em 2017

Classe de idade do produtor	Total		Masculino	Feminino
	Nº de Estabelecimentos	%	Nº de Estabelecimentos	Nº de Estabelecimentos
Menor que 25 anos	18	1,4	12	6
De 25 a menos de 35 anos	65	5,2	55	10
De 35 a menos de 45 anos	209	16,8	178	31
De 45 a menos de 55 anos	320	25,8	285	35
De 55 a menos de 65 anos	325	26,29	269	56
De 65 a menos de 75 anos	205	16,5	172	33
De 75 anos a mais	98	7,9	75	23
Total	1.240	100	1.046	194

Fonte: elaborado pelo autor (2021) IBGE (2021 b)

Com base na tabela 3 é possível observar que em torno de 84% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em Jóia são dirigidos por homens. A cerca da idade das pessoas responsáveis por essa direção, observa-se que as faixas etárias que concentram o maior número de pessoas, são as categorias que englobam as classes de idade entre 45 anos a menos de 55 anos e 55 a menos de 65 anos. Porém, neste cenário, o grupo que corresponde a pessoas de 55 a menos de 65 anos, é a classe de idade com maior número de indivíduos, sendo identificado também neste espaço, o processo de envelhecimento da população rural.

Também é interessante caracterizar os estabelecimentos agropecuários de Jóia, de acordo com a condição legal de terras. A tabela 4 apresenta a condição legal das terras e o número de estabelecimentos agropecuários abrangidos por estas categorias.

Tabela 4 - Condição legal das terras nos estabelecimentos agropecuários no município de Jóia em 2017.

Condição legal das terras	Estabelecimentos Agropecuários(unidades)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Próprias	831	162	664
Concedidas por órgão fundiário sem titulação definitiva	545	16 ¹⁰	529
Arrendadas	182	62	120
Em parceria	59	18	41
Em regime de comodato	25	7	18
Ocupadas	21	3	18
Total	1.444	204	1.240

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b).

De acordo com a tabela 4, 57,5 % dos estabelecimentos agropecuários em Jóia possuem área própria. Também se verifica que aproximadamente 38% correspondem às áreas concedidas por órgãos fundiários, ainda sem titulação definitiva. Este é o caso da maioria das áreas de assentamentos e reassentamentos. Destaca-se que no caso da agricultura familiar, a modalidade que corresponde ao número de estabelecimentos em áreas concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva, é a segunda opção com maior número de

¹⁰ Informação disponibilizada por IBGE (2021 b).

estabelecimentos. Já no que tange a agricultura não familiar, esta modalidade de condição legal de terras, não apresenta a mesma expressividade, pois esta opção, na agricultura não familiar, ocupa a 4ª posição.

Já a tabela 5 traz informações referentes aos grupos de áreas, número de estabelecimentos e classificação destes estabelecimentos por tipologia.

Tabela 5 - Grupos de área total de terra, por número de estabelecimentos agropecuários em Jóia para o ano de 2017.

Tamanho da área	Grupos de Área Total		Nº de Est. Agrop.		Est. Agrop. não familiares	Est. Agrop. familiares
	(ha)	%	Unidades	%	Unidades	Unidades
Mais de 0 a menos de 5 ha.	407,6	0,3	183	12,6	47	136
De 5 e menos de 10 ha.	961,9	0,9	137	9,4	10	127
De 10 a menos de 20 ha.	10.348,8	9,7	672	46,5	25	647
De 20 a menos de 50 ha.	6.013,4	5,6	210	14,5	6	204
De 50 a menos de 100 ha.	5.907,0	5,5	88	6,9	2	86
De 100 a menos de 200 ha.	7.321,9	6,9	56	3,8	16	40
De 200 a menos de 500 ha.	14.335,2	13,5	46	3,1	46	-
De 500 a menos de 1000 ha.	21.947,9	20,7	30	2	30	-
De 1.000 a menos de 2.500 ha.	28.871,9	27,2	19	1,3	19	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha.	x	-	3		3	-

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b)

A partir dos dados da tabela 5 observa-se que em torno de 83% dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, 1.202 possuem menos de 50 hectares, somando cerca 17.731,7 hectares. Porém, apesar desse indicador ser significativo em termos de número de estabelecimentos, o município de Jóia conta com 19 estabelecimentos que possuem áreas entre 1.000 e 2.500 hectares, os quais ocupam uma área de 28.871,9 hectares, e 3 estabelecimentos com áreas entre 2.500 a 10.000 hectares. A partir desses indicadores, é possível verificar que embora a maioria das propriedades detenham tamanho menor que 50 hectares, existe um pequeno número de propriedade, que concentram grande fração de área no município, indicando elevada concentração de terras nas mãos de 22 estabelecimentos. Do mesmo modo, verifica-se que aproximadamente 6,4 % dos estabelecimentos agropecuários detém 61,4 % da área total de terras. Esses dados vão ao encontro da perspectiva apontada por Teixeira (2019, p. 26), segundo a qual “após duas décadas do século XXI o padrão histórico brasileiro de hiperconcentração da terra permanece inalterado”. Neste cenário, o autor aponta que os frutos das ações promovidas pelos programas de reforma agrária, não foram suficientes para mudar a realidade, relacionada à concentração de terras do país. Sobre este aspecto, cabe acrescentar que Mendes (2010) também indicou uma concentração de terras no município de Jóia.

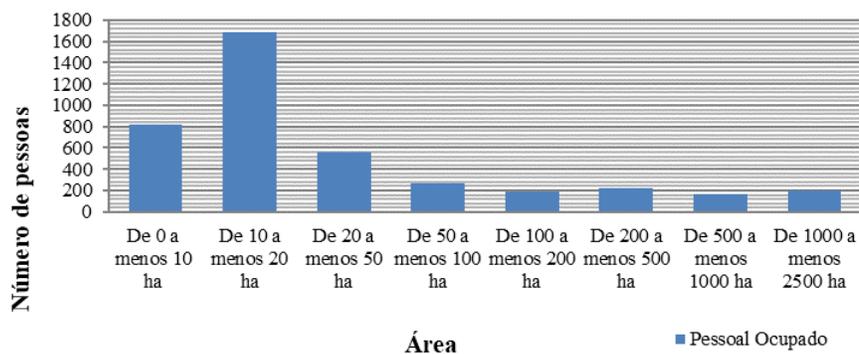
Outro elemento importante relacionado ao setor agropecuário do município estudado, diz respeito ao número de pessoas ocupadas com atividades agropecuárias. Entretanto, no que

tange a população total deste município, cabe salientar que de acordo com IBGE (2021 c) a população estimada de Jóia para o ano de 2021 corresponde a 8.571 habitantes. Já no que se refere as pessoas ocupadas com atividades agropecuárias, de acordo com os resultados do Censo Agropecuário de 2017, neste ano havia 4.161 pessoas ocupadas. Assim sendo, verifica-se que em torno de 3.219 pessoas, 77% do total de pessoas ocupadas, pertencem à agricultura familiar. Já a parcela que está vinculada a agricultura não familiar, corresponde a 942 pessoas, representando assim, 23% das pessoas ocupadas. Ainda em se tratando da ocupação das pessoas com atividades agropecuárias, cerca de 2.548 pessoas são homens, o que representa cerca de 61%, já as mulheres somam 1.613 pessoas, o equivalente a 39% do total.

Desse modo, ao analisar esses resultados percebe-se que a maior parte das pessoas ocupadas com atividades agropecuárias pertence à agricultura familiar. Estes indicadores, vão ao encontro das perspectivas que destacam a agricultura familiar e a sua relação com a geração de empregos, ou como potencial na promoção de postos de trabalho, conforme apontam Heberlê *et al.*, (2017), Ploeg (2014), Bergamasco e Delgado (2017), Assad e Almeida (2004) e Aquino *et al.*, (2018), Mattei (2014).

Sobre este assunto, Castro *et al.*, (2014, p. 7) complementam indicando que “(...) por ser mais diversificada que a agricultura de grande escala, a agricultura familiar traz benefícios socioeconômicos, como o emprego de mais trabalhadores por área (...)”. De acordo com estes autores, a agricultura familiar, também atua na diminuição do êxodo rural, fator igualmente evidenciado por Cruz *et al.*, (2021).

Gráfico 4 - Pessoal ocupado no município de Jóia, por tamanho de área em 2017



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b).

Já no que diz respeito ao número de pessoas ocupadas e a relação com o tamanho da unidade de produção, observa-se que as unidades de produção com menos de 50 hectares concentram o maior número de pessoas ocupadas. Nesta categoria, destacam-se as áreas com

tamanho entre 10 e 20 hectares, faixa que compreende um total de 1.691 pessoas ocupadas conforme pode ser visualizado no gráfico 4. Essa maior concentração pode estar relacionada com as áreas de reforma agrária no município, uma vez que os lotes de assentamentos e reassentamentos estão em sua maioria concentrados nessa faixa de terras. Desse modo, percebe-se, entre outros fatores, a importância da reforma agrária e da agricultura familiar, na ocupação de pessoas no meio rural do município de Jóia.

Ainda sobre as características dos estabelecimentos agropecuários do município, é possível identificar o nível de escolaridade das pessoas que dirigem os estabelecimentos, informações que estão disponíveis na tabela 6.

Tabela 6 - Escolaridade das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários de Jóia em 2017.

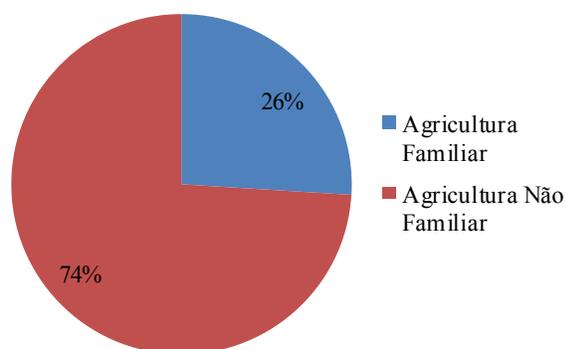
Escolaridade	Número de estabelecimentos agropecuários		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Sabe ler e escrever- sim	1.372	199	1.173
Sabe ler e escrever- não	70	3	67
Nunca Frequentou escola	58	2	56
Classe de Alfabetização CA	73	2	71
Alfabetização de Jovens e Adultos-AJA	1	-	1
Antigo primário (elementar)	213	31	182
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	22	6	16
Regular de ensino fundamental ou 1º grau	772	81	691
EJA- Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau.	76	10	66
Antigo científico, clássico, (médio 2º ciclo)	3	1	2
Regular de ensino médio ou 2º grau	143	25	118
Técnico de ensino médio ou do segundo 2º	17	1	16
EJA- Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau.	5	-	5
Superior-graduação	55	39	16
Mestrado-doutorado	4	4	-
Total	1.442	202	1.240

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b).

Como é possível observar na tabela 6 a maior parte das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários em Jóia, são alfabetizadas, sabendo ler e escrever. Ao comparar indicadores relacionados à agricultura familiar e não familiar, observam-se diferenças relativas ao nível de escolarização. Verifica-se que os níveis de escolaridade que correspondem ao ensino fundamental (regular de ensino fundamental ou 1º grau, antigo ginásial (médio 1º ciclo), EJA- Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau) englobam em torno de 62% das pessoas que dirigem os estabelecimentos da agricultura familiar e 48% das pessoas que dirigem estabelecimentos da agricultura não familiar.

Sobre os níveis de escolaridade que correspondem ao ensino médio (antigo científico, clássico, (médio 2º ciclo), regular de ensino médio ou 2º grau, técnico de ensino médio ou do segundo 2º, EJA- Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau) verifica-se que estes abarcam 13% das pessoas que dirigem os estabelecimentos da agricultura não familiar e 11% das pessoas que dirigem os estabelecimentos familiares. Igualmente percebe-se que na direção dos estabelecimentos da agricultura não familiar há um número maior de pessoas com nível de graduação e pós-graduação (mestrado-doutorado), ao comparar com a agricultura familiar.

Gráfico 5 - Área total dos estabelecimentos agropecuários em Jóia, em 2017



Fonte: elaborado pelo autor partir de IBGE (2021 b)

Outro aspecto interessante verificado, refere-se ao fato de que apesar da maior parte dos estabelecimentos agropecuários serem unidades de produção de agricultura familiar, esta categoria social ocupa somente 27.541 hectares o que corresponde 26 % da área total existente do município de Jóia. Deve-se considerar que a área total dos estabelecimentos agropecuários em Jóia, segundo o Censo Agropecuário de 2017 é de 105.959,5 hectares (IBGE, 2021 b). Nesta perspectiva, o gráfico 5 mostra a participação da agricultura familiar e não familiar na área total existente no município. Nestes dados é possível observar que a agricultura familiar ocupa menos de um terço da área total das terras do município de Jóia. Neste cenário, apesar de deter apenas 26% da área no município, este percentual supera a média nacional, na qual a agricultura familiar ocupa 23% do total da área dos estabelecimentos agropecuários (CRUZ *et al.*, 2021).

Sobre a área total dos estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário de 2017, 98% (104.538,2 ha) está voltada para a comercialização (considera-se também neste quesito, a possibilidade de troca ou escambo). Os demais 2% da área, 1.421 hectares, estão

direcionados para o consumo próprio das famílias e de pessoas com laços de parentesco com estas. Observando o volume total de produção para autoconsumo em Jóia (nos 1.421 hectares) constata-se que 79% desta área é cultivada pela agricultura familiar e 21% pela não familiar (IBGE, 2021 b). Estes dados indicam que a produção para o autoconsumo, se apresenta como uma característica associada de maneira mais direta com a agricultura familiar. Nesta perspectiva, Grisa (2007) elucida a importância da produção voltada ao atendimento das necessidades alimentares das famílias. Prática que, segundo a autora, além de contribuir na produção alimentar do(a)s agricultore(a)s coopera para a obtenção da autonomia dos agricultores familiares.

Em relação à área cultivada, de acordo com os grupos de atividades, identifica-se que em torno de 69% deste espaço é cultivado com lavouras temporárias (IBGE, 2021 b). No que concerne a esta modalidade de lavouras, a tabela 7 apresenta as principais culturas produzidas, em volumes de produção, nas áreas destinadas às lavouras temporárias em Jóia, segundo Censo Agropecuário de 2017. A cultura com maior volume de produção é a soja, cujo volume é aproximadamente 8 vezes maior do que o volume do milho forrageiro, segunda cultura mais produzida no município. Também é possível verificar que os produtos voltados à comercialização, como as *commodities*, são majoritariamente produzidos pela agricultura não familiar. Já a produção de alimentos ou de produtos para o suprimento das necessidades das unidades de produção, como o trato dos animais, tem sua produção associada em grande parte à agricultura familiar.

Tabela 7 - Culturas produzidas em lavouras temporárias no município de Jóia, em 2017.

Produtos	Total (t)	Agricultura Não Familiar (t)	Agricultura Familiar (t)
Soja em grão	216.667,3	173.191,4	43.476
Milho forrageiro	253.10,4	5.380	19.930,4
Milho em grão	24.302,4	21.094,7	3.207,7
Trigo em grão	22.977,9	20.770,8	2.207,1
Aveia Branca em grãos	11.558,3	9.507,8	2.050,4
Outros produtos	3.362,2	3194	168,2
Mandioca (aipim, macaxeira)	1.084,4	106,5	977,9
Forrageiras para o corte	558,2	558,2	-
Colza (canola)	453,1	342,7	110,4
Feijão preto em grão	449,1	371,5	77,6
Cana de açúcar	337,8	63	274,8
Sementes de forrageiras(produzidas para o plantio)	185	-	-
Abóbora, moranga, jerimum	162	25,1	136,9
Sorgo forrageiro	76	-	76
Melancia	30,1	2,8	27,2

Fonte: elaborado pelo autor a partir de IBGE (2012 b)

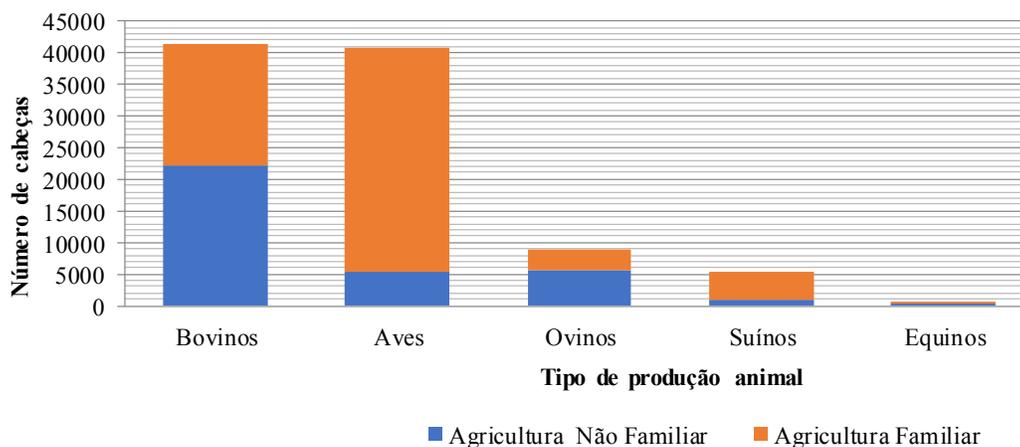
A tabela 7 permite entender, que a agricultura familiar em Jóia, também contribui na produção de produtos agrícolas voltados exclusivamente para a comercialização tais como soja em grão, milho em grão, trigo em grão, aveia em grão e colza. Da mesma maneira, é

possível verificar que o grupo é responsável pela produção de alimentos, que podem tanto atender ao mercado, quanto suprir as necessidades alimentares da família. Estes alimentos são a mandioca (aipim, macaxeira), abóbora (moranga, jerimum) melancia, e em volumes menores o feijão preto. Desse modo, estes aspectos verificados no município de Jóia, são característicos da própria dinâmica da agricultura familiar. Elementos que ao serem observados, coincidem com as afirmações de Schneider e Cassol (2014) uma vez que estes indicam que as dinâmicas desenvolvidas por esse grupo social, tem como propósito suprir as necessidades do autoconsumo das famílias, bem como atender as demandas comerciais.

Sobre a produção das lavouras temporárias, Teixeira (2019, p. 33,34) indica que as mesmas “(...) incluem os principais alimentos da mesa dos brasileiros”. Dessa maneira, observa-se mais uma vez, a importante participação do(a)s agricultore(a)s familiares na produção de alimentos. Neste sentido, cabe destacar que a relevância da agricultura familiar na produção alimentar é defendida por vários autores, entre eles Mattei (2014) e Ploeg (2014) os quais ressaltam a importância deste grupo social para o alcance da segurança alimentar.

Ainda sobre a participação da agricultura familiar na produção alimentícia, Valadares *et al.*, (2020, p. 7) apontam que, atualmente, a agricultura familiar é responsável por uma parcela “significativa da oferta interna de alimentos”. Os autores destacam que a produção da agricultura familiar apresenta papel primordial no que diz respeito ao abastecimento de alimentos dos centros urbanos brasileiros. Já no que se refere à produção animal em Jóia, o gráfico 6 traz informações.

Gráfico 6 - Principais atividades de produção animal em Jóia, por tipologia de agricultura, no ano de 2017



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b)

A partir das informações do gráfico 6, se evidencia que a bovinocultura é a atividade que apresenta o maior número de animais (41.285 cab.) seguida por avicultura (40.910 cab.), ovinocultura (8.874 cab.), suinocultura (5.359 cab.) e equinocultura (727 cab.) (IBGE, 2021 b). Como pode ser observado, a agricultura familiar tem significativa participação na produção animal em Jóia, em especial no que diz respeito, ao tamanho do rebanho. Neste sentido, além de deter quase a metade do rebanho bovino com destaque para a produção de gado leiteiro, que ocorre de forma majoritária nas unidades de produção familiar, como observado na tabela 8. A agricultura familiar também é responsável pela maior parte da produção de suínos, bem como de aves. No caso da produção de aves, o fato deste grupo social deter a maior parte deste rebanho, resultará na significativa participação do mesmo na produção e venda de ovos como indica a tabela 8. Estes dados reforçam a importância da participação da agricultura familiar na produção animal no município estudado.

Quanto a produção de origem animal, os produtos mais com maiores volumes produzidos no município são leite, ovos e mel, informações que estão detalhadas na tabela a seguir.

Tabela 8 - Produção de origem animal no município de Jóia, por tipologia de agricultura, em 2017

			Agricultura Familiar	Agricultura Não Familiar	Total
Produtos de Origem Animal	Leite	Número de vacas ordenhadas nos estabelecimentos agropecuários (cabeças)	5.371	551	5.922
		Produção de leite (mil litros)	22.267,8	3.097,4	25.365,2
		Quantidade vendida de leite cru (mil litros)	21.300,3	3.008,6	24.308,8
	Mel	Colméias nos estabelecimentos agropecuários (Nº de caixas)	1.542	493	2.035
		Ovos	Produção de ovos de galinhas (mil dúzias)	227,7	39,6
	Venda de ovos de galinha (mil dúzias)		34,4	2,2	36,6

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b)

Os dados da tabela 8 permitem visualizar a relevância da agricultura familiar na atividade leiteira do município estudado. Esta categoria social é responsável por aproximadamente 85 % do leite produzido e comercializado no município, e de possuir 90% do rebanho leiteiro. Em relação aos outros produtos de origem animal, como a produção de mel, cerca de 75% das caixas de colméias, estão em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar. A agricultura familiar também se apresenta como a principal responsável pela produção e venda de ovos uma vez que se ocupa com cerca de 85% da produção, e de

94% da comercialização destes produtos no município (IBGE, 2021 b). Estas informações reforçam mais uma vez a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, com base na realidade de Jóia.

Os dados apontados pela tabela 8 também revelam que estes produtos têm sua produção relacionada tanto com a comercialização, quanto com o autoconsumo. As informações relacionadas à produção de ovos e leite, apontam que parte desta produção, não é comercializada. Cabe salientar que conforme já apontado por Grisa (2007), o autoconsumo é essencial para a reprodução das famílias agricultoras e pode ser considerada como renda não monetária para estas famílias.

Além das questões relacionadas às atividades produtivas, volumes de produção e comercialização, outros elementos também são importantes no que concerne à produção agropecuária. Entre estes fatores estão as questões correspondentes à orientação técnica que o(a)s agricultore(a)s acessam (CRUZ *et al.*, 2021). No caso do município de Jóia, de acordo com o último Censo Agropecuário, em torno de 667 estabelecimentos agropecuários, ou seja, 46% do total recebeu assistência técnica. Já os estabelecimentos que não recebem assistência técnica, representam cerca de 54% (IBGE, 2021 b). Dessa maneira, em Jóia, assim como a realidade nacional, a orientação técnica apresenta limitações quanto ao número de agricultore(a)s assistido(a)s (ARRAIS *et al.*, 2019).

No que diz respeito à assistência técnica e ao acesso a esta, observa-se que na agricultura familiar, em torno de 44% dos estabelecimentos recebem assistência técnica, enquanto na agricultura não familiar esse número sobe para 58% dos estabelecimentos. Neste caso, constata-se que em termos percentuais, o(a)s agricultore(a)s familiares tem menos acesso a assistência técnica que os não familiares. Outro fator que o recenseamento apresenta, diz respeito à origem da assistência técnica. Sobre este quesito, a maior parte dos estabelecimentos que recebem orientação, são atendidos por órgãos governamentais, que podem ser de nível federal, estadual ou municipal (IBGE, 2021 b).

Além da assistência técnica, outro elemento que integra as dinâmicas produtivas do setor agropecuário, corresponde ao acesso ao crédito. Nesta ótica, o Censo Agropecuário de 2017, indica que no município de Jóia, 456 estabelecimentos agropecuários, cerca de 31%, do total, tiveram acesso aos financiamentos no ano mencionado.

No entanto, visando obter maiores informações, referentes a esta temática, procurou-se analisar separadamente os dados referentes ao acesso ao crédito, pela agricultura familiar e agricultura não familiar. Neste sentido, a tabela 9 apresenta dados percentuais sobre o acesso

de créditos e financiamentos por agricultore(a)s familiares e não familiares do município de Jóia.

Tabela 9 - Estabelecimentos agropecuários de Jóia X obtenção de financiamentos no ano de 2017

	Obtiveram Financiamentos (%)	Não Obtiveram Financiamentos (%)
Agricultura Familiar	30	70
Agricultura Não Familiar	42	58

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b).

De acordo com a tabela 9 observa-se que menos de um terço dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em Jóia, tiveram acesso aos financiamentos no ano de 2017. Já na agricultura não familiar, é possível verificar que quase a metade dos estabelecimentos tiveram acesso aos financiamentos. Desse modo, observa-se uma desigualdade no acesso ao crédito, visto que o percentual de estabelecimentos da agricultura familiar que obteve financiamentos é de 30%, enquanto na agricultura não familiar, esse percentual é de 42% dos estabelecimentos.

Essa realidade verificada no município de Jóia, que corresponde a desigualdade no acesso ao crédito entre agricultore(a)s familiares e não familiares, também é observada na conjuntura nacional, pois conforme indica Arrais *et al.*, (2019, p. 236) “é importante ressaltar que ainda há uma desigualdade em relação ao acesso ao crédito entre grande e pequeno produtor”. Segundo estes autores entre os fatores que se mostram desiguais para essas duas categorias, estão as taxas de juros das operações financeiras, que acabam sendo menores para os grandes produtor(a)s, pelo fato destes acessarem maiores montantes. Outro elemento apontado pelos autores diz respeito à comprovação de garantias, que são mais fáceis para os agricultores não familiares, que em geral possuem mais capital.

Acerca das rendas e receitas dos estabelecimentos agropecuários, observa-se que esses valores estão divididos em três categorias: “Receitas da produção do estabelecimento” (produção vegetal, animal e seus produtos, produção da agroindústria); “Outras receitas do estabelecimento” (desinvestimentos, atividades de artesanato), e “Outras receitas do produtor” (aposentadorias ou pensões, atividades fora do estabelecimento, rendas de programas governamentais).

Neste sentido, a tabela 10 apresenta os indicadores referentes ao conjunto dos estabelecimentos agropecuários do município.

Tabela 10 - Receitas dos estabelecimentos agropecuários do município de Jóia em 2017

Categorias de Receitas	Total de Receitas (R\$)	%
Receitas da produção do estabelecimento	256.582.224,00	91
Outras receitas do estabelecimento	6.392.569,00	2
Outras receitas do produtor	18.511.981,00	7
Total	281.486.774,00	100

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b)

De acordo com a tabela 10 a categoria “Receitas da produção do estabelecimento” corresponde a maior parte das receitas de todos os estabelecimentos agropecuários do município de Jóia, somando 91 % do total. Porém, quando estes indicadores são analisados separadamente, sob as perspectivas da agricultura familiar e não familiar, observam-se diferenças que podem ser visualizadas na tabela 11.

Tabela 11 - Receitas dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar de Jóia, em 2017.

	Receitas da produção do estabelecimento (%)	Outras receitas do estabelecimento (%)	Outras receitas do produtor (%)
Agricultura Familiar	78	4	18
Agricultura Não Familiar	97	1	2

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b).

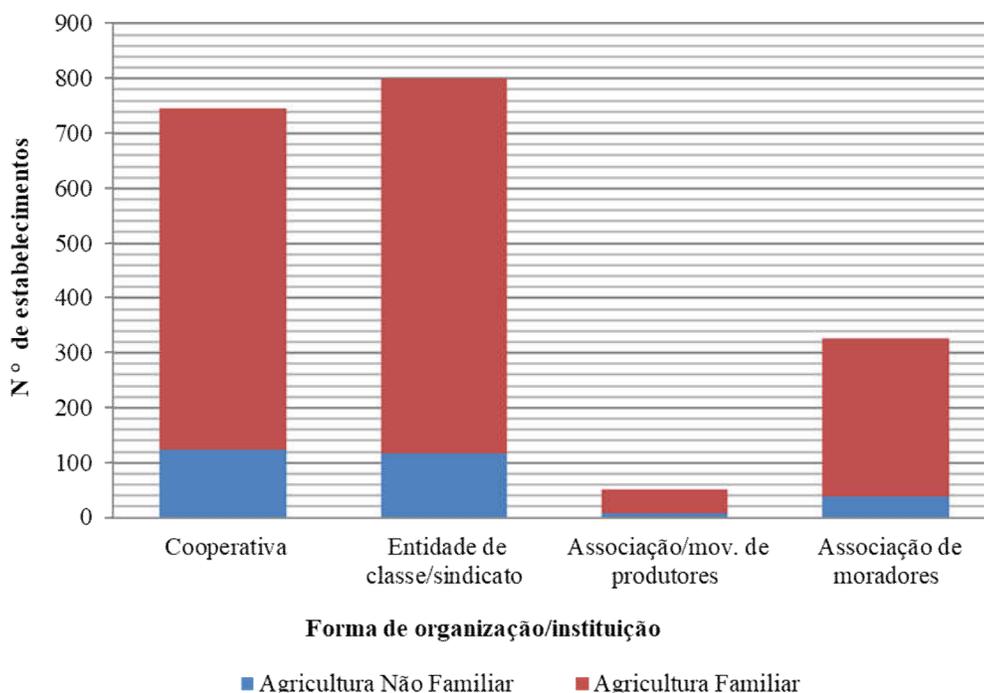
A partir dos dados da tabela 11 se constata que 78% das receitas da agricultura familiar, são oriundas de receitas de produção provenientes do próprio estabelecimento, como produção vegetal, animal e seus produtos, e produção da agroindústria. Nesta categoria 18% das receitas são originadas de outras receitas do produtor, como aposentadorias ou pensões, atividades fora do estabelecimento, rendas de programas governamentais. E ainda há neste segmento 4% que correspondem a outras receitas do estabelecimento.

Neste sentido, em relação à origem das receitas dos estabelecimentos da agricultura familiar pode-se estabelecer uma associação destes dados, com o entendimento referente aos estudos que abordam as dinâmicas de pluriatividades, discutidas por Schneider (2003). O autor ressalta que, a pluriatividade, apesar de ser uma dinâmica não apenas restrita a(o)s agricultore(a)s familiares, se apresenta com maior ocorrência entre este(a)s.

Na agricultura não familiar, por sua vez, em torno de 97% das receitas são originadas de receitas de produção do próprio estabelecimento, como produção animal e seus produtos, produção vegetal e produção da agroindústria. Desse modo, outras receitas do produtor, como aposentadorias ou pensões, rendas de programas governamentais e atividades fora do estabelecimento, assim como outras receitas do estabelecimento, como artesanato, tem uma participação consideravelmente menor, pois estas duas categorias totalizam 3%.

Além dos fatores relacionados às questões produtivas, é relevante abordar os aspectos pertinentes a dimensão social, tais como as formas de organização do(a)s agricultore(a)s e suas relações com entidades de classe, associações e cooperativas. Neste sentido, o gráfico 7 apresenta as formas de associação/organizações das quais o(a)s agricultores participam.

Gráfico 7 - Associação de agricultore(a)s, cooperativa ou entidade de classe por número de estabelecimentos, no município de Jóia em 2017



Fonte: elaborado pelo autor (2021), a partir de IBGE (2021 b)

A partir do gráfico 7 é possível constatar que o(a)s agricultore(a)s do município de Jóia, em geral, participam de alguma forma de organizações ou associações. Isto é constatado ao verificar que 746 estabelecimentos agropecuários (51% da totalidade dos estabelecimentos do município) estão associados em organizações como cooperativas. Também nesta mesma ótica, destaca-se que 800 estabelecimentos (55% do total dos estabelecimentos), estão vinculados às instituições como entidades de classe/sindicatos.

De acordo com o gráfico 7, quando analisados somente os estabelecimentos relacionados a agricultura familiar, observa-se que a maior parte destes agricultores, estão vinculados a algum tipo de organização. Uma vez que, 684 estabelecimentos da agricultura familiar, (55% dos estabelecimentos deste grupo), estão associados a entidades de classe/sindicatos.

No que tange a participação do(a)s agricultore(a)s familiares nas organizações destacadas no gráfico 7, observa-se que a participação em sindicatos/entidades de classe se apresenta em primeiro lugar no número de pessoas vinculadas (IBGE, 2021 b). Neste sentido, cabe salientar a relevância desta forma de organização para a agricultura familiar, como indicam Conterato e Fillipi (2009). De acordo com esses autores, a reconquista da ação política dos movimentos e organizações sindicais relacionados a(o)s trabalhadore(a)s rurais, foi importante, para o surgimento do debate em torno da agricultura familiar na década de 1990.

Ao analisar o gráfico 7 também é possível verificar a participação de agricultore(a)s familiares em cooperativas. Essa modalidade representa a segunda opção mais acessada em número de agricultore(a)s. Sobre esta forma de articulação, Moraes e Schwab (2019) apontam estas instituições como organizações relevantes para o contexto socioeconômico do universo rural, indicando que as cooperativas têm importante papel para o desenvolvimento dos estabelecimentos agropecuários vinculados à agricultura familiar.

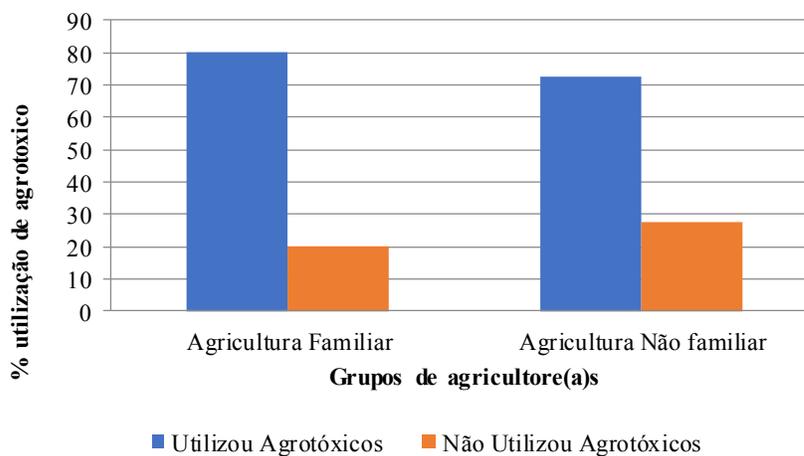
Outro fator também verificado no gráfico 7, corresponde à vinculação do(a)s agricultore(a)s às associações. Neste sentido, ao dissertar sobre a temática e sua relação com o desenvolvimento do meio rural, Lisboa e Alcântara (2019) consideram a prática associativa no meio rural como um elemento importante para as famílias agricultoras. De acordo com os autores “(...) o associativismo rural influenciou e influencia de forma positiva no desenvolvimento do agricultor familiar (...)” (IDEM, p. 26).

Além dos aspectos já discutidos neste trabalho, cabe dissertar sobre a utilização de agrotóxicos no município de Jóia. Neste cenário, constata-se que 79% dos estabelecimentos agropecuários, familiares e não familiares, utilizam agrotóxicos. Porém, ao buscar analisar estes indicadores de uma maneira mais aprofundada, percebe-se que os dados do Censo Agropecuário de 2017, não possibilitam avançar nesta discussão, uma vez que não é possível verificar algumas informações, consideradas relevantes sobre este assunto.

Entre essas informações, estão dados referentes à quantidade de agrotóxico utilizado, as principais culturas em que são aplicados estes produtos e o tamanho da área. Infelizmente, tais indicadores não estão disponíveis entre os resultados do Censo Agropecuário de 2017, principal fonte de consulta de dados secundários desta pesquisa. Desse modo, mediante a indisponibilidade dessas informações, fica inviável o desenvolvimento de uma discussão mais aprofundada sobre a utilização de agrotóxicos no município de Jóia. Neste sentido, Mattei (2019, p. 3) esclarece que “(...) aspectos polêmicos relativos ao uso de agrotóxicos foram excluídos, ficando apenas a pergunta se os mesmos eram ou não usados”.

Em se tratando da utilização de agrotóxicos por número de estabelecimentos, informação da qual se tem os dados, pode-se verificar a utilização de agrotóxicos por estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar. O gráfico 8 apresenta estes dados, em termos percentuais.

Gráfico 8 - Utilização de agrotóxico em estabelecimentos agropecuários de Jóia no ano de 2017



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de IBGE (2021 b)

Como se pode verificar, a utilização de agrotóxicos ocorre tanto nos estabelecimentos da agricultura familiar, quanto nos estabelecimentos da agricultura não familiar. Neste contexto, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, no que tange a agricultura familiar, 990 estabelecimentos (79.8% dos estabelecimentos desta categoria) utilizaram agrotóxicos no ano de 2017. Já na agricultura não familiar, os estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos, somam cerca de 72.5% o que equivale a 148 estabelecimentos.

Na perspectiva voltada à produção mais sustentável, na busca de informações sobre os tipos de produção, convencional e orgânica, em consulta ao CNPO (Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos) do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) no dia 08/02/2022, não foram encontrado(a)s agricultore(a)s com certificação orgânica no município de Jóia (BRASIL, 2022). Ainda sobre o tema, Teixeira (2019) afirma que em nível nacional, comparando os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 ocorreu uma queda no número de estabelecimentos agropecuários que praticavam a agricultura orgânica. De acordo com o autor “a redução em 2017 em comparação com 2006 foi de 29% (TEIXEIRA, 2019, p. 23).

Mediante as informações discorridas neste capítulo, é possível observar que várias características verificadas no estado do Rio Grande do Sul, no que se refere ao contexto histórico e produtivo, também são observadas no cenário histórico e produtivo do município de Jóia. Igualmente percebe-se que este município, assim como o Planalto Gaúcho, sofreu transformações ocasionadas pela modernização da agricultura.

Outro elemento que cabe destacar se refere a relevante participação da agricultura familiar, no contexto socioeconômico das atividades agropecuárias de Jóia. Uma vez que este grupo social apresenta importante contribuição nas dimensões produtivas – na participação da produção de culturas voltadas a exportação, na produção de produtos direcionados ao suprimento das necessidades das famílias agricultoras – assim como das unidades de produção, também desempenha relevante papel na produção que visa ao autoconsumo.

Constatou-se que a atuação dos agricultores familiares se mostra preponderante na produção animal, a medida em que esta categoria é responsável pela produção de determinados produtos desta esfera produtiva conforme mostra a tabela 8. Igualmente cabe ressaltar a colaboração da agricultura familiar em aspectos relacionados à dimensão social, como a ocupação de pessoas em atividades agropecuárias e participação em organizações sociais.

No que tange aos aspectos discutidos neste capítulo, cabe destacar que os dados do Censo Agropecuário de 2017 analisados nesta etapa do trabalho, apresentam indicadores relacionados às dimensões econômicas e sociais. Tais fatores levam ao estabelecimento de uma relação dessas informações, com conceitos referentes ao tema desenvolvimento rural. Dessa maneira, esses dados secundários permitem concluir que a agricultura familiar em Jóia contribui com os processos de desenvolvimento rural, uma vez que ao colaborar de forma relevante em determinadas atividades agropecuárias, este grupo social contribui para a melhoria de fatores relacionados a renda e qualidade de vida das populações do meio rural (SCHNEIDER, 2004).

Da mesma forma, a partir desses dados foi possível verificar que a agricultura familiar ao abranger a maior parte das pessoas ocupadas com atividades agropecuárias em Jóia, colabora com questões relacionadas a dimensão social. Fatores, que segundo Chalita (2005) são relevantes para o desenvolvimento rural.

Sobre a relação dos indicadores apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017 com o Desenvolvimento Rural Sustentável, salienta-se que devido ao reduzido número de dados secundários relacionados à esfera ambiental analisados neste capítulo, não foi possível estabelecer uma relação do grupo social estudado com os processos de Desenvolvimento

Rural Sustentável. Por esse motivo, a relação da agricultura familiar de Jóia com sustentabilidade nos processos de desenvolvimento no espaço rural, não foi discutida nesta etapa da pesquisa.

No que tange ao contexto histórico do município de Jóia, salienta-se que este espaço sofreu alterações ao longo dos anos ocasionadas pelo processo de modernização da agricultura que levou a crescimento da produção de soja em detrimento de outras culturas como a bovinocultura. Igualmente destaca-se que os projetos de reforma agrária contribuíram para que ocorressem alterações na estrutura fundiária no município, assim como nas dimensões sociais e econômicas.

Por fim, neste capítulo, a partir de dados secundários, foram expostos aspectos, que permitem caracterizar o segmento da agricultura familiar em Jóia. Foram evidenciados fatores que fundamentaram a caracterização da organização socioproductiva da agricultura familiar do município elemento que corresponde a um dos objetivos desta pesquisa. Na continuidade este trabalho apresenta um recorte dentro do grupo da agricultura familiar do município estudado, e com isso busca aprofundar os conhecimentos sobre a parcela da agricultura familiar voltada à produção de base ecológica/agroecológica, ou direcionada às atividades produtivas convencionais, cujo detalhamento se encontra nos dois próximos capítulos.

5 AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ESTUDADAS NO MUNICÍPIO DE JÓIA

Este capítulo tem como objetivo discutir aspectos relacionados às quatro agroindústrias familiares pesquisadas no município de Jóia, inscritas no SIM (Serviço de Inspeção Municipal) e ou SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) assim como verificar a relação dessas iniciativas com o desenvolvimento rural ou rural sustentável neste município. Desse modo, a elaboração deste capítulo foi fundamentada em dados obtidos em entrevistas com famílias agricultoras, vinculadas às agroindústrias familiares legalizadas no município de Jóia. A identificação e localização destas agroindústrias aconteceu a partir da consulta aos informantes chave, os quais foram consultados em uma primeira etapa de pesquisa a campo. Estes atores sociais foram escolhidos para serem informantes chave uma vez que conhecem a realidade da agricultura familiar voltada à produção de base ecológica/agroecológica, ou direcionada às atividades alternativas aos sistemas produtivos convencionais, assim como iniciativas relacionadas às agroindústrias familiares do município de Jóia.

Dessa maneira, foram entrevistado(a)s 7 informantes chave: profissionais e agricultore(a)s vinculado(a)s aos órgãos públicos (de assistência técnica, instituição de ensino), organizações (organizações da sociedade civil, associações, instituição financeira) e movimentos sociais. Nesta primeira etapa da pesquisa com estes atores sociais, foi aplicado o questionário do Apêndice A para as entrevistas.

O objetivo desta primeira fase do trabalho de campo foi identificar informações que possibilitassem delinear um panorama sobre as atividades relacionadas às agroindústrias familiares ou atividades alternativas aos sistemas produtivos convencionais. A partir dessas entrevistas, foram selecionadas 10 experiências para serem estudadas no trabalho, dentre as quais estão 4 agroindústrias legalizadas que existem no município de Jóia. Neste contexto, cabe salientar que duas destas agroindústrias atuam na produção de panificados, uma com derivados do leite e outra com vegetais minimamente processados.

A partir dos dados coletados na primeira etapa do trabalho de campo, é possível observar alguns elementos como diversidade econômica e produtiva e heterogeneidade social nos sistemas produtivos de agricultura familiar estudados em Jóia. Tais fatores, igualmente são indicados por Schneider (2016), Schneider e Cassol (2014), Conterato e Schneider (2010) como características desta categoria social.

Igualmente foi possível constatar, o papel deste grupo social no que tange a ampliação de novas percepções e possibilidades de caminhos direcionados ao desenvolvimento rural de forma sustentável, elemento apontado por Wammes *et al.*, (2013).

Com base nas informações levantadas com os atores chave foram selecionadas as experiências que seriam pesquisadas. No período de 15 de setembro de 2021 a 17 de outubro de 2021 foi realizada a segunda etapa da pesquisa de campo, a qual consistiu em visitas nas unidades de produção e nas agroindústrias obedecendo aos protocolos sanitários, e realizando a aplicação dos roteiros de entrevistas dos Apêndices B e C. Dessa maneira, para melhor apresentação dos dados levantados nas entrevistas, foram elaborados dois capítulos. Este capítulo 5 é referente às agroindústrias familiares. Já no capítulo 6 são abordadas as experiências produtivas de base ecológica ou agroecológica, ou alternativas aos sistemas de cultivo convencionais.

Neste contexto, antes de adentrar no debate sobre as agroindústrias familiares estudadas no município de Jóia, cabe destacar que a agroindústria familiar, é uma iniciativa que apresenta características diferenciadas, quando comparada às outras empresas do ramo alimentar (MATEI, 2015). De acordo com a autora tais particularidades se justificam

(...) Especialmente por se tratar de uma atividade baseada no trabalho da família, na diversificação, verticalização e artesanidade dos processos produtivos e na busca por redução de custos de transação e inserção aos mercados. (MATEI, 2015, P. 26).

Sobre as agroindústrias familiares, cabe ressaltar que três estão localizadas em assentamentos apresentando vínculo com a reforma agrária. Da quarta agroindústria, apesar de não estar situada em área de assentamento, a família proprietária é assentada.

Com a finalidade de caracterizar as agroindústrias pesquisadas, no quadro 4 são apresentadas algumas informações iniciais.

Quadro 4 - Características das Agroindústrias Familiares do Município de Jóia (2021)

Agroindústria	Ano do início das atividades	Registrada em algum sistema de Inspeção	Principais atividades desenvolvidas
Agroindústria 1	2011	Estadual	Derivados do leite
Agroindústria 2*	2011	Estadual	Panificados
Agroindústria 3	2014	Estadual	Processamento de vegetais (mandioca e outros)
Agroindústria 4	2017	Municipal	Panificados

*Coletivo de mulheres.

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo.

As informações apresentadas no quadro 4 indicam que as quatro iniciativas surgiram a partir de 2011. Ao serem questionadas sobre os motivos que levaram à constituição da agroindústria, as famílias agricultoras apontaram a produção de alimentos para consumo

humano e fator histórico/cultural. Na agroindústria 1, um dos membros entrevistados mencionou que: *“Nós viemos de uma região de pequenas propriedades, região do Alto Uruguai(...) a gente já tinha essa questão da produção de alimentos presente da unidade familiar.”*(Membro da Agroindústria 1)

Além dos fatores relacionados à produção alimentar, em algumas experiências estudadas, a criação ou legalização da agroindústria foi associada aos aspectos econômicos. Tais fatores são visualizados, tanto mediante ao aumento da produção, como indicou uma entrevistada, quanto na geração de uma renda complementar, fato mencionado por uma integrante de um coletivo que administra uma agroindústria, a qual aponta que *“é um grupo de mulheres, que se organizaram, pra digamos em atividades sociais (...) que depois viram uma necessidade de criar uma renda extra”*(Membro da Agroindústria 2).

Igualmente foi ressaltada, a contribuição da agroindústria para a busca da autonomia produtiva, uma vez que de acordo com uma das famílias entrevistadas *“(...) a ideia da agroindústria surgiu da gente não produzir pra alguém, e sim produzi pra nós ter todo o domínio da cadeia.”* (Membro da Agroindústria 1). Quanto aos fatores econômicos, uma das famílias entrevistadas comentou sobre a criação da agroindústria e indicou outros aspectos, tais como a motivação para a busca por ampliação dos mercados de abrangência, ou a possibilidade de acesso a novos mercados, entre estes a participação em programas institucionais.

Então nós começamos a produção vendendo na feira, a partir dali começamos experiências de descascar (...) e vender nos mercados locais. Ali muito mais vendendo na rua, de casa em casa, e a partir disso a gente começou a pensar uma coisa mais, teria que ter um negócio mais elaborado para adquirir mercados fora, então para vender para os programas para merenda escolar enfim, e começamos a construção da agroindústria. (Membro da Agroindústria 3).

Sobre início dos processos das agroindústrias familiares de Jóia, além dos fatores que influenciaram este pontapé inicial, foi questionado às famílias sobre as oportunidades e dificuldades observadas na implementação dessas iniciativas. Quanto às oportunidades, foram citados diversos elementos, onde destaca-se novamente, a possibilidade de participação em programas institucionais tais como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) o qual foi citado pelas 4 das famílias entrevistadas. No destaque abaixo está uma das manifestações:

Pra nós a primeira oportunidade, que a gente via, antes da criação da agroindústria, o fator bem interessante que nos chamava a atenção (...) é o PNAE. Naquele momento talvez, muito focado no PNAE, que nós dizia, nós temo que produzi, os programas tão ai, então foi esse que nos levou (Membro da Agroindústria 1).

Além desta motivação foi evidenciada, por três famílias nas Agroindústrias 1, 2 e 4, a preocupação da produção diferenciada, com qualidade elevada, o que é expresso na fala de um dos agricultores “*nós queria produzi produto com qualidade pra poder levar para mesa do consumidor (...)*” (Membro da Agroindústria 1). Esta perspectiva, relacionada à produção de um alimento diferenciado, também pode ser observada nas falas de agricultore(a)s de outras três experiências

Para atender esta necessidade que na época não tinha, de fazer estas entregas de coisas naturais né, sem conservantes que fosse caseiro (...). Mas, foi bem nessa condição, de atender esta necessidade de qualidade de vida do lugar, e ter mais perto das famílias que moravam aqui. (Membro da Agroindústria 2).

Uma das primeiras coisas que a gente chegou aqui com o objetivo, era que nós precisávamos produzir alimentos, a agricultura familiar tem essa característica de produção de alimentos, então essa foi a primeira coisa em que pensamos. (Membro da Agroindústria 3).

Eu trabalho só com fermento caseiro, fermento de fabricação caseira, eu não trabalho com fermento biológico, então eu procuro trabalhar o mais natural possível bem o caseiro mesmo no produto. (Membro da Agroindústria 4).

A preocupação com a produção de qualidade diferenciada, manifestada nas entrevistas vai ao encontro da noção indicada por Foguesatto e Machado (2017, p. 303) os quais apontam que “Em linhas gerais, além de uma maior inserção social, as agroindústrias podem contribuir para a geração de renda na agricultura familiar por meio da elaboração artesanal de produtos caracterizados como diferenciados”.

Deste modo, a partir das entrevistas identificou-se uma relação da produção das agroindústrias familiares estudadas com aspectos referentes à busca pela segurança alimentar. Tais elementos também são verificados nos apontamentos realizados por autores como Mattei (2014) e Ploeg (2014) os quais indicam que dentre as características da agricultura familiar está a promoção de dinâmicas produtivas, direcionadas à busca da segurança alimentar e nutricional.

Com o objetivo de resumir os aspectos relacionados às oportunidades para a criação das agroindústrias, relatados pelos entrevistados, foi elaborado o quadro 5 que sintetiza esses fatores.

Quadro 5 - Oportunidades observadas na etapa de criação das Agroindústrias Familiares estudadas no município de Jóia (2021).

- Acessar programas institucionais (PNAE)
- Familiaridade com a atividade produtiva
- Produção de produto com qualidade
- Potencial da atividade na região
- Comercialização em feiras
- Oferta de produto diferenciado
- Atendimento das necessidades da comunidade local
- Produção de alimentos
- Disponibilidade de matéria prima (mandioca)
- Poucos empreendimentos na região voltados a esta atividade (beneficiamento de mandioca) no período de criação da agroindústria
- Ampliar o número de produtos produzidos

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo

De acordo com o quadro 5 é possível compreender que as oportunidades, assim como os motivos que influenciaram a criação da agroindústria, estão relacionados, tanto com aspectos econômicos (comercialização, ampliação de mercados, consumidores potenciais) quanto com elementos referentes à segurança alimentar (qualidade e oferta de alimentos). No que concerne a segurança alimentar, cabe ressaltar a relação desta temática com aspectos relacionados a ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável). Igualmente este tema se associa aos processos de desenvolvimento rural, uma vez que vai ao encontro de aspectos referentes à qualidade de vida das populações rurais (SCHNEIDER, 2004; KAGEYAMA, 2009).

Do mesmo modo, a temática segurança alimentar se conecta com questões relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável. Afirma-se isto, pois considera-se que a produção de alimentos sem a utilização de insumos químicos, realizada de forma sustentável, observando a gestão de recursos e bens naturais, além de contribuir para a qualidade da alimentação, colabora para a preservação dos agroecossistemas. Neste cenário, deve-se considerar que este último elemento, interfere de forma significativa na continuidade das atividades produtivas. Estas dinâmicas irão influenciar em questões apontadas por Ramos (2001) como essenciais para o desenvolvimento rural sustentável, dentre as quais estão os aspectos ambientais e o modo de viver no universo rural (RAMOS, 2001).

Sobre a estrutura deste capítulo, cabe ressaltar que as questões efetuadas para as/os agricultoras/es que dirigem as agroindústrias foram organizadas em três dimensões, a social, a econômica e a ambiental. A dimensão econômica abordou elementos referentes a unidade de produção, a renda familiar, acesso a recursos, atividades produtivas, matéria prima, produção para autoconsumo, participação em programas institucionais e comercialização.

Na dimensão ambiental foi questionado sobre matéria prima utilizada (ecológica, ou ambiental), a relação das atividades produtivas com os princípios ecológicos ou

agroecológicos, aspectos das atividades produtivas com esse viés, dificuldades encontradas para a produção de base ecológica e apoio técnico direcionado a esta modalidade produtiva. Também nesta dimensão procurou-se saber sobre características da unidade de produção, como a existência de áreas naturais, medidas de preservação ambiental, destino dos resíduos.

Na terceira dimensão estudada, a social, buscou-se verificar a condição das terras, características da família agricultora e seus integrantes, sucessão familiar, participação em atividades comunitárias e organizações sociais, e a participação em ações solidárias no período da pandemia de Covid 19.

Com relação à dimensão social, no que tange às características das pessoas envolvidas no trabalho das agroindústrias, na tabela 12, estão sintetizadas informações sobre idade e sexo dos membros das famílias que trabalham nestes empreendimentos.

Tabela 12 - Classes de idades de pessoas envolvidas no trabalho das agroindústrias familiares estudadas em Jóia x gênero (2021)

Classe de idade das pessoas envolvidas no trabalho na Agroindústria¹¹	Total	Masculino	Feminino
Menor de 25 anos	1	1	
De 25 a menos de 35 anos			
De 35 a menos de 45 anos	4	2	2
De 45 a menos de 55 anos	1		1
De 55 a menos de 65 anos	1	1	
De 65 a menos de 75 anos			
De 75 anos a mais			
Total	7	4	3

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo

Quando analisados os dados da tabela 12 observa-se que a faixa etária que concentra o maior número de pessoas é aquela de 35 a 45 anos. Dessa maneira, pode-se estabelecer uma relação da informação desta tabela com dados apresentados na tabela 3 no capítulo 4. Apesar de tratarem de aspectos diferentes, é possível verificar que o público de agricultores familiares que integra as agroindústrias no município de Jóia, pode ser considerado mais jovem do que a parcela que dirige os estabelecimentos agropecuários. Em relação ao gênero, tendo como base esta tabela, constata-se que no público das agroindústrias, que este apresenta-se mais

¹¹ No trabalho de campo, não foi possível obter todos os dados referentes à idade dos membros da Agroindústria 2 tendo em vista que esta iniciativa, é administrada por um coletivo. Neste contexto, na pesquisa de campo, foi possível somente conversar com uma das integrantes.

equiparado em termos de gênero, pois neste caso, o gênero masculino representa 57%. Porém, é importante acrescentar que os dados referentes a agroindústria gerida pelo coletivo de mulheres, não constam na tabela. Deve ser considerado que este coletivo é composto por oito mulheres. Dessa forma, considera-se que de maneira geral, o público das agroindústrias estudadas em Jóia, é composto em sua maioria por mulheres. Também deve ser avaliado que no capítulo 4 está se falando das pessoas que dirigem os estabelecimentos. Neste caso, se na tabela 12 fosse identificado quem dirige os estabelecimentos, talvez os números fossem mais parecidos. Desse modo, tais informações levam a constatar que a direção dos estabelecimentos, fica a cargo dos homens, enquanto os trabalhos diários envolvem mais as mulheres.

O(a)s entrevistado(a)s também foram questionado(a)s a respeito de outras informações referentes ao núcleo familiar¹². Nesta ótica, foi constatado que nas famílias proprietárias das agroindústrias há uma média de dois filho(a)s por família. Quanto a idade do(a)s filhos, a faixa etária fica entre de 2 e 28 anos. Ao serem indagados se o(a)s filho(a)s trabalham na agroindústria, somente numa das agroindústrias - na Agroindústria 1 - a resposta foi positiva. Neste caso, a família possui dois filhos maiores de 18 anos, sendo que um contribui na agroindústria. As outras duas famílias, nas Agroindústrias 3 e 4, possuem filhos com idade menor de 18 anos, os quais não trabalham devido a reduzida idade ou trabalham de forma parcial.

Quanto sucessão familiar, constatou-se que todo(a)s o(a)s entrevistado(a)s, consideram importante este processo. Nesta perspectiva, verificou-se através das entrevistas, que as famílias incentivam seus descendentes a darem continuidade às atividades desenvolvidas. Tais aspectos podem ser observados na fala de uma das integrantes da agroindústria gerida por um coletivo: *“Ela é uma associação, que visa desenvolver as famílias nesse lugar. Então se a gente conseguisse quanto mais gente ficar perto (...) nós também teria uma possibilidade de ampliar, ou dar uma continuidade diferente.”* (Membro da Agroindústria 2).

A relevância atribuída à sucessão familiar, também pode ser visualizada nas falas seguintes, onde em uma destas explanações, percebe-se a preocupação da família em

¹²No trabalho de campo, não foi possível obter dados referente a idade de todos os membros da Agroindústria 2 tendo em vista que esta iniciativa, é administrada por um coletivo. Neste contexto, destaca-se que na pesquisa de campo, foi possível somente conversar com uma das integrantes. Desse modo, os dados referentes a essa agroindústria, não foram considerados na discussão abordada neste parágrafo.

propiciar melhores condições de trabalho aos integrantes da família para incentivar a continuidade das atividades.

A gente vai construindo de forma familiar aqui nossa propriedade, nosso meio de trabalho, e a ideia que a gente construa para quê após nós, os filhos deem continuidade nesse trabalho, de produção, de conservação do solo, de produção de alimentos. Por isso que nossa intenção é buscar melhorar as condições de trabalho. Até mesmo para ter incentivo para eles ficarem né, porque os trabalhos não podem ser penosos, e nem um trabalho, que não gere resultado. (Membro Agroindústria 3)

(...) sim a gente pretende incentivar para que eles continuem no meio, não vamos negar a ele tendo as possibilidades, a gente quer ajudar eles estudar também né, no que eles escolherem (...) vai ter que partir dele. Mas a gente incentiva que eles continuem nesse meio também (...) no nosso meio rural, no meio que a gente está trabalhando já, a gente incentiva aqui, por que é importante dá continuidade (...)(Membro da Agroindústria 4)

Assim, a partir dos depoimentos dos entrevistados é possível constatar a relevância que as famílias agricultoras dão ao processo de sucessão familiar. Isso é observado pelos incentivos dados aos filhos e preocupação com a melhoria das condições de trabalho, sendo estas as utilizadas como motivação para a continuidade das atividades por parte do(a)s filho(a)s.

Outros aspectos analisados referentes à dimensão social, dizem respeito a participação do(a)s integrantes das agroindústrias em atividades na comunidade. Neste contexto, foram consideradas a participação em atividades religiosas, recreativas ou sociais. Constatou-se, que todo(a)s participam, participaram, ou tem interesse em participar de algum tipo de dinâmica comunitária, conforme ilustra imagem 5.

Imagem 5 - Participação de integrantes das agroindústrias familiares estudadas em Jóia, em atividades comunitárias (2021).



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo

Conforme se verifica na imagem 5, em todas as famílias estudadas, ou ocorre a participação de um(a) ou mais integrantes nas dinâmicas comunitárias, ou existe o interesse em participar nessas atividades. Também foi salientado pelo(a)s entrevistado(a)s, a redução da interação social em espaços comunitários, devido à pandemia de Covid 2019. No entanto, todas as famílias reconhecem a importância da convivência social na comunidade. Neste sentido, aspectos relacionados à relevância desta questão, podem ser observados na fala a seguir.

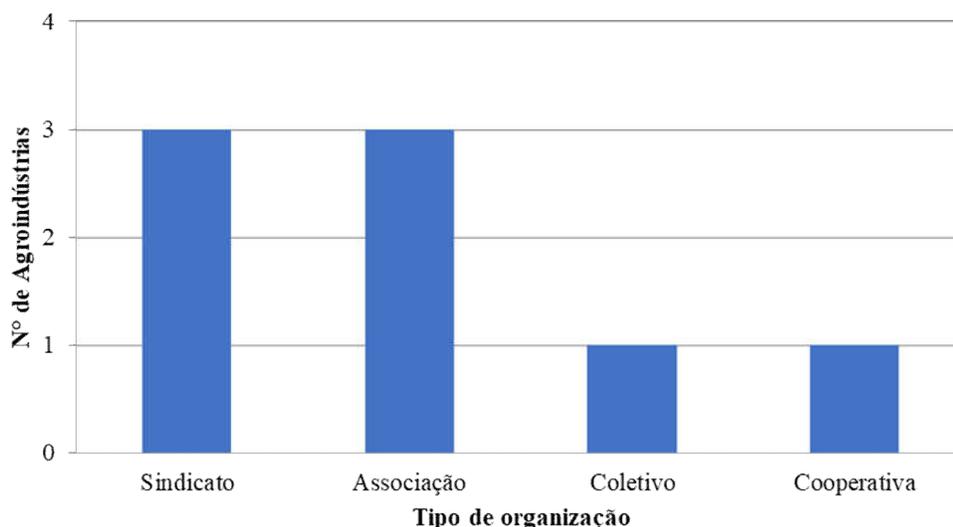
Eu gosto muito de participar do grupo de mulheres (...) então quando se faz uma atividade que eu posso participar, sempre participo (...) eu acho importante, por que quanto mais unida a gente tiver, acho que a organização coletiva é sempre mais importante do que tu tá ali meio isolado né. (Membro da Agroindústria 1)

Ainda sobre a interação do(a)s atore(a)s sociais na comunidade, de acordo com uma entrevistada “(...) essa parte social, cultural, é uma coisa que faz parte da vida das pessoas, então quem não se integra ali, não consegue ter uma visão melhor também de processos”(Membro da Agroindústria 2). Desse modo, percebe-se através das entrevistas, que a interação social nas comunidades, onde as famílias residem, se faz importante devido a vários aspectos, dentre os quais está o fortalecimento da organização a partir de uma coletividade e a possibilidade de leitura dos processos locais, dinâmicas que também são vistas como inerentes à condição humana.

Assim como a participação em atividades comunitárias, verificou-se a vinculação do(a)s agricultore(a)s, em organizações como associações, coletivos, cooperativas e entidades sindicais. Neste sentido, cabe ressaltar que a participação de agricultore(a)s familiares nestes tipos de organizações sociais, é relevante tanto para contexto socioeconômico das famílias agricultoras, como também, para o meio rural, como indicam Conterato e Fillipi (2009), Lisboa e Alcântara (2019), Moraes e Schwab (2019) ao dissertarem sobre estas temáticas.

No que tange aos entrevistados, identificou-se na pesquisa de campo, as formas de organização nas quais os membros(s) das agroindústrias familiares, está(ão) vinculado(s). Das 4 agroindústrias estudadas, 3 iniciativas, sendo as Agroindústrias, 1, 2 e 3 possuem um ou mais integrantes vinculados(a)s a algum tipo de organização. A Agroindústria 4 que não possuía nenhum integrante vinculado a alguma organização, manifestou interesse em integrar a associação de feirantes. Igualmente foi percebida a participação em três associações, em uma cooperativa (Coopercampo) e em instituição sindical. Observou-se, que nas três agroindústrias cujas respostas foram positivas para a participação nestas entidades o(a)s integrantes estão vinculado(a)s a mais de um tipo de organização coletiva. Sob este prisma, o gráfico 9 apresenta elementos relacionados à temática.

Gráfico 9 - Participação de integrantes das agroindústrias familiares de Jóia em organizações sociais (2021).



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo.

Conforme indica o gráfico 9, os sindicatos e associações foram as organizações das quais maior número de integrantes participa. Algumas falas dos entrevistados indicam que o(a)s agricultore(a)s consideram de suma importância a participação nesses espaços: “(...) *No desafio que é a produção e a comercialização, a gente não pode ser isolados, a gente precisa ter um mínimo de organização pra tu produzir, pra comercializar, pra adquirir equipamentos (...).*” (Membro da Agroindústria 3).

Observou-se que a participação nestes espaços, apresenta-se relevante para a maior parte do(a)s agricultore(a)s das agroindústrias. De acordo com o(a)s entrevistado(a)s, tal dinâmica contribui, tanto na busca por benefícios relacionados à produção, como também outros aspectos, como a comercialização. Tal importância fica evidente na participação em associações voltadas aos aspectos relacionados à articulação da comercialização, como exemplo a associação de feirantes, a qual foi mencionada em três das entrevistas nas Agroindústrias 1, 3 e 4.

Outro aspecto destacado corresponde à participação nas ações referentes às doações de alimentos no período da pandemia. Neste sentido, toda(a)s entrevistado(a)s responderam que participaram de ações de doação de alimentos. Estas iniciativas, segundo entrevistado(a)s, foram articuladas por organizações como o MST e entidades ligadas a este, tais como o grupo de mulheres das comunidades e grupo de jovens ligados a um partido político. Nas respostas foi possível constatar que a maioria das famílias entrevistadas, participou de mais de uma

ação de doação. A importância dessas ações, foi ressaltada mediante a utilização de diferentes argumentos pelo(a)s agricultore(a)s. Entre estes argumentos, encontram-se fatores relacionados aos sentimentos de empatia e solidariedade, como indica uma entrevistada ao mencionar que “*é procurar diminuir o sofrimento e a dor do povo pela fome, por tudo, pelo desemprego (...) levar um pouquinho de conforto para o próximo*” (Membro da Agroindústria 4).

Também foi possível observar que as ações de doação de alimentos, além de estarem associadas à solidariedade, empatia, compaixão, também podem ser vistas como demonstração para a sociedade, do êxito da produção de alimentos nas áreas de reforma agrária¹³, como apontado em uma das entrevistas: “*É mostrar que a gente produz (...) que a reforma agrária de fato ela acontece, que a ideologia principal da reforma agrária é a produção de alimentos (...) de mostrar que a gente se importa com o outro também.*” (Membro da Agroindústria 1).

Além desses fatores, foi indicado que a participação em tais iniciativas pode ser compreendida como demonstração de gratidão pela conquista da terra e pela possibilidade da produção de alimentos:

Por uma questão de solidariedade, acho que uma primeira coisa. Acho que não só na pandemia mas em outros períodos também a gente já participou de ações solidárias. E uma das coisas principais, a gente é fruto de uma luta social, nós estamos aqui porque teve uma luta social uma organização. Então eu acho que muito mais também, como uma forma de retribuição para a sociedade (...).(Membro da Agroindústria 3).

Além da dimensão social, outra esfera estudada neste trabalho, foi a perspectiva econômica. Nesta ótica, foram abordadas questões relacionadas às características da unidade de produção, dos sistemas produtivos, da renda das famílias e de aspectos relacionados à comercialização. Neste contexto, sobre o tamanho das áreas das unidades de produção¹⁴, constatou-se que as Agroindústrias 1 e 3 possuem áreas de 9,6 hectares. Também foi verificado que outra agroindústria - a Agroindústria 4 - está localizada em um prédio fora da unidade de produção da família proprietária, porém esta família, igualmente possui uma área de 9,6 hectares. Já a Agroindústria 2, que é gerida por um coletivo, funciona em um prédio alugado que possui cerca de 72 m². No entanto, as unidades de produção das famílias que fazem parte do grupo, possuem áreas que variam em média, de 17 a 19 hectares.

¹³ As quatro agroindústrias estudadas estão vinculadas a famílias assentadas.

¹⁴ 9,6 hectares corresponde ao tamanho da área recebida em um assentamento de reforma agrária.

No que tange aos atributos relacionados à renda das famílias, foi observada uma diversidade de realidades entre as agroindústrias estudadas. Essa diversidade é indicada no quadro 6 o qual apresenta as informações obtidas nas 4 agroindústrias pesquisadas.

Quadro 6 - Participação da renda obtida pela agroindústria, no conjunto da renda familiar (2021).

Agroindústria	Papel da agroindústria na renda da família	% da participação da agroindústria na renda da família
Agroind. 1	Agroindústria como fonte econômica principal	95 %
Agroind.2	Renda da agroindústria como complemento da renda familiar	30 a 35 %
Agroind. 3	Agroindústria como renda principal da família. Menor participação de outra renda ¹⁵	90 %
Agroind. 4	Renda da agroindústria é parte da renda da família, havendo participação de outras rendas (agropecuárias)	60 %

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo.

Verifica-se no quadro 6 que cada agroindústria apresenta um contexto econômico diferente. Isto fica evidente nas contribuições das agroindústrias que oscilam desde uma porcentagem entre 30 e 35% a qual pode ser vista como um complemento na economia familiar, até percentuais como 90% e 95% quando a participação da agroindústria é compreendida como a principal fonte de renda da unidade de produção. Sobre as rendas complementares das famílias, verificou-se que algumas das integrantes da Agroindústria 2 recebem aposentadorias, já nas outras três agroindústrias não há membros aposentados.

Outro elemento relevante no que concerne ao desenvolvimento das atividades produtivas corresponde ao acesso ao crédito. Quando questionados se haviam sido realizados financiamentos para as agroindústrias, em duas experiências - Agroindústria 1 e Agroindústria 3 - foi respondido afirmativamente. Nas outras duas - Agroindústria 2 e Agroindústria 4 - a resposta foi negativa. Dessa maneira, quando comparados os dados levantados nas entrevistas, com as informações da tabela 9, no capítulo 4, a qual apresenta a relação dos estabelecimentos agropecuários de Jóia com a obtenção de financiamentos no ano de 2017, observa-se que a porcentagem das famílias agricultoras, das agroindústrias que acessaram financiamentos, é maior que a porcentagem dos estabelecimentos da agricultura familiar do município de Jóia que obtiveram este recurso.

¹⁵ Renda de trabalho temporário fora da propriedade, realizado por um(a) do(a)s membro(a)s da agroindústria.

Já em relação à matéria prima, utilizada nos processos produtivos, foi possível agrupar as respostas em dois grupos, cada um dos quais composto por duas agroindústrias. Neste sentido, o grupo 1 corresponde às iniciativas das Agroindústria 1 e Agroindústria 3 que utilizam produtos *in natura* (leite e vegetais) como base da produção. Nestes casos, na Agroindústria 1 a matéria prima utilizada é oriunda da unidade de produção e de fontes externas. Na Agroindústria 3 ocorre a mesma dinâmica, porém a matéria prima oriunda da unidade de produção, representa a maior parcela utilizada. No entanto, um ponto em comum nestas duas experiências, é que em ambas, a quantidade de matéria prima advinda de fontes externas, é adquirida através de parcerias estabelecidas entre as famílias proprietárias dos estabelecimentos e outras famílias agricultoras, as quais em alguns casos são famílias vizinhas.

Já o grupo 2 tem como característica a utilização de produtos minimamente processados como base da produção, tais como a farinha de trigo e ingredientes para panificação. Nestas duas agroindústrias - a Agroindústria 2 e a 4 - foi relatada a utilização de matérias primas oriundas, majoritariamente, em fontes externas, adquiridas em atacados e supermercados locais e regionais. As matérias primas das unidades de produção que são utilizadas por este grupo correspondem ao leite, ovos, frutas para recheios.

Outro fator que se mostra relevante para a reprodução das famílias agricultoras, diz respeito à produção para o autoconsumo (GRISA, 2007). Sobre este aspecto, a pesquisa apontou que em todas as agroindústrias ocorre a produção para o autoconsumo, sendo esta prática considerada relevante para todo(a)s entrevistado(a)s. Entre os principais fatores apresentados como elementos que justificam a importância da produção voltada ao abastecimento familiar, está a produção de alimentos para o consumo familiar como algo primordial para o núcleo familiar. Esta constatação pode ser feita a partir da fala a seguir “*eu te diria que ela é mais importante que a agroindústria (...) por que o objetivo nosso quando nos fomos assentados aqui, era primeiro nos produzir pro nosso autoconsumo (...)*”(Membro da Agroindústria 1).

Entre outros fatores relacionados à relevância da produção para autoconsumo nas agroindústrias, está o conhecimento da origem do alimento, como indica uma entrevistada “*a gente sabe o que está comendo né*” (Membro da Agroindústria 4). Também sobre a temática, foram apontados aspectos como a busca por consumo de alimentos diferenciados, autossuficiência produtiva e consumo de alimentos de qualidade:

Primeiro é ter um produto de qualidade na nossa mesa, e segundo é a gente tentar ser o máximo autossuficiente possível, que daí não só na agroindústria, porque daí a gente tem a questão de horta, a carne, verdura, bom tudo que a gente conseguir, frutas, nós devemos ter mais de 30 tipos de frutas né, em várias épocas tu tem produção de frutas, para o nosso consumo. (Membro da Agroindústria 3).

Além da produção destinada ao autoconsumo, também a parcela voltada à comercialização é considerada importante para os agricultores que dirigem as agroindústrias. Neste aspecto, um fator considerável, corresponde à participação em programas institucionais como o PAA e o PNAE. Verificou-se que todas as agroindústrias estudadas, participam desses dois programas. Para o(a)s entrevistados(a)s, a venda para estes programas é vista como um fator preponderante para o desenvolvimento das agroindústrias. Dentre os elementos que corroboram esta ideia, estão a viabilidade para o prosseguimento das atividades e o maior volume de venda, apontados nos depoimentos a seguir

(...) isso dá uma viabilidade para nós que vivemos aqui, por que você tem um excedente de produção e de que você consegue entregar, então pra nós é muito importante. (Membro da Agroindústria 1).

Esses programas aí, na verdade é o programa que faz desenvolver com maior velocidade a produção aqui, porque ele é uma entrega de quantidade maior, e quando a gente só mantém ali a porta, a gente entrega de quantidade menor. (Membro da Agroindústria 2)

Outros aspectos apontados quanto à participação nestes programas institucionais, correspondem à garantia de comercialização, frequência de produção/comercialização, agregação de valor, e vendas em canais diferenciados (distantes da lógica da disputa de mercado)

Para nós é importantíssimo, porque são programas que agregam valor. Então tu sai daquela disputa do mercado (...). E a gente tem uma garantia de venda. Quando tu fecha os contratos, tu sabe que durante o ano nós precisamos entregar tantos quilos para esses contratos, então tu tem uma programação (...)(Membro da Agroindústria 3)

Também foram relatadas questões relacionadas à logística, como a maior facilidade na entrega do produto (maior praticidade, e menor gasto) “(...) e também para entregar, se tu olhar pelo gasto, também é menor (...) porque tu vai lá direto entrega (...)” (Membro da Agroindústria 4). Foram identificados ainda, fatores relacionados à preocupação com o fornecimento de alimentos de qualidade diferenciada para o(a)s beneficiário(a)s dos programas

(...) digamos assim, não é um alimento que fica dias dentro de uma caixa, pra chegar na escola, é coisas frescas e sem um monte de aditivo, conservantes (...). É muito mais saudável né, pra as crianças e tudo. Eu acho que esses programas incentivaram ser assim, ter uma alimentação diferenciada (...). (Membro da Agroindústria 2)

Cabe destacar os aspectos relacionados aos fatores econômicos, a segurança alimentar, qualidade de vida, indicados pelo(a)s entrevistado(a)s vão ao encontro de fatores correspondentes ao PAA e PNAE, apontados por Triches e Grisa (2015, p. 11). Sobre o tema as autoras indicam que:

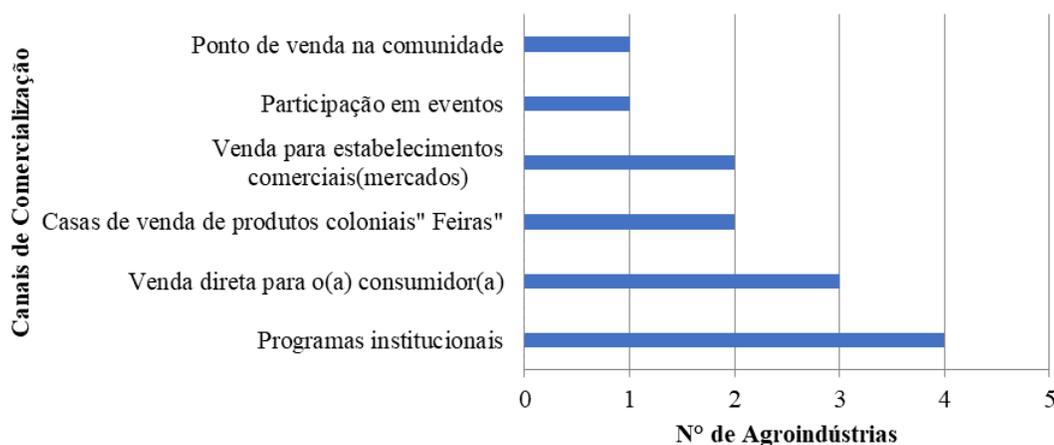
A partir destes Programas, passa-se a rever o papel das compras governamentais no sentido de torná-las instrumentos estatais de incentivo e de criação de mercados para a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, promotoras de segurança alimentar e viabilizadoras de melhorias na qualidade da alimentação da população público destas políticas públicas.

Ainda sobre as características relativas às formas de comercialização utilizadas pelas agroindústrias familiares pesquisadas, identificou-se que duas agroindústrias, as Agroindústrias 1 e 3 (laticínios e vegetais minimamente processados) comercializam a maior parte de seus produtos fora do município de Jóia, mediante a venda para estabelecimentos comerciais (mercados locais), casa de produtos coloniais e principalmente programas institucionais. Estas vendas ocorrem em municípios como Ijuí, Cruz Alta, Eugênio de Castro, Santiago e Tupanciretã. Também foi relatado pela Agroindústria 1, que no período anterior a pandemia de Covid 19, ocorria à participação em feiras de nível estadual. Já as outras duas agroindústrias - as Agroindústrias 2 e 4 (panificados) - comercializam a maioria dos produtos dentro dos limites do município de Jóia.

Os aspectos referentes à abrangência regional dos mercados das agroindústrias verificados nas entrevistas, também são observados em outros estudos. Conforme asseveram Anes *et al.*, (2018, p. 114) “as agroindústrias familiares estão presentes em diversas regiões e produzem, por meio do trabalho familiar, produtos que atendem a parte da demanda regional por alimentos.”

Sobre os canais de comercialização, constatou-se que todas as agroindústrias possuem mais de um canal de comercialização, estes canais podem ser observados no gráfico 10.

Gráfico 10 - Canais de comercialização, acessados pelas agroindústrias familiares de Jóia (2021).



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo.

Com base nas informações apresentadas no gráfico 10 é possível reconhecer a existência de diversos canais de comercialização acessados pelas agroindústrias familiares estudadas no município de Jóia. Verifica-se que tais características, também foram observadas por autores como Niederle *et al.*, (2014) que indicam a interação desta categoria com diversos circuitos de produção e consumo. Outro destaque é para a comercialização via programas institucionais e a venda direta para o(a) consumidor(a), canais considerados importantes de forma semelhante ao que indicam Triches e Grisa (2015) quando dissertam sobre a contribuição destes programas quanto aos mercados acessados pela agricultura familiar.

Além das questões relacionadas à dimensão econômica, o estudo investigou aspectos referentes à perspectiva ambiental. Inicialmente buscou-se entender os atributos relacionados à matéria prima utilizada pelas agroindústrias estudadas. Entre estes aspectos, está a origem dessa matéria prima, se esta é convencional, convencional e ecológica, ou ecológica. Verificou-se que a maior parte da matéria prima utilizada pelas agroindústrias estudadas, é de origem convencional. Porém, é importante salientar que em todas as respostas, o(a) entrevistado(a)s demonstraram preocupação na obtenção de matéria prima de base ecológica, ao passo em que citaram ações que visam alcançar esta finalidade. Assim, mais uma vez, é observada a relação da agricultura familiar com processos voltados à sustentabilidade, como afirmam Sachs (2001), Maluf (2010) e Karnopp (2014).

Complementando esta ideia, buscou-se investigar se as agroindústrias consideram importante o desenvolvimento de atividades produtivas de base ecológica ou agroecológica.

Sob este aspecto, as quatro agroindústrias consideraram relevante desenvolver atividades voltadas ao viés ecológico. Três agroindústrias, as Agroindústrias 2, 3 e 4 justificaram suas respostas, atribuindo essa relevância, à qualidade do produto, como se observa na fala a seguir:

Por causa da qualidade do produto né, ele tem uma qualidade nutritiva, ele dá uma qualidade de vida melhor para as pessoas, que deixam de consumir essas coisas com conservantes, com muito industrializado. (Membro da Agroindústria 2).

Outra verificação efetuada nas entrevistas foi referente à utilização de princípios ecológicos ou agroecológicos por parte das agroindústrias no desenvolvimento das atividades produtivas. Nesta ótica, entre as ações existentes, está o uso de tratamentos homeopáticos na produção animal, no caso na produção de vacas de leite, onde segundo um entrevistado “*a homeopatia, é uma das ações (...)*” (Membro da Agroindústria 1).

Sob este viés, outras iniciativas mencionadas correspondem a produção alimentícia para o consumo familiar sem a utilização de insumos químicos, como indica um(a) do(a)s entrevistado(a)s, ao apontar que “*a nossa produção de consumo aqui, a gente não usa veneno, mas de jeito nenhum. O bicho pode furar as folhinhas da couve, mas vai furar, e vou comer furada*”(Membro da Agroindústria 1).

Nesta perspectiva, a preocupação com a qualidade da produção alimentar para o autoconsumo também foi citada como ação das famílias que integram a agroindústria do coletivo, sendo que “*(...) as hortaliças, as frutas mesmo que tem em roda da casa, tem muita gente que cuida para não ter veneno, pra produzir diferente(...)*” (Membro da Agroindústria 2). Nesta agroindústria, entre outras iniciativas tomadas, está a utilização de matérias primas produzidas nas unidades de produção familiares das integrantes do grupo. Sendo alguns desses produtos, ovos, leite, banha, queijo, frutas as quais são utilizadas em recheios.

Outras ações mencionadas foram o uso da adubação ecológica produzida na unidade de produção e a redução da utilização de produtos químicos como adubos e agrotóxicos. Neste contexto, segundo um(a) entrevistado(a) “*(...) nós tentamos usar o mínimo possível de produtos químicos (...)*”(Membro da Agroindústria 3). Na Agroindústria 4 que produz panificados, foram citados a utilização de fermento caseiro, produção caseira de recheios paraucas e bolos, o uso de farinha de trigo tradicional (sem aditivos e conservantes), bem como da farinha de milho, como ressalta o(a) entrevistado(a) ao dizer que “*a farinha de milho também, a gente procura buscar (...)* aquela moída no moinho(...)”(Membro da Agroindústria 4).

Portanto, a partir das entrevistas, é possível observar um esforço por parte do(a)s integrantes das agroindústrias, na utilização de produtos naturais. Dessa maneira, verifica-se uma preocupação em reduzir a utilização de insumos químicos mesmo que utilizados em pequenas quantidades, na produção da matéria prima, ou produtos convencionais. Desse modo ocorre uma preocupação por parte das famílias agricultoras na redução destes elementos, bem como uma compreensão da importância da adoção de práticas sustentáveis, assim como o desenvolvimento de ações que visam esta finalidade. Dessa maneira, tais elementos demonstram a relação da agricultura familiar com o desenvolvimento sustentável como indicado por Sachs (2001), Maluf (2009), Wammes, *et al.*, (2013) e Karnopp (2014).

Outro fator relevante, no que tange ao desenvolvimento da produção de base ecológica, corresponde ao conhecimento por parte das famílias agricultoras, sobre a temática. Para tal constatação buscou-se pesquisar as formas de acesso ao conhecimento, sendo que o levantamento indicou que em todas as famílias, um ou mais membros tiveram contato com cursos, vivências, formações sobre esse tipo de produção.

Neste cenário, em uma agroindústria - na Agroindústria 1 - dois integrantes cursaram curso técnico baseado em Agroecologia. Em outra agroindústria - na Agroindústria 2 - a integrante do coletivo que foi entrevistada relatou que participou de algumas formações. Na Agroindústria 3 foi relatada a participação em cursos de formação. Na Agroindústria 4, foi comentado o contato com experiências práticas, assim como, vivências em Agroecologia. Neste contexto cabe salientar, que as instituições citadas como promotoras deste contato com as atividades de base ecológica, foram o MST mencionado em três entrevistas pelas Agroindústrias 1, 2 e 4 e a Emater citada em duas entrevistas pelas Agroindústrias 2 e 3.

Constatou-se ainda que o fato de as famílias agricultoras terem tido alguma forma de contato com elementos relacionados à produção de base ecológica ou agrológica, apresentou-se como relevante para o desenvolvimento de técnicas com este viés nas unidades de produção estudadas. Esta percepção pode ser vista na fala de um agricultor, o qual indica que *“é fundamental, até para a gente buscar experiência, buscar conhecimento e a partir disso, tu ir adaptando o que é possível na propriedade”* (Membro da Agroindústria 3).

Outro fator relacionado à produção que foi analisado nas entrevistas diz respeito à assistência ou apoio técnico para as agroindústrias, direcionados à produção de base ecológica. Neste sentido, verificou-se que duas agroindústrias as Agroindústrias 1 e 4 não recebem este tipo de assistência. A Agroindústria 3 recebe apoio através da Emater, e outra agroindústria a Agroindústria 2 (coletivo) não recebe diretamente apoio técnico, mas as famílias que fazem parte da iniciativa, em determinados momentos receberam alguma forma

de assistência técnica, como visitas ou oportunidades para a participação de eventos. Essas atividades são vinculadas a Emater e a uma instituição associada ao MST.

Sobre os aspectos produtivos das agroindústrias, acerca da produção de base ecológica ou agroecológica, procurou-se investigar quais as facilidades e ou dificuldades encontradas pelas famílias agricultoras, para essa modalidade de produção no município de Jóia. Neste cenário, não foi indicada pelo(a)s entrevistado(a)s, nenhuma facilidade para produção de base ecológica. No entanto, todo(a)s o(a)s entrevistado(a)s apontaram dificuldades no que diz respeito a esta forma produtiva.

Entre as dificuldades o tópico que foi citado nas quatro entrevistas, refere-se à matéria-prima, tanto no que diz respeito a sua produção, citado por três famílias Agroindústrias 1, 2 e 3, como no que tange a sua obtenção, fato mencionado em duas entrevistas Agroindústrias 1 e 4. Essas dificuldades foram colocadas dentro do contexto regional de produção convencional de monoculturas. A imagem 6 apresenta estes entraves e há de se considerar que o(a)s entrevistado(a)s mencionaram mais de uma dificuldade.

Imagem 6 - Dificuldades para produção de base ecológica/agroecológica indicadas pelas agroindústrias familiares de Jóia (2021).



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo

Conforme já mencionado, as maiores dificuldades para a produção de base ecológica ou agroecológica, apontadas pelos agricultores das agroindústrias estão relacionadas a matéria

prima. De acordo com um agricultor “*uma das dificuldades, é tu conseguir fazer os tratos culturais*” (Membro da Agroindústria 3). Neste sentido, o contexto produtivo da região, voltado para a produção convencional de monoculturas, também foi citado

A dificuldade que a gente é engolido por um sistema que não promove isso (...). Então, como que você faz essa parte ser diferente, no meio dessa produção convencional feita dessa forma, essa é a dificuldade (...). (Membro da Agroindústria 2).

Ainda sobre as questões relacionadas à dimensão ambiental, foram estudadas outras características das unidades de produção onde localizam-se as agroindústrias. Entre estes aspectos, está a ocorrência de áreas naturais nesses espaços, assim como as ações para a preservação destas. De acordo com entrevistado(a)s, em duas unidades de produção, nas Agroindústrias 3 e 4 existem áreas naturais e estas estão preservadas. Já nas outras duas agroindústrias nas Agroindústrias 1¹⁶ e 2¹⁷ não existem estes espaços.

No que tange às medidas de preservação das áreas naturais existentes, as ações nomeadas foram o plantio de árvores, como indica um entrevistado(a), ao falar que “*eu acho que uma das principais medidas é todo ano a gente plantar árvore*” (Membro da Agroindústria 3). Igualmente foi possível verificar que as famílias estudadas consideram relevantes essas medidas, sendo que mais uma das percepções sobre a importância desta temática para as famílias agricultoras pode ser observada na fala seguinte

Primeiro para a gente ter um ambiente bom pra se viver, que seria impossível de nós estarmos aqui hoje se tivéssemos no relentão do sol, nenhuma sombra, nenhum passarinho cantando na volta (...). (Membro da Agroindústria 3)

Também cabe ressaltar que mesmo que não existam áreas naturais nas unidades de produção, como é o caso das Agroindústrias 1 e 2, o(a)s agricultore(a)s de uma dessas iniciativas, manifestaram preocupação com a preservação ambiental. De acordo com um dos entrevistados, “*eu acho que é uma das coisas muito importantes a preservação da fauna e da flora, principalmente a biodiversidade assim que se encontra nesses locais*” (Membro da Agroindústria 1).

Na perspectiva ambiental, o trabalho buscou ainda investigar as medidas relacionadas ao reflorestamento, a preservação de nascentes de água, de áreas de reserva legal, de áreas de preservação permanente. Neste cenário, três agroindústrias as Agroindústrias 1, 3 e 4 responderam que são tomadas medidas de preservação dos itens mencionados, assim como

¹⁶ Foi relatado pelo(a)s entrevistados que existe somente Área de Reserva Legal

¹⁷ Agroindústria localizada em uma Agrovila

são realizadas ações relacionadas ao reflorestamento, demonstrando que o(a)s entrevistado(a)s consideram relevantes estas medidas. O depoimento a seguir, expressa essa preocupação

Plantar árvores que nem a gente já falou, deixar as vegetações nativas crescerem pelo menos em torno das áreas de córregos, e principalmente a importância, é de tu não ver água desaparecer. Se pegar do que de quando nós chegamos aqui em 2006/2007 para hoje, a sanga que tem aqui ela praticamente quase que dobrou o curso de água. (Membro Agroindústria 3)

Cabe ressaltar, que a Agroindústria 2 que é administrada pelo coletivo de mulheres, está localizada em espaço que não possui nenhum dos itens mencionados anteriormente. Porém, de acordo com a entrevistada, as famílias que participam, manifestam preocupação ambiental e adotam medidas nos lotes em que residem.

Outro aspecto abordado na dimensão ambiental, diz respeito à destinação do lixo e dos resíduos gerados nas agroindústrias. De acordo com os entrevistados, a destinação dos resíduos, ocorre conforme as normas da legislação, sendo utilizada fossa séptica no caso dos resíduos líquidos de banheiros e cozinha. Além desta medida, é utilizada a lagoa de decantação para os resíduos líquidos da produção na Agroindústria 1. Já os resíduos sólidos como plásticos, papéis, embalagens foram apontados como um problema para as famílias agricultoras, pois nos locais onde estão situadas as agroindústrias, não ocorre coleta de lixo por parte da prefeitura municipal. Então, cada agroindústria adota uma maneira de descartar estes materiais, indicando dificuldades apresentadas pelo(a)s entrevistado(a)s neste quesito.

Neste cenário, dois estabelecimentos relataram que armazenam os resíduos sólidos e quando possível levam para ser descartados na cidade. Dois estabelecimentos queimam estes resíduos, em local destinado a esta prática e o outro utiliza estes materiais para abastecer fogões a lenha. Também foi relatado pelas Agroindústrias 2, 3 e 4 que ocorre a separação dos resíduos orgânicos como restos de frutas e de alimentos, os quais são utilizados na alimentação animal e na produção de adubo orgânico nas unidades de produção.

Além das dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias na produção de base ecológica, constatou-se que há outros entraves que comprometem o sucesso destes estabelecimentos.

Na Tabela 13 estão relatadas dificuldades indicadas nas entrevistas.

Tabela 13 - Dificuldades encontradas pelas agroindústrias familiares estudadas em Jóia (2021)

Dificuldades citadas pelas agroindústrias	Número de agroindústrias que indicaram a dificuldade
Falta de assistência técnica p/ agroindústrias	1
Autossuficiência de matéria prima	1
Mão de obra (envelhecimento)	1
Mão de obra (atividade trabalhosa)	1
Edificação de sede própria (coletivo)	1
Gestão da agroindústria, comercialização	1
Comercialização (relação com o mercado)	1
Aumento dos custos de produção	1
Burocracia	1
Falta de apoio/incentivo do poder público	2
Transporte (distância dos locais de entrega)	2
Compra de insumos	2

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo

Dentre as dificuldades listadas na Tabela 13, entre as mais citadas refere-se a compra de insumos. Neste sentido, foi narrado que esta dificuldade resulta do fato de que estes insumos são adquiridos pelas agroindústrias familiares em menores quantidades, quando comparados aos volumes que são comercializados por grandes empresas

(...) a compra dos insumos, a compra das embalagens, as compras (...) somos pequenos, o mundo é para os grandes. Daí tu encontra dificuldade, tu vai comprar, os cara compram em grande quantidade, conseguem diminuir preço, nós não tem jeito (...) porque quando tu fala em comprar, os caras falam, ah eu te vendo, mas é uma carga fechada(...). (Membro da Agroindústria 1).

Além dos entraves na compra de insumos um dos problemas mais descritos refere-se a falta de incentivo pelo poder público, tanto para a produção quanto para a comercialização. Outra questão apontada por duas agroindústrias, Agroindústrias 2 e 3 diz respeito às dificuldades relacionadas ao transporte. Foram mencionados como fatores dificultadores, as grandes distâncias do local de produção em relação aos locais de entregas, os quais muitas vezes estão situados em outros municípios da região, bem como também as más condições das estradas municipais e intermunicipais.

Portanto, após a exposição e discussão neste capítulo, de itens referentes à agricultura familiar, em particular as agroindústrias familiares estudadas em Jóia, verificou-se que essas experiências apresentam determinadas características, a citar: a produção para o autoconsumo, participação em atividades sociais na esfera comunitária, assim como em organizações

sociais, diversidade econômica e produtiva, acesso a diferentes canais de comercialização e a vinculação destas iniciativas com o processo de reforma agrária.

Igualmente foram constatadas a presença de dificuldades enfrentadas por essas iniciativas, tais como limitações relacionadas ao acesso ao crédito, assistência técnica direcionada à produção de base ecológica, desenvolvimento de dinâmicas produtivas de base ecológica, assim como limitações relacionadas ao transporte de insumos e produção final.

As análises das entrevistas possibilitam verificar a contribuição das agroindústrias familiares estudadas para o desenvolvimento rural sustentável do município de Jóia. Uma vez que foram percebidos fatores como a preocupação com a produção de produtos diferenciados e de alimentos saudáveis, com a segurança alimentar, com a redução do uso de produtos químicos. Igualmente, constatou-se atenção com a utilização de matéria prima oriunda da própria unidade de produção e o cuidado com a preservação de recursos naturais. As experiências estudadas consideram importante o desenvolvimento de atividades baseadas em princípios ecológicos assim como desenvolvem dinâmicas produtivas que visam alcançar este objetivo.

Ainda no que tange à contribuição dessas iniciativas para o desenvolvimento rural sustentável de Jóia constatou-se que as agroindústrias pesquisadas apresentam aspectos que se relacionam com elementos apontados por Ramos (2001) como gestão de recursos naturais e atividades dos agroecossistemas. Tais iniciativas, igualmente vão ao encontro do que elucidam Wammes, *et al.*, (2013) os quais defendem a relação do desenvolvimento rural sustentável com a agricultura familiar.

Neste contexto, os fatores identificados neste estudo também contemplam as dimensões apresentadas por Caporal e Costabeber (2002) em especial as dimensões econômica, social, ecológica, política e cultural.

Sobre a contribuição das agroindústrias familiares para desenvolvimento rural sustentável, verificou-se que tais iniciativas se associam aos elementos como os do ODS 2 a medida que buscam melhorar a segurança alimentar através de uma produção diferenciada e doação de alimentos, bem como promover uma agricultura sustentável, mediante a adoção de técnicas produtivas alternativas. Igualmente observou-se a relação das iniciativas estudadas neste capítulo, com os ODS 11 e 15 ao passo que são tomadas iniciativas relacionadas a preservação dos recursos e bens naturais nas unidades de produção familiares do(a)s integrantes das agroindústrias, o que contribui para a sustentabilidade das comunidades. Neste contexto, também observa-se a relação dessas iniciativas com o ODS 12, ao passo que as mesmas buscam a sustentabilidade da produção e consumo.

Os resultados das entrevistas ainda vão ao encontro da tese proposta por Medeiros e Almeida (2010) os quais destacam o potencial transformador que as experiências locais devem apresentar no que concerne aos processos de desenvolvimento rural sustentável.

Outrossim, deve-se ressaltar que as atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares estudadas, contribuem igualmente para o desenvolvimento rural em Jóia. Uma vez que os elementos identificados neste capítulo contribuem para o desenvolvimento das dinâmicas elucidadas por Schneider (2004) que defende que o processo do desenvolvimento rural deve resultar de atividades estruturadas que visam alterar diversas dimensões no espaço rural. No caso das agroindústrias estudadas, essas alterações, podem ser observadas nas dimensões sociais através da participação em espaços comunitários e organizações/instituições. Nas dimensões econômicas, mediante a diversificação da produção, acesso e diferentes canais de comercialização, obtenção de matéria prima. E nas dimensões ambientais, à medida que realizam ações referente a conservação dos recursos naturais.

Além dos fatores mencionados até aqui, salienta-se neste trabalho a identificação de aspectos defendidos por Kageyama (2009) e Navarro (2001), que propõem a relação do processo de desenvolvimento rural com a promoção de alterações no meio rural e na melhoria das formas de vida das populações deste universo, como observado no quadro 1.

Também foram verificados neste capítulo, aspectos relacionados como o que propõe Chalita (2005) e Cardona *et al.*, (2016) . Neste sentido, ao dissertarem sobre o desenvolvimento rural esses autores, indicam que os processos que visam o desenvolvimento dos espaços rurais, devem primar pela promoção de ações que extrapolam a dimensão econômica, tais como fatores relacionados a esfera social.

Para sistematizar essas informações referentes às características observadas nas agroindústrias familiares estudadas, e a contribuição com os processos de Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável. Foi elaborado o quadro 7 que sintetiza essas informações.

Quadro 7 - Relação das Características observadas nas agroindústrias familiares estudadas, com os conceitos de Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aspectos relacionados ao conceito (DR) Desenvolvimento Rural/ autore(a)s	Aspectos relacionados ao conceito (DRS) Desenvolvimento Rural Sustentável/autore(a)s	Características observadas nas agroindústrias familiares estudadas
- Atividades estruturadas que objetivam gerar alterações sociais, econômicas e ambientais, no espaço rural. (SCHNEIDER, 2004).		- Diversidade econômica, produtiva e heterogeneidade social.
- Melhoria aspectos relacionados a renda, qualidade de vida das populações do meio rural. (SCHNEIDER, 2004).	- 2 ODS – Fome zero e agricultura sustentável - 12 ODS - Consumo e Produção Responsáveis.	- Preocupação de produção diferenciada, com qualidade elevada.
- Mudanças políticas e socioeconômicas, motivadas por novas questões apresentadas às populações rurais, que extrapolam o viés econômico. (CHALITA, 2005).		Público das agroindústrias estudadas é composto em sua maioria por mulheres
- Dinâmicas organizadas que visam alterações em um espaço social (CARDONA <i>et al.</i> , 2016). - Atividades estruturadas que objetivam, gerar alterações sociais, econômicas e ambientais, no espaço rural. (SCHNEIDER, 2004).		- Participação social (todas as famílias estudadas, ou ocorre a participação de um(a) ou mais integrantes nas dinâmicas comunitárias, ou existe o interesse em participar) - Das 4 agroindústrias, 3 iniciativas possuem um ou mais integrantes vinculados(a)s a algum tipo de organização: sindicato, cooperativa, associação.
- Conjunto de dinâmicas que visam alterações de maneira geral em um espaço social. (CARDONA <i>et al.</i> , 2016).	- 2 ODS – Fome zero e agricultura sustentável	- Todo(a)s entrevistado(a)s participaram de ações de doação de alimentos no período da Pandemia.
- Processo resultante de atividades que objetivam gerar alterações sociais, econômicas e ambientais, no espaço rural. (SCHNEIDER, 2004).		- Em duas agroindústrias a quantidade de matéria prima advinda de fontes externas, é adquirida através de parcerias.
Melhoria aspectos relacionados a renda, qualidade de vida das populações do meio rural. (SCHNEIDER, 2004).	- 2 ODS – Fome zero e agricultura sustentável 12 ODS - Consumo e Produção Responsáveis.	- Em todas as agroindústrias ocorre a produção para o autoconsumo, a qual é considerada relevante para todo(a)s entrevistado(a)s. -Busca pela segurança alimentar.
- Atividades que objetivam, gerar alterações sociais, econômicas e ambientais, no espaço rural. (SCHNEIDER, 2004).		- Diferentes formas de comercialização.
	- Movimentos de agricultura de base ecológica contribuem no processo de DRS (LOPES E LOPES, 2011).	- Utilização de princípios ecológicos ou agroecológicos por parte das agroindústrias no desenvolvimento das atividades produtivas. Porém a maior parte da matéria prima utilizada é convencional.
	- Fundamenta-se na descoberta, sistematização de particularidades de identidades locais. Desenvolvendo ações transformadoras. (MEDEIROS E ALMEIDA, 2010) - Modo de viver das populações do universo rural, gestão dos recursos e bens naturais, e as atividades dos agroecossistemas. (RAMOS, 2001). 12 ODS - Consumo e Produção Responsáveis.	- Esforço por parte do(a)s integrantes das agroindústrias, na utilização de produtos naturais. -Preocupação em reduzir a utilização de insumos químicos mesmo que utilizados em pequenas quantidades, na produção da matéria prima, ou produtos convencionais.
- Atividades estruturadas que objetivam, gerar alterações sociais, econômicas e ambientais, no espaço rural. (SCHNEIDER, 2004).	- 11 ODS- Cidades e Comunidades Sustentáveis 12 ODS - Consumo e Produção Responsáveis. - 15 ODS - Vida terrestre - Modo de viver das populações do universo rural, gestão dos recursos e bens naturais, e as atividades dos agroecossistemas. (RAMOS, 2001).	- Em duas agroindústrias existem áreas naturais preservadas. - Em três agroindústrias são tomadas medidas de preservação de nascentes de água, de áreas de reserva legal, de áreas de preservação permanente. Também são realizadas ações relacionadas ao reflorestamento.

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de trabalho de campo

O quadro 7 permite constatar que as agroindústrias familiares estudadas em Jóia, contribuem tanto para o Desenvolvimento Rural, como para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Porém verifica-se que tais iniciativas contribuem de maneira mais efetiva para o Desenvolvimento Rural. Neste sentido, entre os motivos desta constatação, está o fato de que apesar dos esforços para buscar a sustentabilidade das atividades produtivas, a maior parte da matéria prima utilizada, ainda é convencional.

Este capítulo deteve-se em discutir aspectos relacionados às quatro agroindústrias familiares legalizadas do município de Jóia e pesquisadas pelo autor deste trabalho. Neste sentido, compreende-se que o estudo alcançou seu objetivo inicial, o qual consistiu em verificar a relação das iniciativas estudadas, com o desenvolvimento rural e ou rural sustentável deste município.

Após a abordagem destes fatores, o próximo capítulo, discutirá elementos referentes às seis (6) experiências da agricultura familiar em Jóia. Essas experiências, correspondem a iniciativas alternativas ao modelo produtivo convencional, e a utilização de princípios produtivos de base ecológica ou agroecológicos. Desse modo, no próximo capítulo será dissertado sobre a relação destas iniciativas com o desenvolvimento rural e ou rural sustentável do município de Jóia.

6 EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE JÓIA

Além das entrevistas com as famílias agricultoras, proprietárias ou integrantes das agroindústrias familiares, foram realizadas entrevistas com seis famílias de agricultore(a)s familiares que desenvolvem atividades de base ecológica, ou atividades alternativas aos cultivos convencionais. Desse modo, neste capítulo estão apresentados os resultados identificados com essas famílias.

A escolha das seis unidades de produção buscou seguir algumas diretrizes como: primar por unidades produtivas localizadas em diferentes regiões do município, pesquisar famílias agricultoras assentadas de reforma agrária e famílias agricultoras não assentadas, bem como se buscou abranger uma diversidade de atividades produtivas. Dessa maneira, as seis experiências selecionadas nas unidades de produção estão vinculadas à produção de a) horticultura de base ecológica, b) produção de mudas de hortaliças, c) cultivo de sementes crioulas, d) horto medicinal, e) uso de insumos biológicos, f) produção agrícola com insumos ecológicos.

Com a finalidade de introduzir a discussão do capítulo, inicialmente cabe destacar a relação da agricultura familiar com as dinâmicas voltadas à sustentabilidade. Neste contexto, de acordo com Sachs (2001), o(a)s agricultores familiares apresentam um protagonismo nos processos de transição para economias sustentáveis. Nesta perspectiva, autore(a)s como Maluf (2010) Lopes e Lopes (2011) e Karnopp (2014) também salientam a relação da agricultura familiar com as dinâmicas de sustentabilidade.

No que tange ao grupo da agricultura familiar sob um aspecto geral, cabe salientar que esta categoria social participa com elevado número de estabelecimentos e pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, tanto ao ser analisada na perspectiva nacional, quanto nas escalas estadual e municipal IBGE (2021 b). Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017 a agricultura familiar, apesar de ocupar uma área menor que a agricultura não familiar, apresenta significativa participação no que concerne ao número de estabelecimentos agropecuários e ao pessoal ocupado nas três esferas IBGE (2021 b). Neste contexto, Stoffel (2012) destaca que a agricultura familiar, se apresenta como um fator relevante para os estados da região Sul do país, desde os primórdios da colonização deste território. Desta maneira, verifica-se a relevância do aprofundamento de estudos em relação a uma melhor compreensão deste importante grupo de agricultore(a)s, em especial no que tange ao município de Jóia.

Isto posto, com base no levantamento inicial feito junto aos atores chave e a partir de critérios determinados nesta pesquisa, foram escolhidas seis unidades de produção familiares para serem estudadas neste trabalho. No quadro 8 estão informações sobre estas unidades de produção com a finalidade de iniciar a caracterização das dinâmicas produtivas estudadas.

Quadro 8 - Características das unidades de produção familiares estudadas no município de Jóia (2021).

UP (Unidades de produção)	Forma de Acesso a Terra	Tamanho do estabelecimento(m ² /ha)
UP1 (Unidade de Produção 1)	Reforma Agrária	Em torno de 10 ha
UP 2 (Unidade de Produção 2)	Herança	640 m ²
UP 3 (Unidade de Produção 3)	Reforma Agrária	12 ha
UP4 (Unidade de Produção 4)	Reforma Agrária	21.65 ha
UP 5 (Unidade de Produção 5)	Reforma Agrária	9.6 ha
UP 6 (Unidade de Produção 6)	Reforma Agrária	13.9 ha

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo

Com base nos dados do quadro 8 verifica-se que a maior parte das unidades de produção estudadas, estão localizadas em áreas nas quais o acesso à terra foi por meio de reforma agrária. Deste modo, cabe ressaltar a relevância que esta forma de acesso à terra, representa para o município de Jóia. Uma vez que, conforme a tabela 4 do capítulo 4, em torno 38% dos estabelecimentos agropecuários deste município correspondem a áreas concedidas por órgãos fundiários, ainda sem titulação definitiva, ou seja, configuram-se como áreas de reforma agrária. Além desses dados, cabe salientar que a relevância das áreas de reforma agrária para o município em questão, já foi discutida por Mendes (2010).

Igualmente é possível visualizar, no quadro 8, uma diversidade no tamanho das áreas estudadas nesta etapa do trabalho. Estas correspondem aos espaços que vão de menos de um hectare, até áreas de mais de 20 hectares. Dessa maneira é possível estabelecer uma relação desta informação, com a Tabela 5 do capítulo 4, a qual apresenta os grupos de área total de terra, por número de estabelecimentos agropecuários em Jóia para o ano de 2017. De acordo com a tabela mencionada, a maior parcela dos estabelecimentos agropecuários de Jóia possui menos de 50 hectares.

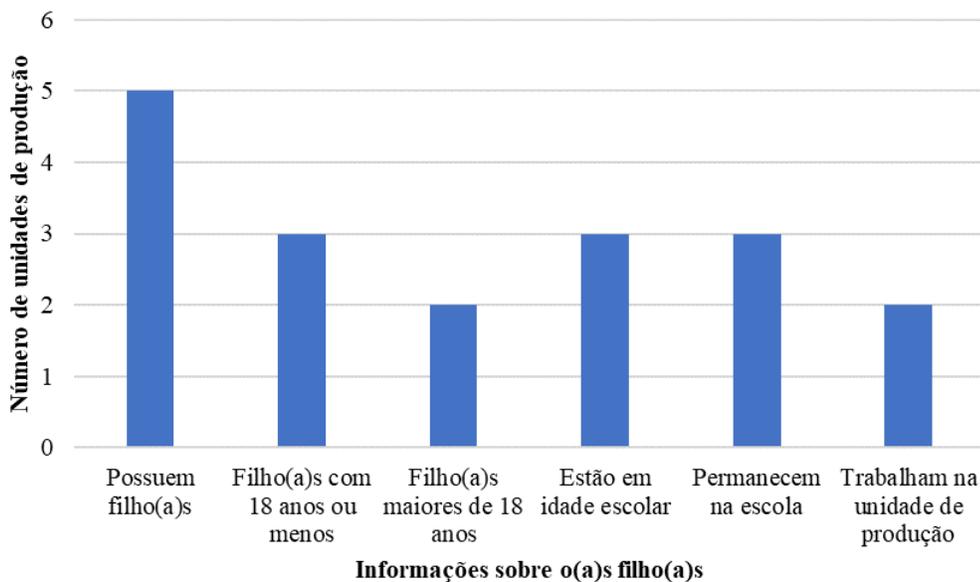
Além da diversidade do tamanho das áreas dos estabelecimentos agropecuários familiares estudados, também foram identificadas diferentes dinâmicas produtivas, atividades econômicas, assim como formas de comercialização, além de outros aspectos referentes às unidades de produção pesquisadas. Neste contexto, destaca-se que a diversidade da

agricultura familiar observada no município de Jóia é um aspecto também apontado por Schneider e Cassol (2014), Conterato e Schneider (2010) e Heberlê *et al.*, (2017) os quais indicam a diversidade como característica desta categoria social.

Em relação à apresentação dos dados pesquisados para melhor sistematização dos resultados, cabe evidenciar que os questionamentos foram organizados em três dimensões: social, ambiental e econômica. Neste contexto, na dimensão social, procurou-se entre outras informações, dados referentes a(o)s agricultore(a)s que integram as unidades de produção, ao núcleo familiar, ao tema sucessão familiar, posse das terras, participação do(a)s integrantes das famílias em atividades comunitárias e organizações sociais, participação em ações solidárias no período da pandemia de Covid 19 e as formas de tomada de decisão.

Ainda sobre o núcleo familiar, foi questionado se as famílias agricultoras possuem filho(a)s, bem como buscou-se informações complementares sobre estes filhos, sendo que as respostas estão apresentadas no gráfico 11.

Gráfico 11 - Informações referentes a(o)s filho(a)s nas unidades de produção familiares de Jóia, estudadas na pesquisa (2021).



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo

A pesquisa indicou que cinco das seis famílias estudadas, possuem filhos. Porém é possível constatar, que somente em duas famílias UP 5 e UP 6, o(a)s filho(a)s contribuem na unidade de produção. Nestes dois casos, o(a)s filho(a)s são menores de 18 anos. Nesta perspectiva, visando investigar sobre o processo de sucessão familiar, foi questionado para essas famílias sobre qual a motivação por parte do(a)s filho(a)s em permanecer ou não na

unidade produção. Somente em uma das famílias na UP 5, ficou evidente a existência de motivação por parte de um(a) filho(a) em permanecer trabalhando na propriedade da família.

Sobre o tema da sucessão familiar na agricultura familiar, em outra unidade de produção a UP 6 que possui os filhos residindo no local, o entrevistado não soube responder se estes irão permanecer ou não na unidade produtiva. Mas foi demonstrada pela família, uma percepção da importância do processo de sucessão familiar, o que ficou evidente uma vez que a família incentiva esta dinâmica. De acordo com o(a) agricultor(a) desta família

É muito prematuro afirmar isso né, até porque creio que a nossa tarefa, é fazer eles criarem vínculo . Mas eles estão em processo de formação, e o mundo de hoje é muito rápido (...) tipo assim, eu faço a minha tarefa que é de fazer com que eles criem gosto, saibam da onde que é que vem o produto, conheçam como é (...). É a motivação, é a relação, a relação com que a gente faz para viver, como que a gente vive, eles são inseridos nisso, então uma motivação, é eles a partir desta relação, pelo menos adquirem o conhecimento para depois fazer opção. É isso, tarefa do pai e da mãe, é criar condição para que os indivíduos depois possam fazer a opção que melhor achar que convém para vida deles. (Membro da UP 6).

Mediante esta fala, verifica-se a percepção por parte desta família, sobre a relevância da sucessão na propriedade, assim como a motivação para que ocorra este processo. Também nesta perspectiva, foi relatada em outra experiência estudada, a preocupação com o processo de sucessão familiar, bem como, a relação deste processo com o contexto da unidade de produção e do entendimento do núcleo familiar sobre o assunto. Tais aspectos foram declarados pelo entrevistado ao ser questionado sobre a motivação dos descendentes para permanecerem na unidade de produção:

É isso que é difícil, depende, nós ao menos aqui não. Mas se tu falar com outras famílias também é complicado, poucos filhos que ficam na unidade de produção. A maioria tá saindo, depende dos pais, depende de que estão produzindo em casa, a maioria está saindo, preferem trabalhar na cidade ou em outros lugares (...). É por isso que eu disse, depende de tudo, da produção, porque tem uns que não tem incentivo, tem gente que tem famílias que aonde que tem leite né, que tão incentivando, ter um tambo bom de leite, ainda os filhos estão ficando em casa, alguns, mas tem uns que nem querem, não querem nem lidar com gado nem com leite, então vão embora, saem e vão embora. (Membro UP 3).

De acordo com o relato, em grande parte das unidades de produção, não ocorre o processo de sucessão familiar, ficando o estabelecimento ameaçado de ser vendido para outrem na medida em que os pais não puderem mais conduzi-lo. Também é possível verificar, através da percepção do agricultor entrevistado, a interferência de fatores relacionados ao contexto socioeconômico do núcleo familiar, entre estes, os tipos de atividades produtivas desenvolvidas na unidade de produção e o incentivo por parte da família. Dessa maneira, é possível compreender que pode existir uma relação das atividades com rendas mais elevadas com a permanência dos jovens na unidade de produção. Ou seja, as atividades cujo retorno

econômico é maior, como exemplo a pecuária leiteira, podem motivar a permanência dos jovens no espaço rural. Cabe ressaltar que como salientado pelo entrevistado da UP 3, este processo se mostra complexo e envolve uma série de fatores, sendo este elemento relacionado com a possibilidade de obtenção de mais renda, somente um dos aspectos.

Também foi procurado conhecer a idade das pessoas envolvidas no trabalho na unidade de produção, como pode ser visualizado na tabela 14 a qual apresenta a idade e o gênero do(a)s integrantes nas unidades familiares.

Tabela 14 - Idade e gênero do(a)s integrantes das unidades de produção estudadas em Jóia (2021)

Classe de idade das pessoas envolvidas no trabalho na unidade de produção ¹⁸	Masculino	Feminino	Total
Menor que 25 anos	1	1	2
De 35 a menos de 45 anos	2	3	5
De 45 a menos de 55 anos	1		1
De 55 a menos de 65 anos	2	2	4
De 65 anos a menos de 75	1	1	2
Total	7	7	14

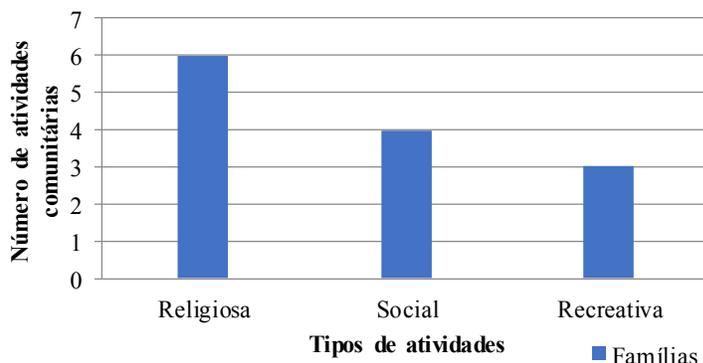
Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo

Como é possível observar a partir da tabela 14, entre as experiências estudadas, ocorre uma equidade de gênero, uma vez que o número de pessoas do gênero masculino e feminino é similar. Já no que se refere a faixa etária, verifica-se que há uma concentração maior no número de pessoas com idades de 35 a menos de 45 anos e de 55 a menos de 65 anos.

Outra informação obtida na dimensão social foi sobre a participação de integrantes das famílias em atividades sociais, recreativas ou religiosas. Nesta perspectiva, todas as famílias entrevistadas responderam que um ou mais integrantes participam de uma ou mais atividades, conforme ilustrado no gráfico 12.

¹⁸ As faixas etárias de 25 a 35 anos e acima de 75 anos não estão na tabela por não terem sido encontrados agricultores nestas faixas etárias na pesquisa realizada.

Gráfico 12 - Participação de integrantes das famílias agricultoras estudadas, em atividades nas comunidades (2021).



Fonte: elaborado pelo autor (2021) com base no trabalho de campo

Conforme ilustrado no gráfico 12, as atividades das quais os membros das famílias mais participam foram as atividades religiosas (missas, cultos, encontros, romarias). Já as atividades sociais, que correspondem à participação em eventos como jantares, almoços, bailes, em sua maioria nas próprias comunidades e em outras comunidades, ocupam a segunda posição na quantidade de respostas. No que diz respeito às atividades recreativas, foram citadas atividades esportivas como jogos de bocha, futebol, voleibol. Para o(a)s entrevistado(a)s, a relevância do envolvimento nessas dinâmicas sociais está relacionada a fatores como o fortalecimento de laços na comunidade:

Ah isso é muito importante, além de ter esse incentivo, tu cria um laço de amizade, até dá mais assim, como é que eu vou te dizer, pra juventude participar das comunidades, por que é importante isso, porque se tu não tem a comunidade, tu não tem nada, principalmente o esporte, que incentivam o esporte, o lazer tem que ter (...). (Membro UP 3).

A participação nestas atividades foi relatada como algo que contribui para a melhoria da vida nas comunidades rurais, uma vez que se apresentam como opções de lazer oferecendo atividades alternativas para a rotina de trabalho

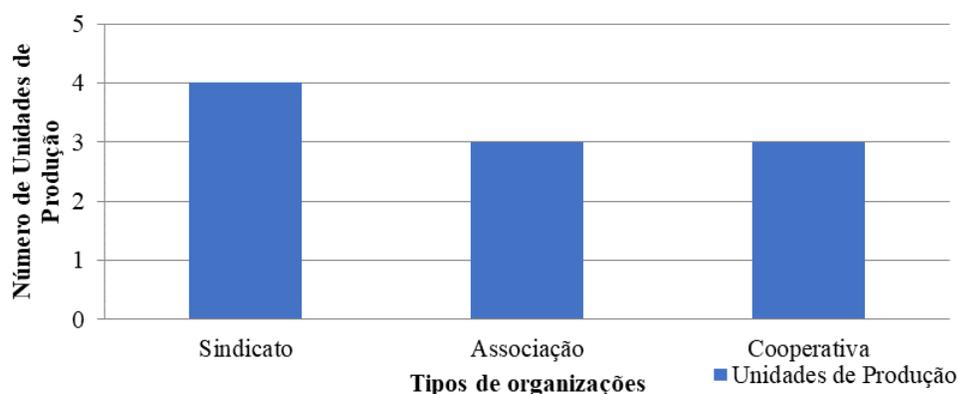
Desde o lazer, tu trabalha a semana inteira, tu tem que ter um descanso, tem que ter uma hora de lazer né. E isso fim de semana, principal sábado ou domingo tu tem um vôlei na comunidade, até um futebol para se divertir. Isso todas as famílias tem essa importância se tu não fazer uma atividade física, um esporte fica a vida cansativa, quando ver tá depressivo só trabalha (...). (Membro UP 5).

Neste contexto, as informações levantadas por este estudo, referentes à participação das famílias agricultoras em atividades sociais, corrobora com os apontamentos efetuados por Wanderley (2001), segundo a qual o universo rural, concerne em um espaço dotado de

particularidades sociais, culturais que lhe conferem uma realidade peculiar, onde além de uma dimensão física, também se apresenta como um espaço de vida.

Além das formas de interação social, procurou-se estudar o envolvimento das famílias em instituições/organizações como associação, cooperativa, sindicato. Nesta ótica, verificou-se que todas as famílias entrevistadas estão associadas a algum tipo de organização. O número de famílias vinculadas a cada organização, pode ser visualizado no gráfico 13, o qual apresenta a modalidade de organização e o número de unidades de produção vinculadas a cada um dos tipos de organizações.

Gráfico 13 - Vinculação das unidades de produção estudadas com entidades coletivas (2021).



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo

A vinculação em entidades de classe como sindicato, apresenta-se como a mais citada pelas unidades de produção entrevistadas. Os dados identificados na pesquisa de campo, vão ao encontro das informações referentes ao contexto geral do município de Jóia, no qual 55% do total dos estabelecimentos agropecuários, o que corresponde a maioria dos estabelecimentos, estão associados a instituições como entidades de classe/ sindicatos (IBGE, 2021 b). O gráfico 13 contribui para compreensão da relação das famílias agricultoras com as formas de interação social, fatores importantes para o universo rural.

Sobre os dados referentes a temática da vinculação em entidades coletivas, dois entrevistados(a)s UP 5 e UP 1 relataram obter benefícios a partir desta participação. Foram citados convênios como serviços da área da saúde (dentistas) mencionados na UP 5 e questões relacionadas à aposentadoria rural citadas na UP 1. Outro entrevistado na UP 3 citou a atuação da instituição sindical da promoção de eventos (reuniões e palestras) com temas de interesse da agricultura familiar. No entanto, os agricultore(a)s de duas unidades de produção, UP1 e UP 4 sugeriram que o sindicato apesar de ser uma importante ferramenta de lutas, por vezes não desempenha a função esperada pelos seus integrantes.

Em relação à participação em associações, mencionada por 3 famílias, foram citadas 4 associações distintas, a AFECOART (Associação dos Feirantes, Colonos e Artesãos do Município de Jóia), Associação Mãe Terra, Grupo de Melhor Idade Joceli Correa, Associação de Colonos Seguidores de Tchê. A relevância de integrar esses espaços pode ser observada na fala a seguir:

Porque essa associação foi um ponto chave para o crescimento de nossas vendas né. (...) É bom, esse espaço é muito bom, tanto para mim como para todos que participam lá. Porque tu tem um contato com o pessoal, tu vê, tem amizade, e às vezes é a única forma de tu se encontrar com eles ali, porque hoje todo mundo trabalha, ninguém tem tempo para nada, então a gente leva e deixa os produtos lá, a gente se encontra com o pessoal lá troca ideia, conversa (...). (Membro da UP 2).

Como é possível verificar na fala deste agricultor que integra uma associação de feirantes AFECOART (citada por duas famílias a UP 2 e UP 5), a participação nesta organização está associada aos benefícios econômicos como o crescimento das vendas e benefícios sociais como a interação social. Ainda foram relatadas vantagens como a abertura de espaços de comercialização através dessa associação. Além desta associação de feirantes, outra família na UP 4 mencionou um grupo voltado à recreação de pessoas idosas. De acordo com uma entrevistada, participar deste espaço “*é muito importante, porque ali no grupo dos idosos, a gente tem uma parte de diversão (...) a gente se encontra lá*” (Membro UP 4).

Ainda sobre a vinculação às associações, foi mencionada por uma família, na UP 5 a participação em uma associação de famílias agricultoras voltada ao apoio na produção. Essa associação, localizada em uma área de assentamento, possui uma patrulha agrícola obtida através de uma emenda parlamentar, que presta serviços aos associados com um custo reduzido. De acordo com o entrevistado a relevância da participação nesta associação está relacionada à prestação de serviços, o que viabiliza a produção, bem como o desenvolvimento da unidade produtiva, e possibilita o investimento em outras áreas da produção.

(...) Importante é que nós conseguimos fazer nosso serviço dentro do nosso lote, sem tu estar investindo, tipo tu tá lá endividado no banco, uma dívida de um maquinário ali, que isso, daqui a pouco teu lote não paga o maquinário né (...) tipo cada uma das nossas famílias (...) nenhum tem condições de comprar um trator desses, então todos utilizamos, e temos o mesmo pensamento, de que é uma coisa que beneficia a todos nós, que não tem uma dívida para tá pagando, então em vez de estar pagando a dívida de um trator, tu está investindo em outra parte e melhora das famílias. (Membro da UP 5).

Observa-se a partir dessa fala, que ocorre por parte dos integrantes dessa associação, um entendimento referente à importância do trabalho em grupo, uma vez que o(a)s mesmos optaram por essa dinâmica coletiva de organização. Dessa maneira, verifica-se a relevância que o trabalho coletivo apresenta para estas famílias, uma vez que o mesmo além de

contribuir para alavancar a produção, também colabora para o alcance da estabilidade econômica das famílias agricultoras.

Ainda no que tange às informações inseridas na dimensão social, foi verificada a relação das famílias agricultoras estudadas, com as iniciativas de doação de alimentos no período da pandemia de Covid 19. Foi constatado que todas estas famílias participaram de uma ou mais ações de doações de alimentos, no período da pandemia. Neste contexto as 5 famílias residentes em áreas de reforma agrária, contribuíram através de ações promovidas pelo MST, ou instituições ligadas a este movimento social.

Além destas ações foi possível constatar a ocorrência de outras iniciativas particulares e pontuais. Foi este o caso da família que não reside em área de reforma agrária, a qual contribuiu através de iniciativa particular não ligada a nenhuma instituição. Nesta perspectiva, sobre a relevância e motivação dessas ações, um entrevistado desta família a qual não reside em área de reforma agrária indica que “(...) *para nós é muito gratificante, porque a gente assim, eu, nós fomos muito ajudados, nós fomos bah, e somos ainda, então na medida que a gente pode, a gente estende a mão também retribuindo.*” (Membro da UP 2).

Em relação às famílias que realizaram doações através de iniciativas promovidas pelo MST e entidades ligadas a esta organização social, todos os entrevistados consideraram relevantes estas ações. A fala a seguir expressa um destes pontos de vistas:

Olha eu acho que é interessante, por que principalmente digo assim, a família do MST a gente sabe, dificuldade que passaram né, para adquirir um pedacinho de terra (...) então isso é importante hoje você pensar, que tu tem alimento, hoje todo mundo quem plantou, que tem sua terra, tem sobrando, tem carne, tem ovos, tem galinha, tem de tudo né, tem mandioca para comer (...) . Isso eu acho que é uma ação muito bem organizada e justa (...), se todas as instituições fizessem isso no mundo, quem sabe o Brasil, o mundo seria um pouco diferente (...).(Membro da UP 3).

A partir deste relato é possível verificar a relevância destas ações, mediante a percepção do entrevistado, uma vez que o mesmo além de ressaltar a importância da participação, destaca a produtividade de alimentos nas áreas reforma agrária, assim como a produção de excedentes e o compartilhamento destes com pessoas que não tenham tido a mesma oportunidade e estejam necessitando de alimentos. Além destes fatores, foi possível verificar outros aspectos no que tange às ações de doações de alimentos como visualiza-se na fala abaixo.

(...) É uma ação, que permite a gente fazer no mínimo dois movimentos. Um é o da solidariedade e do reconhecimento com o ser humano que tem uma necessidade, e por que consequência a gente chegou em um processo que tem, doar, isso é solidariedade (...). E a outra, é mostrar para a sociedade, que a reforma agrária, para além de beneficiar de forma direta as pessoas que estão no assentamento, ela cria uma condição de acesso para os que estão em torno, para os que estão na cidade, seja por que produz alimento e que coloca a disponibilidade de acesso em uma condição melhor, ou seja pela solidariedade de classe. Por conceito, por distribuir, por acreditar que isso vai fazer bem para o ser humano, que tu não conhece, que tu nunca viu provavelmente nem vai ver, mas tu está fazendo uma ação do bem (...). Então o ato da doação ele tem várias nuances, ele pode ser visto de várias formas. (Membro UP 6).

Com base nos depoimentos, observa-se que entre os elementos envolvidos nestas ações é possível verificar o sentimento de solidariedade, bem como o viés político que pode apresentar esta iniciativa. De acordo com o entrevistado, estas ações podem contribuir para a demonstração para a sociedade da relevância que apresenta a reforma agrária. Uma vez que o processo de reforma agrária não impacta somente na vida das famílias que são beneficiadas diretamente, mas pode proporcionar melhorias para a toda sociedade. Tal ideia, também é compartilhada por Guerrero *et al.*, (2016) ao elucidarem sobre os impactos dos projetos de reforma agrária nos territórios onde estão inseridos.

Ainda na dimensão social, foi questionado como são tomadas as decisões no núcleo familiar. Em todas as famílias pesquisadas as respostas indicaram que as decisões são tomadas de forma conjunta, ou pelo casal, ou no caso de haver filho(a)s com a participação do(a)s filho(a)s. Observou-se pelos depoimentos que a forma coletiva de tomar decisões é relevante para (a)s entrevistados.

Na dimensão econômica foram pesquisadas características sobre a produção das famílias, como o tamanho da unidade de produção, autoconsumo da produção, renda obtida, acesso a financiamentos, atividades produtivas, comercialização, participação em programas institucionais.

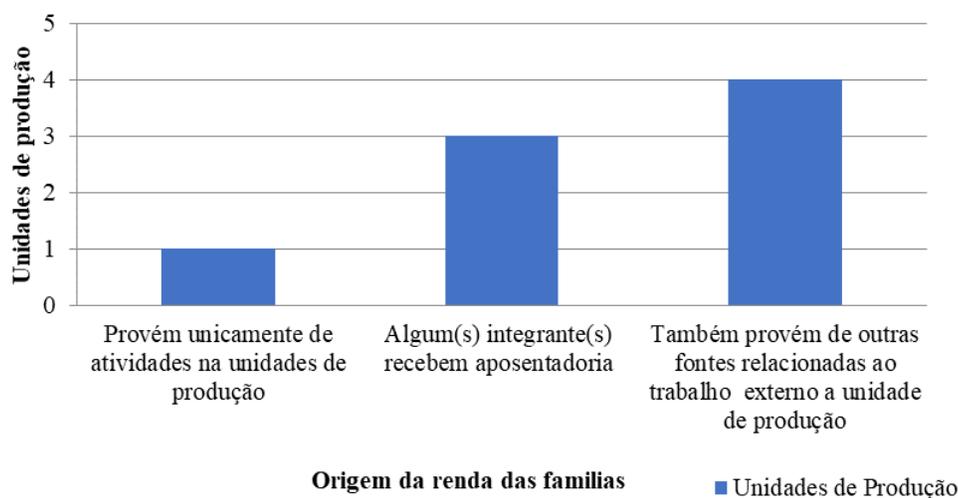
Neste contexto, um dos itens estudados nesta pesquisa, refere-se ao acesso, por parte das famílias agricultoras, aos recursos como financiamentos. Neste sentido, a partir das entrevistas, verificou-se que em três unidades de produção UP 1, UP 3 e UP 5 foram realizados financiamentos, em duas unidades de produção nas UP 4 e UP 6 não foram obtidos estes recursos, e em uma unidade na UP 2, o recurso acessado foi através de um projeto de fundo diocesano solidário através da Cáritas Brasileira¹⁹. Dessa forma, verifica-se que 4 das 6 famílias que participaram desta etapa da pesquisa, acessaram algum tipo de recurso por meio de

¹⁹ Um organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que possui cinco áreas prioritárias de atuação, desenvolvendo distintos projetos. Entre essas áreas, esta a Economia Popular Solidária e Meio Ambiente (CARITAS.ORG.BR, 2022).

financiamento. Neste aspecto cabe retomar as informações já apresentadas no capítulo 4, segundo as quais 30% dos estabelecimentos familiares em Jóia acessaram financiamentos em 2017 (IBGE, 2021 b).

Além dos elementos relacionados ao acesso a financiamentos, outros aspectos foram investigados, neste sentido, alguns desses elementos, podem ser observados no gráfico abaixo, o qual traz informações referentes à renda familiar das unidades pesquisadas. Neste cenário, para a elaboração do gráfico 14, foram consideradas as atividades produtivas/econômicas de todo(a)s integrantes do núcleo familiar.

Gráfico 14 - Características da origem da renda das famílias estudadas em Jóia (2021)



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo.

Com base nas entrevistas percebe-se que na maior parte das unidades de produção, existem outras fontes de renda referentes ao trabalho externo a unidade de produção, seja por atividades regulares, ou atividades temporárias, como ocorre em períodos de safras. Desta maneira, constata-se a presença da pluriatividade nas dinâmicas desenvolvidas pelas famílias agricultoras estudadas. Nesta perspectiva, cabe complementar que Schneider (2009, 2003), Schneider e Niederle (2008) ao dissertarem sobre a temática da agricultura familiar, destacam a relação desta categoria social com a pluriatividade.

Outro elemento analisado, refere-se à produção para o autoconsumo das famílias. Esta produção, de acordo com Grisa (2007), é relevante para as famílias agricultoras. Neste cenário, a partir dos questionários, foi possível identificar a relação desta modalidade de produção com as dinâmicas produtivas das famílias agricultoras participantes deste estudo. O

quadro 9 foi elaborado a partir das informações prestadas pelo(a)s entrevistado(a)s e apresenta informações referentes a esta temática identificada nas famílias pesquisadas.

Quadro 9 - Produção para autoconsumo das famílias agricultoras de Jóia, participantes da pesquisa (2021).

Unidades pesquisadas	Produção para o autoconsumo da família	% dos alimentos consumidos pela família, produzidos na unidade de produção.	Alimentos produzidos na unidade de produção
UP 1	sim	80	Ovos, leite, queijo, banha, frutas, carne (suíno, frango, bovino), condimentos, saladas, alface, repolho, couve,radite, cebola, alho,batata inglesa, batata doce, ervilha, feijão, milho verde.
UP2	sim	15	Ovos, carne (frango, bovino) saladas, (alface, repolho, couve folha), morango, pêssego, milho verde, tomate, condimentos (salsa, cebolinha).
UP3	sim	70	Carne (bovino, suíno), mandioca, feijão, amendoim, batata doce, saladas (alface, beterraba, rabanete) ervilha, frutas (bergamota, laranja, lima, manga, carambola, acerola, jabuticaba, guabiju, pêssego, ameixa, caqui), milho verde, moranga, abóbora, alho, cebola, mel, própolis.
UP 4	sim	60	Ovos, leite, carne (bovina, suína, frango), banha, mandioca, saladas, frutas (bergamota, laranjas,caqui).
UP 5	sim	60	Leite, carne, feijão, mandioca, batata doce, tomate, saladas (alface, rúcula, agrião, couve flor, couve brócolis, beterraba, repolho, cenoura, pimentão), condimentos, morango, frutas (abacaxi, laranja, mamão, banana, abacate, maracujá, melancia, melão) conservas, compotas, chimias/geleias.
UP 6	sim	30	Carnes (bovina, suína, frango), leite, ovos, feijão, mandioca, batata, abóbora, saladas (repolho, alface, rúcula, tomate, pimentão) leguminosas.

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo

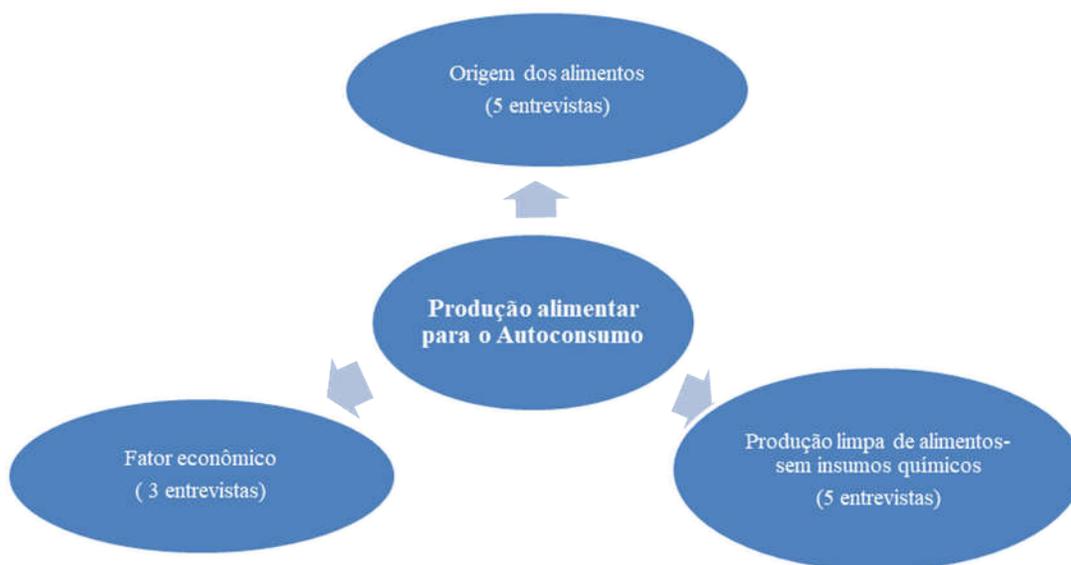
As informações obtidas nas entrevistas e apresentadas no quadro 9 permitem visualizar que em 4, das 6 unidades de produção, a participação da produção para autoconsumo ultrapassa os 60%. Diante disso, se constata a relevância deste tipo de produção, o qual não se limita para as famílias agricultoras estudadas, uma vez que também é uma constante no que tange a agricultura familiar de modo geral em Jóia. De acordo com os dados de IBGE (2021 b), do total da área dos estabelecimentos agropecuários de Jóia destinada para autoconsumo, no ano de 2017, cerca de 79 % pertenciam a agricultura familiar.

Neste mesmo viés, constata-se uma diversidade de alimentos produzidos pelas famílias agricultoras estudadas. Alimentos estes, tanto de origem animal como carnes (frango, bovino, suíno), leite, banha, ovos quanto de origem vegetal como saladas, frutas, grãos, raízes,

e olerícolas em geral. Também foi observada a produção de produtos semi processados como queijo, compotas e conservas. Igualmente cabe ressaltar que em todas as unidades familiares existe mais de um tipo de produção de proteína animal e vários tipos de proteína vegetal, o que demonstra a diversidade de opções de alimentos a qual as famílias estudadas têm acesso, o que também permite uma dieta alimentar mais variada.

Também, a partir das análises das entrevistas com as famílias agricultoras, foi possível observar que a relevância da produção para o autoconsumo está associada principalmente a três elementos: a origem dos produtos, produção limpa (sem uso de insumos químicos) e fator econômico. Tais aspectos positivos estão destacados na imagem 7 com o número de famílias que citou cada fator.

Imagem 7 - Fatores positivos apontados pelo(a)s agricultore(a)s entrevistado(a)s, relacionados à produção direcionada ao Autoconsumo



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo

Os elementos, apresentados pela imagem 7, podem ser observados na fala de um agricultor que ao ser questionado sobre a relevância desta modalidade de produção indica que *“com certeza né, economia em primeiro lugar, e produtos mais naturais né, a gente não usa veneno.”* (Membro UP 3). Neste sentido, a percepção acerca da importância da produção para autoconsumo pode ser percebida em outras falas, como verifica-se a seguir.

A importância, acho que é, saber o que a gente vai comer. É sabe que tu tá comendo um produto que você produziu, não tem veneno, ao menos que você passou. Você não passou veneno, talvez vem veneno de fora, das granjas do redor, que o vento leva isso é possível, com certeza. E depois sei lá, o prazer de você comer o que você plantou, a importância maior é essa, sabe que você conquistou a terra pra te o alimento. Você plantou, você colheu, e você se alimentou dele. Eu acho que báh, é o gosto de você ir lá aonde é que você plantou, ir lá arrancar uma cebola, pegar um pé de alface. (Membro UP 1).

Como é possível observar, entre os aspectos destacados na fala acima, está o conhecimento da origem do produto, a preocupação com a ingestão de alimentos saudáveis, e a satisfação de consumir um alimento cultivado na própria unidade de produção. Além destes fatores, também foram salientados por alguns entrevistados, elementos relacionados ao fator econômico, como observa-se na fala a seguir:

Ah porque tu sabe que tu está comendo, e nós evitamos de colocar agrotóxico né. Porque hoje, claro mesmo que tu não aplica está no ar, mas é muito saudável tu comer que tu produz, e a satisfação de tu ir lá e colher, tu saber que tu plantou e tá colhendo aquilo ali. Hoje vamos dizer se tu consumir 10 pés de alface na semana, no mercado são 10 pés R\$ 25,00 (...). Vamos dizer, uma economia de quase R\$ 300 do mês de verdura se fosse comprar no mercado (Membro UP 2).

Como indica o relato, além da preocupação com a qualidade da alimentação e conhecimento da procedência do alimento, igualmente ao observar as comparações dos preços dos alimentos, verifica-se a relevância na dimensão econômica que a produção para o auto provimento, representa para o(a)s entrevistado(a)s. Uma vez que, de acordo com este agricultor, ao passo que ocorre o consumo de alimentos produzidos na unidade de produção, não há necessidade de aquisição dos mesmos em estabelecimentos comerciais. Dessa maneira, tal dinâmica se apresenta como uma forma de renda para a família agricultora, pois a produção própria contribui para reduzir os gastos com aquisição de produtos de fora da propriedade.

Desse modo, observa-se a forte relação das famílias agricultoras com a produção de alimentos, aspecto constatado neste trabalho, mas também asseverado por Mattei (2014) o qual indica que entre os objetivos da agricultura familiar está o desenvolvimento de processos produtivos voltados ao alcance da segurança alimentar e nutricional. Este fator assinalado pelo autor supracitado, também é observado por Ploeg (2014) e Heberlé *et al.*, (2017).

Ainda sobre as características das dinâmicas de produção das unidades familiares estudadas, foram identificados outros dados referentes às principais atividades produtivas. Entre as informações pesquisadas estão os canais de comercialização mais acessados pelo(a)s agricultore(a)s. Nesta ótica, o quadro 10 traz dados relativos a esses fatores.

Quadro 10 - Atividades produtivas voltadas à comercialização e principais canais de venda utilizados pelos agricultores pesquisados em Jóia (2021).

Unidades de produção	Principais atividades produtivas	Principais canais de comercialização
UP 1	Mandioca, leite	Venda direta
UP 2	Hortaliças	Venda direta na unidade de produção
	Mudas de hortaliças	Venda direta na unidade de produção
		Associação de feirantes (ponto de venda)
		Agropecuárias (2 estabelecimentos)
UP 3	Soja, Trigo	Mercado regional (cooperativa)
	Gado de corte	Venda direta
	Mel	Venda direta
UP 4	Lenha (eucalipto), ovos, mandioca	Venda direta
	Tinturas(produtos fitoterápicos)	Venda direta (uni. de produção), eventos (romarias, feiras), entrega de produtos pelo correio.
UP 5	Hortaliças	Venda direta (uni. de produção e cidade de Jóia)
		Vendas <i>online</i>
		Programas institucionais PNAE (municipal, estadual); PAA (municipal, institucional).
UP 6	Soja	Mercado regional
	Milho	Venda direta
		Troca por produtos
	Feijão	Venda para Cooperativa
Venda direta		

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo.

Como indica o quadro 10, as famílias agricultoras estudadas apresentam uma significativa diversificação. Esta característica fica evidente tanto no que tange às atividades ou grupo de dinâmicas produtivas (a citar hortaliças, grãos, fitoterápicos, madeira, produtos de origem animal) quanto nos canais acessados para a comercialização desta produção, os quais que correspondem a venda para cooperativa, participação de programas institucionais, vendas online, troca de produtos. Destaque para a ocorrência da venda direta na unidade de produção, dinâmica realizada pelas 6 famílias que participaram desta etapa da pesquisa.

Ainda no que tange à comercialização, procurou-se investigar a participação das famílias agricultoras estudadas, em programas institucionais como o PAA e o PNAE. Neste sentido, verificou-se que das seis famílias entrevistadas, somente duas famílias participam ou participaram dos referidos programas.

Foi possível constatar que a participação nestes programas possibilita às famílias agricultoras ampliarem seus mercados de venda bem como comercializarem seus produtos em outros municípios. Esta realidade é observada em uma das famílias a UP 5, que mediante as entregas nos programas institucionais, disponibiliza os produtos em municípios da região. Ao comparar os dados levantados junto a estas famílias agricultoras, com as informações referentes às agroindústrias familiares estudadas no município de Jóia (capítulo 5), verifica-se que nas agroindústrias familiares ocorre o maior acesso a estes programas uma vez que todas as agroindústrias pesquisadas acessam o PAA ou o PNAE, ou os dois programas. Já no que se refere às famílias agricultoras, somente uma família a UP 5 participa de tais programas.

A diferença na participação em programas institucionais quando comparadas as agroindústrias familiares e a unidades de produção estudadas, pode estar atribuída a diversos fatores. Entre estes elementos está o fato de os produtos das agroindústrias serem produtos beneficiados, se diferenciando dos demais, dessa forma apresentam maior chance de serem absorvidos por estes programas. Cabe ressaltar, que no caso destas experiências produtivas estudadas, salienta-se que a família agricultora que participa dos programas institucionais, dedica-se a horticultura, produção alternativa ao contexto produtivo regional. Outros fatores que também podem estar vinculados a reduzida participação das famílias agricultoras estudadas, podem corresponder a pouca demanda nos programas pelos produtos produzidos pelas famílias em relação a oferta de produtos.

Sobre o acesso ao PAA e PNAE cabe destacar o que Mattei (2018) aponta, sobre o fato de que a partir de 2016 ocorreram transformações na maneira de condução de programas e políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Neste cenário, Fossa e Renk (2021) complementam asseverando que a partir desse período, iniciaram interrupções no que concerne às iniciativas por parte do poder público, de promoção da agricultura familiar, o que acarretou a extinção de inúmeras políticas públicas, e na redução de recursos, entre estes, os relacionados ao PAA.

Ainda no que concerne à comercialização, observa-se que as famílias agricultoras estudadas, praticam diferentes dinâmicas à medida que acessam distintos canais. Deste modo, cabe mencionar que as características observadas nas famílias estudadas no município de Jóia, também foram indicadas por Niederle *et al.*, (2014) e Rambo *et al.*, (2019) os quais apontam, que

a agricultura familiar faz parte de diversos circuitos, tanto na comercialização, como no que tange ao consumo.

Além das dimensões social e econômica, esta pesquisa se deteve em identificar aspectos na esfera ambiental, procurando identificar as práticas produtivas de base ecológica adotadas pelas famílias, se as mesmas recebem assistência ou apoio técnico voltado a atividades de base ecológica, a ocorrência de áreas naturais na unidade de produção, adoção de medidas relacionadas a preservação ambiental, a destinação de lixo e resíduos, a ocorrência de alterações com adoção de práticas ecológicas e as dificuldades encontradas pelas famílias pesquisadas. A questão ambiental é analisada nesta pesquisa, considerando o que é apontado por Wammes, *et al.*, (2013), segundo os quais a agricultura familiar se configura como um ator social relevante para o desenvolvimento de novas perspectivas e alternativas direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável. Esta ideia é complementada por Wanderley (2009) a qual indica que, em face do atual cenário, a agricultura familiar se apresenta como ponto central de fatores elementares como a preservação dos recursos da natureza e a produção alimentícia com qualidade e em quantidades suficientes.

Neste contexto, inicialmente, procurou-se investigar as atividades ou práticas de base ecológica ou agroecológicas desenvolvidas nas unidades de produção bem como a motivação para o empreendimento de tais dinâmicas. No quadro 11 estão apresentadas informações obtidas na pesquisa referentes a estes dados.

Quadro 11 - Práticas produtivas de base ecológica/agroecológica e motivação nas unidades de produção familiares pesquisadas (2021).

Uni.de Produção	Atividades praticadas, insumos de base ecológica/ agroecológica utilizados	Motivação para a prática adotada
UP 1	Adubação orgânica (estercos, restos de vegetais), sementes e mudas crioulas, biocaldas, caldas repelentes	Conhecer a origem dos alimentos, redução de custos de produção (adubação), autonomia na escolha da alimentação (sem. e mudas crioulas), fator cultural (sem. e mudas crioulas), maior eficiência (adubação)
UP 2	Áreas de refúgio, biofertilizantes, adubação orgânica (estercos), biocaldas (leite, neem), uso de cinzas, cobertura verde	Produto disponibilizado na uni. de produção (esterco), redução de custo de produção, aumento da margem de lucro, preocupação com saúde, conhecer a origem do alimento
UP 3	Biocaldas (bordalesa, sulfocáustica...)	Redução do uso de agrotóxicos, redução de custos de produção, maior margem de lucro, preocupação ambiental
UP 4	Insumos biológicos, regeneração natural, adubação orgânica, sementes crioulas	Preocupação com a saúde
UP 5	Adubação orgânica, biocaldas (bordalesa, sulfocáustica, leite...)	Alimentação saudável
UP 6	Insumos biológicos, adubação orgânica, adubação verde, pó de gesso	Alimentação saudável, fatores econômicos

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de pesquisa de campo

Os resultados apresentados no quadro 11 evidenciam as principais ações, com viés ecológico, praticadas nas unidades de produção e apresenta as motivações que as famílias indicaram para estas práticas. Estas dinâmicas adotadas compreendem procedimentos relacionados à adubação (orgânica, biofertilizantes), ao manejo fitossanitário (biocaldas, insumos biológicos) e ao manejo do espaço produtivo (áreas de refúgio, regeneração natural). Ainda incluem a utilização de insumos como sementes e mudas crioulas. Tais fatores demonstram uma diversidade de práticas e técnicas de base ecológica desenvolvidas nas unidades de produção pesquisadas.

Cabe destacar que a adoção desses elementos por parte das famílias, passa a incluir o entendimento de que os atuais padrões de desenvolvimento rural e de agricultura pautada no modelo convencional se revelam insustentáveis, conforme apontam Caporal e Costabeber (2002). Igualmente realiza-se uma busca por sistemas que assegurem, entre outras coisas, uma maior sustentabilidade na esfera ecológica.

No que tange à motivação para realização destas atividades pelas famílias agricultoras estudadas, observam-se diferentes fatores nas respostas das famílias entrevistadas. Entre os aspectos mais citados, está a preocupação com a saúde/alimentação e o fator econômico, tal como é possível verificar na fala de um dos agricultores entrevistados

(...) tu precisa ter um alimento que tenha a condição de tu ter vida, isso para ti em primeira escala, para sua família, e por consciência para quem tu vende né. E que uma terra para produzir alimento limpo, tem que estar limpa (...)(Membro da UP 6).

O relato deste agricultor expressa a preocupação com a produção de alimentos de qualidade, tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização. Ademais, cabe destacar outros elementos entendidos como motivadores para a produção com viés ecológico, em especial a utilização de sementes crioulas. Neste quesito, observa-se que os principais fatores correspondem aos aspectos culturais, associados aos elementos econômicos:

(...) De guardar semente, daí parece que está no sangue da gente, eu aprendi com a minha avó, com meus pais, de guardar semente. Daí quando tu guarda semente, esta semente praticamente não tem custo para ti. Tu vai comprar, que nem nós falemo antes dum milho, ou do feijão, tu vai comprar um quilo de feijão para plantar está R\$ 8,00 a R\$ 10,00 o quilo. Agora se você produziu ele, ele não te custou nada, te custou um pouco de mão de obra, então e tu tá sabendo, que tu tá plantando feijão, que esse feijão é bom de você come. Se tu vai compra feijão, tu nem sabe se aquela variedade de feijão vai ser boa para come (...). Daí a gente planta o que a gente gosta na verdade, ah bah para gente plantar o que é dá gente, e a questão de economia. (Membro da UP 1)

A fala acima expressa a motivação de fundo cultural, uma vez que o cultivo de sementes crioulas é uma tradição familiar, bem como a motivação econômica, já que à medida que o insumo, no caso a semente é produzida na unidade de produção, não há a

necessidade de gastos para a compra dela. Igualmente é possível identificar o ganho para a autonomia alimentar visto que a família pode escolher o que irá consumir, assim como conhecer a origem do produto.

Ainda no que diz respeito à motivação para o desenvolvimento de práticas sustentáveis, cabe destacar a preocupação ambiental, em especial a preservação e proteção das abelhas, o que ficou evidente na fala de um entrevistado em relação à utilização de biocaldas

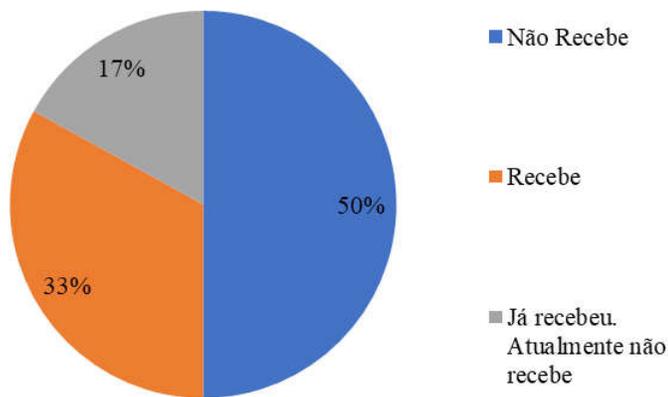
Não pulveriza o ar, não mata as abelhas, as abelhinhas. E até foi engraçado, é difícil achar abelha na soja né, e eu ano passado, por causa destas caldas, tu via as abelhas lá, lá na flor, tinha muita abelha. (Membro da UP 3).

Outro questionamento feito aos agricultores foi se as unidades de produção estudadas utilizam sementes transgênicas e/ou insumos químicos. Neste cenário foi possível verificar que somente uma unidade de produção a UP 4 não utiliza nenhum desses elementos, enquanto nas outras 5 unidades foi relatado o uso de alguns desses elementos. Nas unidades em que são utilizadas sementes transgênicas e/ou insumos químicos foi verificado que em duas unidades de produção (UP 5 e UP 6) há uma parcela destinada para produção convencional de monocultivos, o que acarreta a utilização de todo o pacote do agronegócio nesta parcela. Nas outras três unidades foi relatada a utilização de semente transgênica de milho (em duas unidades de produção UP 1, e UP 2), adubo químico no plantio (em duas unidades UP 2 e UP 3), insumo químico secante em pouca frequência (em uma unidade UP 1).

Assim, a partir dos questionários, percebe-se que ocorre a utilização de algum tipo de insumo químico ou semente transgênica em 5 unidades de produção. Porém, há de considerar, que esta utilização ocorre de forma parcial em duas unidades de produção. Nas entrevistas foi relatada a preocupação por parte do(a)s entrevistados em reduzir o consumo destes produtos, visto que em todas as unidades de produção estudadas ocorre utilização de produtos de base ecológica, ou agroecológica. Assim sendo, a partir da constatação desta preocupação e desenvolvimento de técnicas de base ecológica, mais uma vez, observam-se aspectos relacionados com elementos apontados por Lopes e Lopes (2011) e Sachs (2001) os quais indicam a relação da agricultura familiar com o desenvolvimento sustentável do meio rural.

Ainda no que concerne às dinâmicas produtivas, foi investigado sobre o recebimento de apoio ou assistência técnica voltada à produção de base ecológica ou agroecológica por parte das unidades de produção. As respostas estão apresentadas no gráfico 15.

Gráfico 15 - Assistência ou apoio técnico para atividades de base ecológica recebidas pelas unidades de produção pesquisadas em Jóia (2021).



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo

As respostas apresentadas no gráfico 15 indicam que 50% das famílias entrevistadas não recebem ou não receberam assistência ou apoio técnico voltado para a produção agroecológica, e 17% já recebeu, mas atualmente não recebe. Já as famílias que recebem este serviço que corresponde somente um terço do total de famílias estudadas, consideram de suma importância para o desenvolvimento das atividades produtivas que visam à sustentabilidade. Esta percepção é indicada por um entrevistado ao relatar sobre a contribuição da pessoa responsável pelo apoio técnico com viés ecológico:

Sim, sem ele nós talvez nem teria iniciado né, é importante porque ele tem várias informações e várias formas de produzir, então ele dá toda o conhecimento pra gente desenvolver esse trabalho porque a gente não conhece tudo. Eu mesmo que sou técnico não sabia dessas, até as caldas podem ser, mas essas outras que eu citei antes que é importante botar na planta, não sabia (...). Então tu cada dia tem esse conhecimento, ele ensina o que nós não soubemos, e a gente vai tentar junto com ele, tentar fazer, tentar aplicar experiências (...). (Membro da UP 3).

Conforme apontado, o acompanhamento técnico é muito importante, uma vez que oferece a possibilidade do desenvolvimento de novas técnicas produtivas, bem como fornece um suporte de conhecimentos para as famílias agricultoras. Porém, cabe ressaltar que a assistência técnica ou a falta desta é uma debilidade observada no contexto produtivo da agricultura familiar de Jóia, uma vez que os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que apenas 44 % dos estabelecimentos agropecuários familiares recebem assistência técnica (IBGE, 2021 b). Neste sentido, conforme indicam Arrais *et al.*, (2019) as limitações referentes

à orientação técnica no que tange a quantidade de agricultore(a)s assistidos, também são fatores recorrentes na realidade em nível nacional.

Além da assistência ou apoio técnico com perspectiva ecológica, outros fatores estudados nesta pesquisa, foram aspectos relativos à destinação do lixo e dos resíduos gerados nas unidades de produção, cujas informações estão apresentadas no quadro 12.

Quadro 12 - Destino do lixo e dos resíduos gerados nas unidades de produção estudadas (2021).

Material/ Resíduo	Destino	Número de unidades de produção
Esgoto	Fossa séptica	4
	Biofossa	1
Lixo seco	Queimar	5
	Serviço de recolhimento realizado pela prefeitura municipal	1
	Recolhimento pela família, e descarte em local adequado	1
Lixo orgânico	Reaproveitamento como alimentação animal	1
	Reaproveitamento como adubo	1
Dejetos animais	Reaproveitamento como adubo	5

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir do trabalho de campo

As respostas apresentadas no quadro 12 demonstram que um dos problemas relacionados a esta temática se refere à falta de recolhimento do lixo nas áreas rurais do município de Jóia. Conforme indica a pesquisa de campo, somente em uma unidade de produção ocorre o recolhimento do lixo por parte da prefeitura municipal. Nas outras 5 propriedades a destinação destes resíduos fica a cargo das famílias. Nesta perspectiva, muitas vezes por dificuldades de logística ou por falta de local adequado, tais resíduos acabam sendo descartados de maneira incorreta. Neste contexto, cabe salientar que de acordo com a Lei nº 12.305 de 02/08/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cabe aos gestores públicos a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos territórios (BRASIL, 2010). Porém, infelizmente isso não ocorre de maneira efetiva em toda área rural do município de Jóia.

Também foi pesquisado sobre a ocorrência de áreas naturais nas unidades produtivas e adoção de medidas como reflorestamento, proteção de APPs, de nascentes, de áreas de reserva legal. No quadro 13 estão sistematizadas informações obtidas nas entrevistas.

Quadro 13 - Informações referentes às áreas naturais, áreas de reserva legal, APPs existentes nas unidades de produção estudadas em Jóia-RS (2021).

Uni. de Produção	Existem áreas naturais na uni. de produção?	As áreas naturais estão preservadas?	Medidas para realizar a preservação	Ocorre reflorestamento, preservação de nascentes de água, área de reserva legal, APPs	Medida para preservar estes espaços, ou reflorestar
UP 1	Não	-	-	Sim	-Isolamento da área
UP 2	Não	-	-	Não ocorre	-
UP 3	Não	-	-	Sim	-Plantio de árvores
UP 4	Sim	Sim	Isolamento da área	Sim	- Plantio de árvores - Regeneração natural
UP 5	Sim (área separada do lote)	Sim	Isolamento da área Plantio de árvores	Sim	- Isolamento da área
UP 6	Sim	Sim	Isolamento da área	Sim	- Cercamento da área - Replantio de árvores

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo.

Observa-se no quadro 13 que em 5 unidades de produção existe algum tipo de espaço como áreas naturais, de reflorestamento, de preservação de nascentes de água, área de reserva legal, ou de APPs. Deste modo, constatou-se que existe um cuidado por parte das famílias através do desenvolvimento de medidas relacionadas à preservação ambiental, como isolamento das áreas e reflorestamento.

Em relação a estas verificações se buscou identificar qual a percepção das famílias entrevistadas sobre a relevância das ações relacionadas à proteção dos agroecossistemas. Foi possível visualizar a existência de uma preocupação das famílias agricultoras com a proteção destes espaços, assim como medidas de reflorestamento. Tais fatores podem ser constatados na fala de um agricultor, que ao ser questionado sobre a importância das medidas de preservação, indica que

“(...) é muito importante, por que ali pelo menos vai produzir uma semente para os passarinhos levar e plantar em outro lugar, importante para a natureza (...) para o ciclo da vida (...).Tem arvore lá centenária, mas não fui eu que plantei, dai tu não tem direito de derrubar.”(Membro da UP 4)

Outra fala que caminha na mesma direção está abaixo:

(...) para preservação da própria terra, pois estava desbarrancando tudo. Quando tu vê, tu perdia um hectare ou mais, ali tudo para dentro daquilo, tava tipo ali são cratera aberta, ali pegando o fundo do nosso lote, lá tem uns lugares assim que olha, cabe de fundura deve dar uns 10 metros, 12 metros(...). Que aquilo ali estourou tipo há muito tempo né, mas quando nós chegamos aqui, plantavam soja até na beirada, daí aquilo ali por causa da chuva, ia desbarrancando (...) agora se tu ir lá, tem tem uns 15 metros em roda daquilo lá mato, tem árvore assim, e assegura, não desbarranca, não desbarrancou mais(...). Que a gente na verdade, tu pensa no futuro, das outras gerações também, não só da gente(...). (Membro da UP 5).

Constata-se a partir das entrevistas, que entre os fatores relacionados à relevância da preservação ambiental está a conservação do solo, uma vez que o manejo adequado deste contribui para a redução de erosão, elemento também salientado pela ODS 15. Também é possível identificar o cuidado com as futuras gerações, em virtude de que este fator é um dos elementos apontados pela família entrevistada. Desse modo, mediante os dados levantados junto às famílias agricultoras, verifica-se a contribuição do(a)s agricultores familiares estudados para a preservação dos recursos naturais.

Neste contexto, cabe destacar a perspectiva defendida por Sachs (2001) o qual indica a participação da agricultura familiar na busca pelo desenvolvimento sustentável do meio rural. Igualmente, as informações levantadas neste estudo, vão ao encontro da visão compartilhada por Lopes e Lopes (2011) os quais salientam a relevância da contribuição da agricultura familiar no fomento de processos direcionados à busca da sustentabilidade no meio rural.

Após estudar as dinâmicas produtivas de base ecológica ou agroecológica, adotadas nas unidades de produção, o estudo buscou verificar se tais ações resultaram em mudanças na dimensão econômica ou em benefícios nas outras esferas para as famílias agricultoras. Na imagem 8 estão apresentadas informações referentes a esta temática.

Imagem 8 - Mudanças ou benefícios apontadas pelos entrevistados nas unidades de produção a partir das práticas produtivas de base ecológica/agroecológica (2021).



Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo

De acordo com as respostas disponíveis na imagem 8 as principais mudanças observadas pela adoção de medidas voltadas à produção de base ecológica/agroecológica, estão relacionadas aos aspectos econômicos, a alimentação saudável e aos benefícios relacionados à esfera ambiental. As análises das falas do(a)s entrevistado(a)s evidenciam estas questões, tais como a que segue:

(...) o benefício do meio ambiente, produzir sem veneno, é a condição de vida, do solo da natureza, de continuidade da humanidade. Agora do ponto de vista da relação com a natureza, de tu criar um ambiente mais limpo. (Membro da UP 6).

Também foram citados benefícios relacionados à saúde das pessoas, conforme assinala um entrevistado, o qual revela que “o maior benefício é a saúde (...) é o outro comportamento, muda o comportamento da pessoa e o benefício para saúde” (Membro da UP 4). Dessa maneira, de acordo com a visão deste agricultor, verifica-se a relevância que a adoção de dinâmicas produtivas de base ecológica apresenta para a melhoria de aspectos relacionados à saúde humana.

Ainda sobre as mudanças resultantes de tais ações, cabe destacar outros aspectos abordados pelas famílias agricultoras, tais como os benefícios econômicos. Tais elementos podem ser observados nas falas a seguir, nas quais a primeira é de um agricultor que está utilizando biocaldas na produção de grãos e o segundo relato é de um agricultor que trabalha com olericultura de forma ecológica:

Olha eu acredito que sim, porque apesar do primeiro ano que eu falei, (...) mas eu acredito que trouxe, deu uma boa sobra de rendimentos, pelas contas que a gente levou tudo controlado, até eu passei para o técnico que acompanha, se fosse no pacote, comprar tudo no agronegócio não ia sobrar muita coisa, apesar do meu solo é ainda um pouco degradado, devido a umas áreas aí que eu tinha pinos, eu me saí muito bem, claro que o preço também ajudou e tal, mas não deu para se queixar (...). (Membro da UP 3).

Econômico, tipo financeiro, tu pega as pessoas que compram as coisas sabendo que tão levando (...) na verdade tão contribuindo contigo, na questão econômica tu consegue vender mais, aí te ajuda bastante. (...) é tipo aumentou bastante as vendas por causa do produto saudável. (Membro da UP 5).

Como é possível observar a partir do primeiro depoimento, as melhorias na esfera financeira estão relacionadas com o aumento dos resultados de produtividade obtidos na unidade de produção. Neste contexto o entrevistado apresenta uma comparação da produção ecológica com a produção convencional, onde destaca de maneira positiva os resultados decorrentes da produção de base ecológica. No segundo relato, o entrevistado, ao ser questionado sobre as benesses da produção de base ecológica, salienta que o aumento das

vendas é ocasionado pelo fato dos produtos estarem vinculados à produção saudável de alimentos.

Além dos assuntos abordados referentes às dinâmicas socioculturais das unidades de produção estudadas, buscou-se entender quais as principais dificuldades encontradas pelas famílias agricultoras. A partir das respostas aos questionamentos foi possível elaborar a tabela 15 que apresenta essas informações.

Tabela 15 - Dificuldades para produção de base ecológica/agroecológica (2021).

Dificuldades	Unidades de produção
Tratos culturais (controle de doenças)	1
Mercado	1
Falta de política pública	1
Processo de produção mais lento	1
Contaminação externa	2
Falta de assistência/apoio técnico	2
Falta de subsídio	2
Falta de incentivo	3
Mão de obra (mais trabalhoso, maior carga de trabalho)	3

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir da pesquisa de campo.

Sobre as principais dificuldades apontadas na tabela 15 identifica-se que a falta de incentivos foi um dos fatores mais citados. Neste contexto destaca-se a falta de estímulo tanto aos processos produtivos, quanto a falta de incentivo na esfera econômica, ou de subsídio, também citado como entrave. Este aspecto é indicado em uma entrevista “*ah isso não tem incentivo, tem que se virá, a não ser os cursos que tu fez, e depois financiamento não tinha nada, a não ser a boa vontade do cara, não tem subsídio para isso*”. (Membro da UP 4).

Outro elemento apresentado diz respeito às dificuldades em relação à mão de obra, fator apontado por três famílias. Neste sentido, este aspecto é visto como dificuldade no que se refere ao fato de às atividades exigirem uma maior carga de trabalho, bem como se apresentarem mais trabalhosas, como aponta esta família, ao relatar que “*(...) tudo mais um pouco é difícil, porque também é mais trabalhoso, e você tem que estar mais atento né, em toda a planta, todo dia (...)*”. (Membro da UP 3).

Também neste cenário, cabe destacar os fatores relacionados à contaminação externa, mediante a aplicação de agrotóxicos em outras unidades de produção localizadas nas proximidades. Este indicativo apresenta-se de forma preocupante, uma vez que além de contaminar a produção vegetal, contamina a produção de alimentos, além de gerar prejuízos econômicos, conforme foi destacado em algumas entrevistas.

No que diz respeito à aplicação de produtos químicos, cabe salientar que esta prática é inerente ao sistema convencional de produção. Sistema este, adotado a partir da modernização da agricultura, que gerou alterações nas dinâmicas produtivas agropecuárias, acarretando inúmeras consequências, que impactaram nas dimensões sociais, econômicas e ambientais (BALSAN, 2006; SOUZA, ALMEIDA, 2020).

Nesta perspectiva, o entendimento da significância dos problemas sociais e ambientais referentes à modernização da agricultura, gerou a emergência de discussões pertinentes ao empreendimento de modelos alternativos de desenvolvimento do meio rural (CONTERATO, FILIPPI, 2009). Nesta ótica, destaca-se a preocupação desta pesquisa, em analisar nível local, experiências socioprodutivas da agricultura familiar, pautadas em tecnologias produtivas baseadas em princípios agroecológicos ou de base ecológica.

Dentre os fatores identificados nas experiências estudadas, estão características como a diversidade das unidades de produção, equidade de gênero, participação em atividades comunitárias e organizações sociais, interação nos espaços comunitários. Igualmente foram identificados aspectos como iniciativas relacionadas à doação de alimentos, pluriatividades, forte relação com a produção de alimentos, produção para o autoconsumo.

Estes fatores vão ao encontro de aspectos expostos no item 1 do quadro 1, no capítulo 2 referentes a promoção de alterações no espaço rural indicados por Navarro (2001). Além desses indicativos, destaca-se a relação dos resultados identificados nas experiências discutidas no presente capítulo, com fatores relacionados as alterações em diversas dimensões do universo rural (SCHNEIDER, 2004) e ao crescimento em aspectos além da esfera econômica (KAGEYAMA, 2009), que também são elementos relacionados aos processos de desenvolvimento rural.

No que tange a colaboração dessas experiências com o desenvolvimento rural sustentável, cabe destacar que foram identificados fatores favoráveis a esse processo, apesar da utilização parcial de insumos químicos e sementes transgênicas pela maioria das unidades de produção estudadas e de inúmeras dificuldades relacionadas à produção de base ecológica.

Observou-se nas 6 experiências estudadas nesta etapa do trabalho, o desenvolvimento de variadas atividades (técnicas, insumos, manejo) de base ecológica ou agroecológica, motivados por diferentes aspectos. Nesta perspectiva, foram também identificadas ações relacionadas à preservação ambiental. Os resultados indicam que a adoção de ações voltadas à sustentabilidade ocasionou mudanças relacionadas aos diversos aspectos no contexto socioeconômico e produtivo das famílias entrevistadas.

Constatou-se mediante os dados primários levantados nesta etapa da pesquisa, a presença de fatores presentes no item 2 do quadro 1, relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. Entre estes aspectos estão elementos que correspondem a importância da esfera ambiental indicado por Navarro (2001), o modo de vida das populações rurais e a gestão dos recursos naturais apontado por Ramos (2001), a relação da sustentabilidade com a agricultura familiar elucidada por Wammes *et al.*,(2013), as dimensões propostas por Caporal e Costabeber (2002) e a associação aos elementos relacionados as ODS 2, 11,12 e 15.

Para sintetizar as características verificadas nas unidades de produção familiares estudadas nesta pesquisa, assim como melhor demonstrar sua relação com os processos de Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável, foi elaborado o quadro 14 o qual apresenta essas informações.

Quadro 14 - Relação das características observadas unidade de produção familiares, com os conceitos de Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aspectos relacionados ao conceito (DR) Desenvolvimento Rural/ autore(a)s	Aspectos relacionados ao conceito (DRS) Desenvolvimento Rural Sustentável/autore(a)s	Características observadas nas unidades de produção familiares estudadas em Jóia
- Conjunto ampliando e de certa forma complexo, de dinâmicas organizadas que visam alterações de maneira geral em um espaço social. (CARDONA <i>et al.</i> , 2016).		- Em todas as famílias ocorre a participação em atividades sociais, como atividades religiosas, sociais, recreativas
- Procedimento estruturado que proporciona, ou visa promover, mudanças em um determinado ambiente rural. (NAVARRO, 2001)		- Todas as famílias estão associadas a algum tipo de instituições/ organizações, como associação, cooperativa, sindicato
- Não se refere somente ao crescimento da dimensão econômica. Mas também corresponde a melhoria das formas de vida das populações do universo rural. (KAGEYAMA, 2009).	- ODS 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável - ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis.	- Todas as famílias participaram de uma ou mais ações de doações de alimentos no período da pandemia, promovidas pelo MST, ou instituições ligadas a este movimento social, ou iniciativas particulares e pontuais.
- Melhoria aspectos relacionados a renda e qualidade de vida das populações do meio rural. (SCHNEIDER, 2004).		- Pluriatividade nas dinâmicas produtivas. Renda através do trabalho externo a UP, seja por atividades regulares, ou atividades temporárias, como ocorre em períodos de safras.
- Não se refere somente ao crescimento da dimensão econômica, e ampliação de renda ou de índices produtivos. Mas também corresponde a melhoria das formas de vida das populações do universo rural. (KAGEYAMA, 2009).	- ODS 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável - ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.	- Em 4 das 6 UPs a participação da produção para autoconsumo ultrapassa os 60%.
- Processo resultante de atividades estruturadas que objetivam, gerar alterações sociais, econômicas e ambientais, no espaço rural. Melhoria aspectos relacionados a renda, qualidade de vida das populações do meio rural. (SCHNEIDER, 2004).		- Diversificação nas atividades ou grupo de dinâmicas produtivas (hortaliças, grãos, fitoterápicos, madeira, produtos de origem animal) - Diversificação nos canais de comercialização (venda p/ cooperativa, programas institucionais, vendas online, venda direta)
- Melhoria aspectos relacionados a renda, qualidade de vida das populações do meio rural. (SCHNEIDER, 2004).	- ODS 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável - ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.	- Diversidade de alimentos produzidos pelas famílias agricultoras estudadas.
	- ODS 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável - ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis. - Movimentos de agricultura de base ecológica contribuem no processo de DRS (LOPES E LOPES, 2011). - Estratégias que visem o DRS, devem considerar seis dimensões, entre estas a ecológica, econômica, social, cultural (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).	- Produção limpa de alimentos (sem insumos químicos) consta em 5 entrevistas, como fator positivo da produção para autoconsumo - Preocupação com a saúde/alimentação e o fator econômico, estão entre os aspectos mais citados, sobre motivação para realização das atividades de base ecológica/agroecológica
	- Fundamenta-se na descoberta, sistematização de fatores particulares a cada identidade local, desenvolvendo ações que detenham um potencial de transformação. (MEDEIROS E ALMEIDA, 2010) - Movimentos de agricultura de base ecológica contribuem no processo de DRS (LOPES E LOPES, 2011).	- Dinâmicas adotadas (adubação, manejo fitossanitário, manejo do espaço produtivo, utilização de insumos como sementes e mudas crioulas.) - Todas as famílias praticam atividades produtivas de base ecológica/ agroecológica - Diversidade de práticas e técnicas de base ecológica desenvolvidas nas UPs.
	- ODS 15- Vida Terrestre - Vinculado a elementos referentes ao modo de viver das populações do universo rural, gestão dos recursos e bens naturais, e as atividades dos agroecossistemas. (RAMOS, 2001). - ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis.	- Em 5 UPs existe algum tipo de espaço como áreas naturais, de reflorestamento, preservação de nascentes de água, área de reserva legal, ou APPs. - Desenvolvimento de medidas relacionadas à preservação ambiental como isolamento das áreas e reflorestamento.

Fonte: elaborado pelo autor (2021) a partir de trabalho de campo

Dessa maneira, os resultados apresentados no quadro 14 indicam que as experiências da agricultura familiar estudadas, contribuem tanto para o desenvolvimento rural, quanto para

desenvolvimento rural sustentável no município de Jóia. Entretanto, destaca-se a contribuição destas iniciativas para o desenvolvimento rural sustentável, uma vez que todas as famílias praticam atividades produtivas ou técnicas de base ecológica/agroecológica, as quais originaram mudanças ou benefícios apontadas pelo(a)s agricultore(a)s entrevistado(a)s. Tais mudanças ou benefícios, estão relacionadas aos aspectos econômicos, a alimentação saudável e à esfera ambiental. Desta maneira, salienta-se a colaboração das experiências produtivas familiares estudadas em Jóia, para os processos de Desenvolvimento Rural Sustentável neste município.

Desse modo, a partir desta pesquisa, é possível verificar que apesar da força que o sistema produtivo convencional dominante impõe ao desenvolvimento rural, a construção de experiências relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável pode ser vista como realidade neste município. Neste contexto, verifica-se que embora existam inúmeras dificuldades no empreendimento de iniciativas baseadas em princípios ecológicos ou agroecológicos, o desenvolvimento dessas dinâmicas além de necessário para o conjunto sociedade/natureza, é algo que pode ser realizável no município estudado. Constatou a busca para realização e o empreendimento de tais dinâmicas, e esta faz parte da realidade das unidades de produção familiares estudadas.

Porém, há de considerar que para o desenvolvimento mais efetivo e em escala mais ampla dessas atividades em nível de municipal/regional, é necessário o envolvimento de um maior número de pessoas, agricultore(a)s e instituições, à medida que isto contribuirá para o fortalecimento dessa rede produtiva. Neste contexto, tal dinâmica igualmente colaborará para a criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de atividades socioprodutivas de base ecológica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a abordagem realizada nesta pesquisa é importante retomar alguns fatores que nortearam este trabalho. Entre estes elementos está o questionamento norteador da pesquisa, relacionado ao estudo da contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e/ou desenvolvimento rural sustentável de Jóia. Neste contexto, para fundamentar esta discussão, buscou-se inicialmente realizar uma caracterização da organização socioprodutiva do grupo da agricultura familiar do município de Jóia.

A caracterização da agricultura familiar em nível municipal foi efetuada no capítulo 4, utilizando-se de pesquisa em bancos de dados secundários, em especial disponíveis no Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo IBGE. Foram identificados na agricultura familiar de Jóia diversos aspectos nas esferas sociais, produtivas e econômicas, que vão ao encontro de dados já apontados por estudiosos do assunto ao dissertarem sobre as características da agricultura familiar de uma forma geral. Igualmente, foram observados fatores relativos ao contexto histórico local e regional e sua interferência no atual cenário deste grupo social. Também se verificaram aspectos relacionados às características da agricultura familiar, até então pouco discutidos e estudados no que tange ao município Jóia.

Neste contexto, cabe destacar alguns aspectos estudados no capítulo 4. Dessa maneira, identificou-se que algumas características referentes ao contexto produtivo e histórico observadas no estado do Rio Grande dos Sul, igualmente foram verificadas na conjuntura produtiva e histórica do Município de Jóia. Do mesmo modo, constatou-se a relevante participação da agricultura familiar no cenário socioeconômico das dinâmicas agropecuárias de Jóia, com destaque a produção animal e a produção voltada para o autoconsumo. Da mesma forma, também se percebeu a contribuição desta categoria para a dimensão social.

Em relação aos objetivos específicos de estudar e analisar experiências voltadas à produção de base ecológica/agroecológica, ou direcionada às atividades alternativas aos sistemas produtivos convencionais, foram identificados elementos em pesquisa primária cujos resultados estão apresentados nos capítulos 5 e 6.

Neste sentido, no capítulo 5 tratou sobre agroindústrias familiares estudadas no município de Jóia. Identificou-se entre outros elementos, a produção voltada para o autoconsumo, a pluriatividade e a participação das famílias agricultoras em atividades comunitárias e organizações sociais. Também foi possível constatar, a diversidade econômica e produtiva, a vinculação das agroindústrias estudadas com áreas de reforma agrária, a

importância dos programas institucionais para estas iniciativas, e o acesso a diferentes canais de comercialização. Neste cenário, apesar das dificuldades enfrentadas, as agroindústrias estudadas consideram importante o desenvolvimento de atividades de base ecológica ou agroecológica, desse modo buscam desenvolver dinâmicas produtivas com esta finalidade.

No capítulo 6, que aborda as experiências produtivas de base ecológica, identificaram-se algumas características. Entre estes aspectos estão a diversidade nas unidades de produção, pluriatividades, e a equidade de gênero. Igualmente observou-se a participação em ações solidárias de doações de alimentos, a forte conexão com a produção de alimentos e produção voltada para ao autoconsumo. Também foi constatado que a adoção de dinâmicas voltadas a sustentabilidade resultou em mudanças referentes a diversos aspectos nos cenários socioeconômico e produtivo das famílias.

Com base nas informações coletadas foi possível constatar que as experiências estudadas contribuem tanto para o desenvolvimento rural, quanto para o desenvolvimento rural sustentável. Entretanto cabe salientar que as experiências relacionadas as unidades de produção familiares se destacam pela contribuição ao desenvolvimento rural sustentável. Enquanto as agroindústrias familiares de Jóia estão mais voltadas ao desenvolvimento rural.

Neste cenário, cabe destacar que as concepções sobre a contribuição para o desenvolvimento rural sustentável e o próprio entendimento sobre este assunto, assim como o que concerne ao desenvolvimento rural, derivaram de levantamento bibliográfico, o qual possibilitou a elaboração de uma tabela comparativa dos principais pontos abordados sobre estas duas temáticas. Assim, salienta-se que nesta discussão, considerou-se a concepção já abordada por autore(a)s que além das dimensões econômicas e sociais apontam que o desenvolvimento rural sustentável inclui aspectos como sustentabilidade, meio ambiente, agroecossistemas. Estas afirmações decorrem da verificação de que as temáticas com viés ambiental constam com mais frequência, e por vezes com maior destaque quando se trata de desenvolvimento rural sustentável.

Deste modo, as discussões sobre a contribuição das experiências estudadas para o desenvolvimento rural sustentável em Jóia, consideraram neste trabalho, além de questões debatidas nos conceitos de desenvolvimento rural, aspetos relacionados à temática ambiental. Entre estes elementos estão, a preservação de recursos e bens naturais, origem da matéria prima (ecológica/agroecológica), desenvolvimento de atividades e técnicas produtivas voltadas a sustentabilidade, segurança alimentar, destinação de resíduos.

Em relação ao grupo de famílias agricultores estudadas verificou-se que apesar das dificuldades, ocorre uma preocupação com as questões ambientais, tanto em aspectos

produtivos quanto como desenvolvimento de dinâmicas que visam à sustentabilidade, bem como em questões relacionadas à preservação ambiental. Já no que tange às dificuldades verificadas nesta pesquisa, no que concerne ao desenvolvimento de atividades produtivas de base ecológica, cabe destacar que as experiências pesquisadas se desenvolvem em contexto econômico e produtivo não propício a estas dinâmicas. Uma vez que o município estudado, bem como a região do entorno (região Noroeste do RS) participou do processo de modernização da agricultura, sendo fortemente impactada por esta dinâmica. Deste modo, tanto em nível local quanto regional, predomina a produção agropecuária de forma convencional, com destaque para os monocultivos dentre os quais a soja. Assim, pode-se dizer que as experiências estudadas, desenvolvem-se como pontos de resistência ao sistema socioeconômico dominante.

Diante disso observa-se que para melhorar o desenvolvimento das iniciativas voltadas à sustentabilidade, como também motivar o surgimento de outras ações produtivas com o mesmo viés se faz necessário, que mais pessoas e instituições se interessem por esta temática, assim como motivem-se para o desenvolvimento de dinâmicas socioprodutiva de base ecológica/agroecológica. Além desses elementos é fundamental o incentivo do poder público com ações direcionadas ao apoio para o desenvolvimento de atividades sustentáveis na agricultura familiar. Como exemplo a implementação e incentivo via políticas públicas, que motivem a continuidade das atividades que já ocorrem, como também que incentivam o surgimento de novas dinâmicas.

No que corresponde às limitações na realização deste estudo, considera-se o fato, de que a pesquisa foi realizada no período de pandemia da COVID-19. Devido a esta conjuntura, alguns procedimentos cuja realização contribuiriam para o enriquecimento do trabalho, como períodos de vivências nas unidades de produção familiares, observações das técnicas produtivas, participação em atividades comunitárias, não puderam ser realizados.

Entre as dificuldades, cabe destacar os elementos relacionados aos deslocamentos para a realização das entrevistas, uma vez que o pesquisador não possui veículo próprio, o que levou a depender do empréstimo de veículos de terceiros ou de familiares. Salienta-se igualmente, que o pesquisador não recebeu nenhum tipo de auxílio financeiro para a realização desta pesquisa.

Igualmente no que tange às entrevistas, é importante mencionar, que as unidades de produção estudadas, localizam-se em diferentes locais do município de Jóia, sendo que alguns destes estão distantes até 30 quilômetros da sede do município. Este conjunto de fatores, somados às precárias condições das estradas, que em sua maioria não possui pavimentação,

também podem ser considerados como dificuldades encontradas no período da pesquisa de campo.

Também cabe salientar que ao longo da elaboração desta dissertação, foram identificadas algumas temáticas a serem estudadas em trabalhos futuros. Entre estes temas, está o aprofundamento do estudo da relação do desenvolvimento de atividades sustentáveis e os processos de reforma agrária no município, a relação da agricultura familiar com os mercados, e as transformações do contexto produtivo no município de Jóia. Deste modo, em termos de considerações finais, salienta-se mais uma vez, a relevância do desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos temas da ruralidade, como dinâmicas socioprodutivas da agricultura familiar e a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Além desses fatores, é relevante que seja aprofundado nas próximas pesquisas sobre o universo rural, o debate referente aos elementos que contribuem para que o desenvolvimento rural sustentável seja visto como algo que vai além da esfera produtiva. Entre esses elementos, encontram-se aspectos relacionados às relações de gênero, sucessão familiar, cultura local, canais alternativos de comercialização, interações do(a)s atore(a)s sociais nas relações comunitárias, interferências dos processos de reforma agrária, entre outros fatores, que ampliem esta discussão, para que esta seja realizada a partir de uma visão mais holística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREATTA, E. C. L. **Assentamento Santa Tecla Fazenda Botão de Ouro**. 1992, 50 p. Trabalho de Conclusão de Curso (História) Universidade de Ijuí. Ijuí, 1992.

ANDREATTA, T. **Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000**: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Joia. 2003, 266 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária** (Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária). v. 28, n. 1. p. 1-21. 1998.

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005.

ALCÂNTARA, B. Q.; LIMA, R. A. P. As teorias e métodos da dimensão territorial de desenvolvimento rural no Brasil: uma abordagem histórica no final do século xx. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Macapá, n. 11, p. 49-57, 2019.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. *In*: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p. 33-55

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura saudável. 3 ed.- São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, 400 p.

ANES, C. E. R.; DEPONTI, C. M.; AREND, S. C. Arranjo Produtivo Local e as Agroindústrias Familiares da Região das Missões: Lógicas Diferentes? **Redes**, v. 23, n. 2, p. 112-134, 2018.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **RESR**, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018

ARRAIS, S. C. S.; PRAT, B. V.; CAMBRAIA, R. P.; Análise dos censos agropecuários brasileiros dos anos de 2006 e 2017 para identificação de características da população agrícola. **Revista Cerrados (Unimontes)**, v. 17, n. 2, p. 228-242, 2019.

ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e Sustentabilidade Contexto, Desafios e Cenários. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 29, p.15-30, 2004.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

BACELAR, T.; FAVARETO, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste – Uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 9-29, 2020.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; DELGADO, G. C. Apresentação. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. - Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 9-11.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. 147 p.

BINDÉ, W. C. **Santo Ângelo** - Terra de muitas Histórias. Santo Ângelo: Ed. Multicor, 2006. 392 p.

BRASIL. **Decreto nº 1.946 de 28 de Junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. 1996. Brasília, DF: Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm#:~:text=D%20ECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,PRONAF%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 07 abr. 2021.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 23 mar. 2022.

_____. **Decreto nº 9.064, de 31 de Maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. 2017. Brasília, DF: Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos [2017]. Disponível em: http://www.Planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Módulo Fiscal**. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/acao-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 09 abr. 2021

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso: em 08 de fev. 2022

BRASIL.UN.ORG. Nações Unidas Brasil. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 20 de mar. 2022

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura no Planalto Gaúcho**. Ijuí: FIDENE, 1983. 204 p.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. – Brasília: 2009. 30 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In*: CAPORAL, F. R (org.) **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. – Brasília. 2009, p.65-105.

CARDONA, J. C. R.; CRUZ, M. J. R.; VENDRUSCOLO, R.; RADOMSKY, G. F. W. **Desenvolvimento Rural: do agrícola ao territorial**. *In*: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (orgs.) **Introdução às teorias do desenvolvimento**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 137-147.

CARITAS.OR.BR. **Cáritas Brasileira**. Disponível em: <https://caritas.org.br/>. Acesso em: 24 de mar. 2022.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. *In*: BOTELHO FILHO, F. B. (org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate**. V.5, n.17. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, 2005. p. 43-58.

CASTRO, C. N. Desenvolvimento rural e o Estado brasileiro. **Boletim regional, urbano e ambiental**. IPEA, n. 21, p. 49-62, jul.-dez. 2019.

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S.; **Avaliação dos impactos regionais do programa nacional da agricultura familiar (PRONAF)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea: Brasília; Rio de Janeiro, 2014. 54 p.

CHALITA, M. A. N. Desenvolvimento Rural, Agricultura e Natureza: novas questões de pesquisa. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-113, 2005.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. **Teorias do desenvolvimento**. PLAGEDER, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 56 p.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. Conformações regionais do desenvolvimento rural e da agricultura familiar: desigualdade e diversidade da geografia econômica do Rio Grande do Sul. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, Ano 17, n. 19, p. 5-48, 2010.

COREDES-RS. PRÓ-RS IV **Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul** (2011-2014). Ed: Passografic. 177 p. 2010.

CRUZ, N. B.; JESUS, J. G.; BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, p. 1-20, 2021.

DAL SOGLIO, F. A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento. *In*: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (orgs.) **Agricultura e sustentabilidade**. PLAGEDER, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 15-34

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. **Agricultura e sustentabilidade**. PLAGEDER, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152 p.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DUDERMEL, T.; BASSO, D.; LIMA, A. P. **A política agrícola e diferenciação da agricultura do Noroeste do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1993. 56 p.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-osods#:~:text=O%20objetivo%20de%20desenvolvimento,guiar%20a%20humanidade%20at%C3%A9%202030.>) Acesso em: 20 de mar. 2022

ELLIS, F.; BIGGS, S. La Evolución de los Temas Relacionados al Desarrollo Rural: desde la década de los años 50 al 2000. **Organizações Rurais & Agroindústrias**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2005

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FEIL, A. A.; STRASBURG, V. J.; SCHREIBER, D. Análise dos eventos históricos para a concepção dos termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 7-21, 2016.

FERREIRA NETO, J. A.; SOUZA, D. N.; CARDOSO, P. O.; MILAGRES, C. S. F. A população local e a percepção dos impactos dos assentamentos rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 1, p. 153-164, 2012.

FETEPS, Feira Tecnológica do Centro Paula Souza. **Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://feteps.cps.sp.gov.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em 20 de mar. 2022

FLEURY, L.C. Múltiplos olhares, uma questão: repensando a agricultura e o desenvolvimento. *In*: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R.(orgs.) **Agricultura e sustentabilidade**. PLAGEDER, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 65-76.

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO, J. A. D. O Processo Decisório na Criação de Unidades que Agregam Valor à Produção Agropecuária As Agroindústrias Familiares.

Desenvolvimento em Questão, ano 15, n. 39, p. 301-319, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Apostila Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente.

Revista Grifos – Unochapecó, Chapecó, v. 30, n. 54, p. 74-93, 2021.

FRANTZ, Telmo R. **Evolução da Agropecuária no Planalto Gaúcho**. Ijuí. FIDENE, 1979. 47 P.

FRANTZ, T. R. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola - o caso da COTRIJUÍ**. Ijuí: FIDENE, 1982. 249 P.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. *In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). Sistemas agrários do Rio Grande do Sul* Análise e Recomendações de Políticas. Ijuí: Ed. Unijui, 2005, p. 27-92.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A.F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.46, n.6, p.1575-1597, 2012.

FREITAS, T. D.; DEPONTI, C. M. Liberdades, capacidades e as estratégias de desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo – RS. *In: IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL- Processos, Políticas e Transformações Territoriais*, 2019, Santa Cruz do Sul-RS. **Anais[...]**. Santa Cruz do Sul, 2019. p. 1-23.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43-81, 1997.

GREGOLIN, G. C.; GREGOLIN, M. R. P.; TRICHES, R. M.; ZONIN, W. J. Desenvolvimento: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 12, n. 3, p. 51-64, 2019.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, Ano 14, p. 5-35, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v.52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

GUERRERO, I. C. O.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. Reforma agrária: contribuições para o debate. **Retratos de Assentamentos**, v.19, n.1, p. 350-381, 2016.

HEBERLÊ, A. L. O.; SICOLI, A. H.; SILVA, J. S.; BORBA, M. F. S.; BALSADI, O. V.; PEREIRA, V. F. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda

de futuro. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 133-149.

HENTZ, C.; HESPANHOL, R. A. M. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: do caráter seletivo da modernização agrícola à abordagem do desenvolvimento territorial. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.14, n.34, p. 20-36, jan./abr. de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados definitivos: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Censo Agropecuário de 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 01 de abr. 2021 a

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 01 de abr. 2021 b

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/joia/panorama>. Acesso em: 06 de abr. 2021 c

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 04 de out. 2021 d

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1995**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/312#resultado>. Acesso em: 04 de out. 2021 e

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>. Acesso em: 04 de out. 2021 f

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>. Acesso em: 04 de out. 2021 g

IBGE Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados municipais**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/joia/panorama>. Acesso em mar. 2022.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Instrução Normativa nº 42**. De 18 de setembro de 2007. Disponível em https://antigo.incra.gov.br/media/docs/LeGISLacao/instrucao-normativa/in_42_2007.pdf. Acesso em mar. 2022.

JARA, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local desafios de um processo em construção**. – Brasília: Instituto interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998, 316 p.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. - Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. (IICA) 2001. 352 p.

JÓIA, Prefeitura Municipal de Jóia. **Dados do Município**. Disponível em: <https://www.joia.rs.gov.br/pagina/id/3/?dados-do-municipio.html>. Acesso em: 05 de abr. 2021

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 245-272.

KARNOPP, E. Repensando o Desenvolvimento Rural no contexto territorial da agricultura familiar: estudos de casos. **REDES. - Revista Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 139-152, 2014.

KUHN, D. D. Desenvolvimento Rural: afinal, sobre o que estamos falando? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 20, nº 2, p. 11 - 30, 2015.

LISBOA, A. S.; ALCANTARA, F. V. O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar. **ParaOnde!?**, v.11, n.1, p.17-28, 2019.

LOPES, P. R.; LOPES, K. C. S. A. Sistemas de produção de base ecológica – a busca por um Desenvolvimento Rural Sustentável. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 1, p. 2011.

MALUF, R. S. Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável e a agricultura familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, nº. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 19–26, jan./2009 a jun./2010.

MALUF, R. Prefácio. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 9-12

MANTELLI, J. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 41, p 87-105, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MATEI, A. P. **Os processos de inovação e as interações nas agroindústrias familiares em regiões do Brasil e da Itália**. 2015, 249 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.12, n.2, p. 293-307, 2018.

MATTEI, L. A nova realidade agrícola e agrária do país revelada pelo Censo Agropecuário de 2017. **Revista NECAT**, a. 8, n.16, p. 1-7, 2019.

MEDEIROS, M.; ALMEIDA, J. Insustentável sustentabilidade do desenvolvimento? **REVISTA UNIARA**, Araraquara, v. 13, n.1, p. 107-114, 2010.

MENDES, N. L. G. **A contribuição dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social do município de Joia**. 2010, 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em História) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Revista do CEPE**, n. 49, p. 67-79, 2019.

NARDINI, M.; SOUZA, E. G.; ANJOS, F. S. Os dilemas do desenvolvimento: um olhar para o rural. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate - RDS**, Criciúma, v.5 n.1, p.73-93, 2019.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. *In*: DOULA, S.; FIÚZA, A. L.; TEIXEIRA, E. C; REIS, J.; LIMA, A. L. (Org.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. 1ed. Viçosa: Suprema, v. 1, 2014, p. 43-68.

OLIVEIRA, A. C. **A expansão da produção da Soja e a viabilidade dos assentamentos do MST no município de Jóia-RS**. 2014, 130 p. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

PESAVENTO, S. J. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 216 p.

PICCIN, M. B. **Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no Assentamento Menina dos Olhos dos Sem- Terra**. 2007. 199 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: Uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.2, 2000, p. 27-37.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** (número extra). Rio de Janeiro, n° 1, p.7-14, 2014.

PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. Desenvolvimento Rural e Biopoder: reflexões a partir do campo tecnocientífico. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 459-486, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

POTRICH, R.; GRZYBOVSKI, D.; TOEBE, C. S. Sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais: um estudo exploratório sobre a percepção do agricultor. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2017, p. 208-228.

RAMBO, A. G.; FREITAS, T. D.; STOFFEL, J. Escalas do desenvolvimento: análises a partir da PNDR e da política territorial no Brasil. *In*: 54º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2016, Maceió-AL, **Anais [...]**. 2016. P. 1-20

RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; DENTZ, E. Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 46, p. 9-26, 2019.

RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n.43, p. 141-156, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico COREDE Noroeste Colonial**. 44 p. 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103001perfis-regionais-2015-noroeste-colonial.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Rural. **Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2020**. 39 p. 2020. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202009/26185534-radiografia-da-agropecuaria-gaucha-2020-1.pdf>. Acesso em 06 de abr. 2021.

RUCKERT, A. A. **As Transformações da Agropecuária e a Produção do Espaço de um Município Rural no Centro do Planalto Rio-Grandense: o caso de Jóia**. 1985. 116 p. Relatório Parcial de Especialização em Desenvolvimento Rural. Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, Rio Claro, SP, 1985 a.

RUCKERT, A. A. **O município de Jóia no contexto das transformações da agropecuária no planalto: um estudo numa região de transição campo-colônia no Rio Grande do Sul**. 1985, 89 p. Relatório de Estágio (Especialização em Desenvolvimento Rural) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1985 b.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p.75-82, 2001.

- SANTOS, A. G. **Impacto do monocultivo da soja transgênica na agricultura camponesa do Assentamento Rondinha-Jóia**, RS. 2018, 87 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de graduação em Agronomia) Universidade Federal da Fronteira Sul, Pontão, 2018.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, 2004.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 258 p.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo – SP, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.
- SCHNEIDER, S. A Presença e as Potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, nº 3, p. 11 – 43, 2016.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIA NETO, A. L. (editores técnicos) **Savanas Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. – Planaltina DF: Embrapa Cerrados; Brasília, 2008, p. 989-1014.
- SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 82-112, 2011.
- SEBRAE/RS. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das Cidades Gaúchas – Jóia**. Porto Alegre/RS, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/PerfilCidadesGauchas-Joia.pdf>> Acesso em: 06 de abr.2021.
- SECCO, R. L. A. **Impactos causados pela construção da usina Dona Francisca e formação do Reassentamento Novo Amanhecer no município de Jóia**. 2004, 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia- Licenciatura Plena) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- UNIJUÍ, Ijuí, 2004.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, G. G. O crescimento da cidade de Jóia. In: COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO MASTELLA *ET AL.*, (Org). **Jóia: um registro da história**. Ijuí: Editora Unijui, 2003, p. 44-49.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual.– Florianópolis: UFSC, 2005.138p.

SOUZA, C. V.; ALMEIDA, H. A. Indicadores de desenvolvimento socioambiental do assentamento carrasco - Esperança/Alagoa Nova, PB. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v.21, n.2, p.147-164, 2020.

SOUZA, M.; DEL GROSSI, M. E. Pluriatividade e Desenvolvimento Rural. *In*: CALZAVARA, O.; LIMA, R. O. (orgs.) **Brasil Rural Contemporâneo** Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão [livro eletrônico]. Londrina : Eduel, 2013. p.73-108.

SOUZA, M.; KLEIN, A. L. Rural, ruralidade, pluriatividade e multifuncionalidade do desenvolvimento rural. *In*:SOUZA, M.; DOLCI, T. S. (org.).**Turismo rural: fundamentos e reflexões** [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 9-22

SOUZA, L. L.; MENDES, F. A. T.; BORGES, N. S.; COSTA, J. M.; FERREIRA, E. Y. D. C. S.;ALEIXO, L. L. S.; SILVA, E. V. S. O debate em torno da sustentabilidade: desenvolvimento rural sustentável – Revisão de literatura. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n.12, p. 96305-96322 , 2020.

STOFFEL, J. Agricultura familiar nos Estados da Região Sul do Brasil: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. **6º Encontro de Economia Gaúcha**, p. 22, 2012. Disponível em: http://cdn.fee.tc he.br/eeg/6/mesa15/ Agricultura_Familiar_nos_Estado_s_da_Regiao_Sul_do_BrasilCar_acterizacao_a_partir_do_Censo_Agrop_euar io_de_2006.pdf>. Acesso em: 09 de abr. 2021

STOFFEL, J. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na Região Sul do Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional)- Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, 2013.

SUGAHARA, C. R.; RODRIGUES, E. L. Desenvolvimento Sustentável Um Discurso em Disputa. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 17, n. 49, p.30-43, 2019.

TEIXEIRA, G. O censo agropecuário 2017. **Revista NECAT**, a. 8, n. 15/16, p. 8-39, 2019.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, a. 18, n. 26, p.10-27, 2015.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; SILVA, S. P.; Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** – Ipea, 2020.

VARGAS, F.; ARANDA, Y. P. C.; RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento Sustentável: introdução histórica e perspectivas teóricas. *In*: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G, F,W.

(orgs.) **Introdução às teorias do desenvolvimento**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 125-135.

VEIGA, J. E. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.24, número especial, p.9-29, 1994.

VEIGA, J. E. Diretrizes para uma nova política agrária. *In*: LEITE, P. S. *ET ALII* (orgs.) **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento / MDA, 2000. p.19-36.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

VEIGA, J. E. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. *In*: CASTRO, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social : Mauad, v. 3, 2002, p. 383-409.

VEIGA, J. E. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. **Cadernos do CEAM**, v. 17, p. 9-22, 2005

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape. br**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, 2012.

WAMMES, L. T.; PASTÓRIO, I. T.; ROESLER, M. R. B. O meio rural e as novas perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável. **2ª Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR,2013.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACCA, N. **Una nueva ruralidad en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p.31-44.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas:experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, p. 33-46, 2009.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA INFORMANTES CHAVE**

Data da entrevista __/__/__

Nome da instituição/organização: _____

1) Existem agroindústrias familiares legalizadas ou em processo de legalização no município de Jóia?

sim não

1.2) Caso a resposta for “sim” preencher o quadro abaixo:

	Atividade(s) produtiva(s) da agroindústria	Nome da agroindústria, ou do(a) agricultor(a)	Contato	Localização
1)				
2)				

2) Você tem o conhecimento do desenvolvimento por parte de agricultore(a)s familiares, de alguma das experiências listadas abaixo:

a) Atividades produtivas animal e/ou vegetal que seguem princípios ecológicos/agroecológicos/ produção orgânica:

sim não

b) Produção de olericultura, fruticultura, floricultura, horto medicinal ou outras atividades produtivas alternativas a produção das monoculturas soja, trigo, milho:

sim não

c) Agricultore(a)s que utilizam ou propagam sementes crioulas :

sim não

d) Atividades de turismo rural:

sim não

e) Outras atividades que não estão listadas acima:

sim não

2.1) Se caso marcou “ sim” em algumas das alternativas apresentadas no item 2, preencher o quadro abaixo

	Tipo de atividade	Nome do(a) agricultor(a)	Contato	Localização
1)				
2)				
3)				
4)				

APÊNDICE B

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A(O)S AGRICULTORE(A)S DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Nome do(a) entrevistado(a):

Nome da agroindústria:

Endereço:

Data da entrevista: __/__/__

1) Fale sobre o histórico da unidade de produção (qual a história da propriedade e da família? como surgiu a ideia da criação da agroindústria? quando iniciaram as atividades da agroindústria? quais as oportunidades que observaram? quais as dificuldades pelas quais passaram?)

2) Dimensão Social

2.1) A família é proprietária das terras onde localiza-se a agroindústria ?

2.2) Qual a idade das pessoas que se envolvem no trabalho da agroindústria?

2.3) Qual o número de integrantes da família?

2.4) Além da mão de obra familiar, existe mão de obra contratada de pessoas externas a família? () sim () não. Quantas pessoas por ano?

2.5) Tem filho(a)s? () sim () não. Se resposta for sim:

a) Quantos filho(a)s ?

b) Qual a idade de cada filho(a)? Estão em idade escolar?

c) Trabalham na agroindústria?

d) O(a)s filho(a)s pretendem dar continuidade nas atividades da agroindústria? Qual a motivação por parte do(a)s filho(a)s, para dar continuidade ou não, a essas atividades?

f) A família visualiza como algo importante o processo de sucessão familiar? Por quê?

2.6) O(a)s integrantes da família participam de alguma atividade (religiosa, social, recreativa) na comunidade? Qual a importância da participação nestas atividades?

2.7) A família ou algum membro, esta vinculado a algum tipo de organização como associação, cooperativa, coletivo, sindicato, e outros? Em sua opinião, é relevante integrar estes espaços ou organizações? Por quê?

2.8) Participa ou participou de alguma ação de doação de alimentos no período da pandemia? Caso positivo, essa ação foi promovida por alguma instituição/organização? Qual a importância de participar dessas iniciativas?

3) Dimensão Econômica

- 3.1) Qual o tamanho da área da unidade de produção?
- 3.2) A renda da família é oriunda exclusivamente da agroindústria? Também provêm de outras fontes relacionadas ao trabalho na unidade de produção? algum(ns) integrante(s) recebe(m) aposentaria?
- 3.3) Qual o percentual de participação da agroindústria na renda da família?
- 3.4) Foram realizados financiamentos em função da agroindústria?
- 3.5) Quais as principais atividades produtivas desenvolvidas nesta agroindústria? Qual a motivação para escolha dessas atividades?
- 3.6) A matéria prima utilizada é a maior parte oriunda da unidade de produção ou de fontes externas? Se caso for adquirida de fontes externas, cite as fontes:
- 3.7) Ocorre a produção para o autoconsumo da família? Qual a importância desta produção para família?
- 3.8) A agroindústria participa ou já participou de programas institucionais como PAA(Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Se sim, qual programa e qual a relevância da participação neste(s) programa(s)?
- 3.9) A agroindústria está registrada em algum Sistema de Inspeção? Se sim, qual?
- 3.10) A produção é comercializada, maior parte dentro do município, dentro e fora do município ou maior parte fora do município? Se caso tiver comercialização fora do município, citar as cidades ou regiões:
- 3.11) Quais os canais de comercialização conforme o destino dos produtos (dentro do município e fora)?
- 3.12) Pretende ampliar o volume de produção ou de atividades produtivas? Por quê?

4) Dimensão ambiental

- 4.1) A matéria prima utilizada na agroindústria é maior parte de base ecológica, de base ecológica e convencional ou maior parte convencional?
- 4.2) A agroindústria considera importante desenvolver atividades produtivas baseadas princípios ecológicos ou agroecológicos? Por quê?
- 4.3) A agroindústria busca desenvolver atividades produtivas baseadas em princípios ecológicos ou agroecológicos? Se a resposta for sim, citar as ações desenvolvidas.
- 4.4) Você conhece ou conheceu experiências de base ecológica ou agroecológica, participou de cursos, ou teve acesso a materiais voltados a produção alternativa? Se sim, através de qual

instituição/organização e qual o papel desses elementos, na adoção de técnicas alternativas de produção?

4.5) Recebe ou recebeu algum tipo de assistência ou apoio técnico para o desenvolvimento de atividades de base ecológica/agroecológica? Se a resposta for positiva, citar as instituições/organizações/empresas, e a relevância deste apoio.

4.6) Atualmente, quais as principais dificuldades e/ou facilidades encontradas nas atividades da agroindústria para o desenvolvimento de atividades com base ecológica/agroecológica?

4.7) Existem áreas naturais na unidade de produção onde a agroindústria está localizada? Se sim, estão preservadas? Quais as medidas para realizar essa preservação? Qual a importância da preservação desses espaços?

4.8) Na unidade de produção onde a agroindústria está localizada, são tomadas medidas relacionadas ao reflorestamento, ou a preservação de: nascentes de água, áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente? Se sim, quais medidas e a importância destas?

4.9) Atualmente, quais as principais dificuldades (termos gerais) encontradas nas atividades da agroindústria?

4.10) Qual o destino do lixo e dos resíduos gerados na agroindústria?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA O(A)S AGRICULTORE(A)S FAMILIARES

Nome do(a) entrevistado(a):

Endereço:

Data da entrevista: __/__/__

1) Falar sobre o histórico da unidade de produção (acesso à terra foi por herança, projeto de reforma agrária, aquisição, outros) história da família, ocupação anterior do atual espaço, (atividades produtivas desenvolvidas no local)

2) Dimensão Social

2.1) A família é proprietária das terras da unidade de produção?

2.2) Qual a idade das pessoas envolvidas no trabalho da unidade de produção?

2.3) Qual o número de integrantes da família?

2.4) Tem filho(a)s? Quanto(a)s filho(a)s? Qual a idade de cada filho(a)? Estão em idade escolar, permanecem na escola?

a) O(a)s filho(a)s trabalham na unidade de produção?

b) O(a)s filho(a)s pretendem permanecer na unidade de produção? Qual a motivação por parte do(a)s filho(a)s para permanecer ou não na unidade de produção?

2.5) O(a)s integrantes da família participam de atividades (social, religiosa, recreativa) na comunidade? Qual a importância da participação nestas atividades?

2.6) Algum membro da família participa de instituições/organizações como associação, cooperativa, sindicato, outros? Qual a relevância de participar desses espaços?

2.7) Participa ou participou de ações relacionadas à doação de alimentos no período da pandemia? Se participou, esta ação foi promovida por qual instituição? Qual o seu ponto de vista sobre essas ações?

2.8) As decisões referentes a unidade de produção, são tomadas com a participação de todos os membros da família, ou do casal? Se sim, qual importância desta forma de tomada de decisão?

3) Dimensão econômica

3.1) Qual o tamanho da área da unidade de produção?

3.2) A renda da família, provém unicamente das atividades da unidade de produção? Também provém de outras fontes relacionadas ao trabalho externo a unidade de produção? Algum(ns) integrante(s) recebe(m) aposentaria?

3.3) Foram realizados financiamentos em função da unidade de produção?

3.4) Ocorre a produção para o autoconsumo da família? Quantos % dos alimentos consumidos pela família são produzidos na unidade de produção? Quais alimentos? Qual a importância da produção para o autoconsumo?

3.5) Quais as principais atividades produtivas desenvolvidas nesta unidade de produção, voltadas a comercialização? Quais os canais de comercialização?

3.6) As atividades da unidade de produção demandam de mão de obra externa? Caso a resposta for positiva, essa mão de obra é contratada, ou é troca de serviços? Qual período e número de pessoas?

3.7) A família participa ou já participou de programas institucionais como PAA(Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) Se sim, qual programa, e qual a relevância da participação neste programa?

3.8) Ao comparar o atual contexto produtivo e situação da família, vocês acham que está pior, igual, ou melhor que 10 anos atrás? Por quê?

3.9) Quais são os projetos da família para os próximos 5 anos, quanto ao desenvolvimento de atividades produtivas, volume de produção, e outros aspectos?

4) Dimensão Ambiental

4.1) Na unidade de produção, são desenvolvidas atividades de base ecológica ou agroecológica? Caso a resposta for positiva, cite as atividades e a motivação para a realização destas.

4.2) São utilizados insumos químicos ou sementes transgênicas? Quais e em qual frequência?

4.3) Utiliza insumos ecológicos, ou realiza práticas de base ecológica ? Quais e em qual frequência?

4.4) Recebe ou recebeu algum tipo de assistência ou apoio técnico para a produção de ecológica ou agroecológica? Se sim, de qual instituição e qual importância deste apoio técnico?

4.5) Conhece ou conheceu experiências de base ecológica ou agroecológica, participou de cursos nesta perspectiva, ou teve acesso a materiais voltados a produção alternativa? Se sim, através de quem de qual instituição/organização e qual o papel desses elementos na adoção de técnicas alternativas de produção?

4.6) Existem áreas naturais na unidade de produção? Se sim, estão preservadas? Quais as medidas para realizar essa preservação e qual a importância destas ações?

4.7) São tomadas medidas relacionadas ao reflorestamento, e ou a preservação de: nascentes de água, áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente? Se sim, quais medidas e a importância destas?

4.8) Qual o destino do lixo e dos resíduos (esgotos, dejetos de animais) gerados na propriedade?

4.9) As práticas de produção de base ecológica, ou agroecológica trouxeram alguma mudança na dimensão econômica ou outros benefícios para a família? Se sim, fale sobre essas mudanças ou benefícios.

4.10) Atualmente, quais as principais dificuldades encontradas pela família agricultora para produção de base ecológica ou agroecológica?